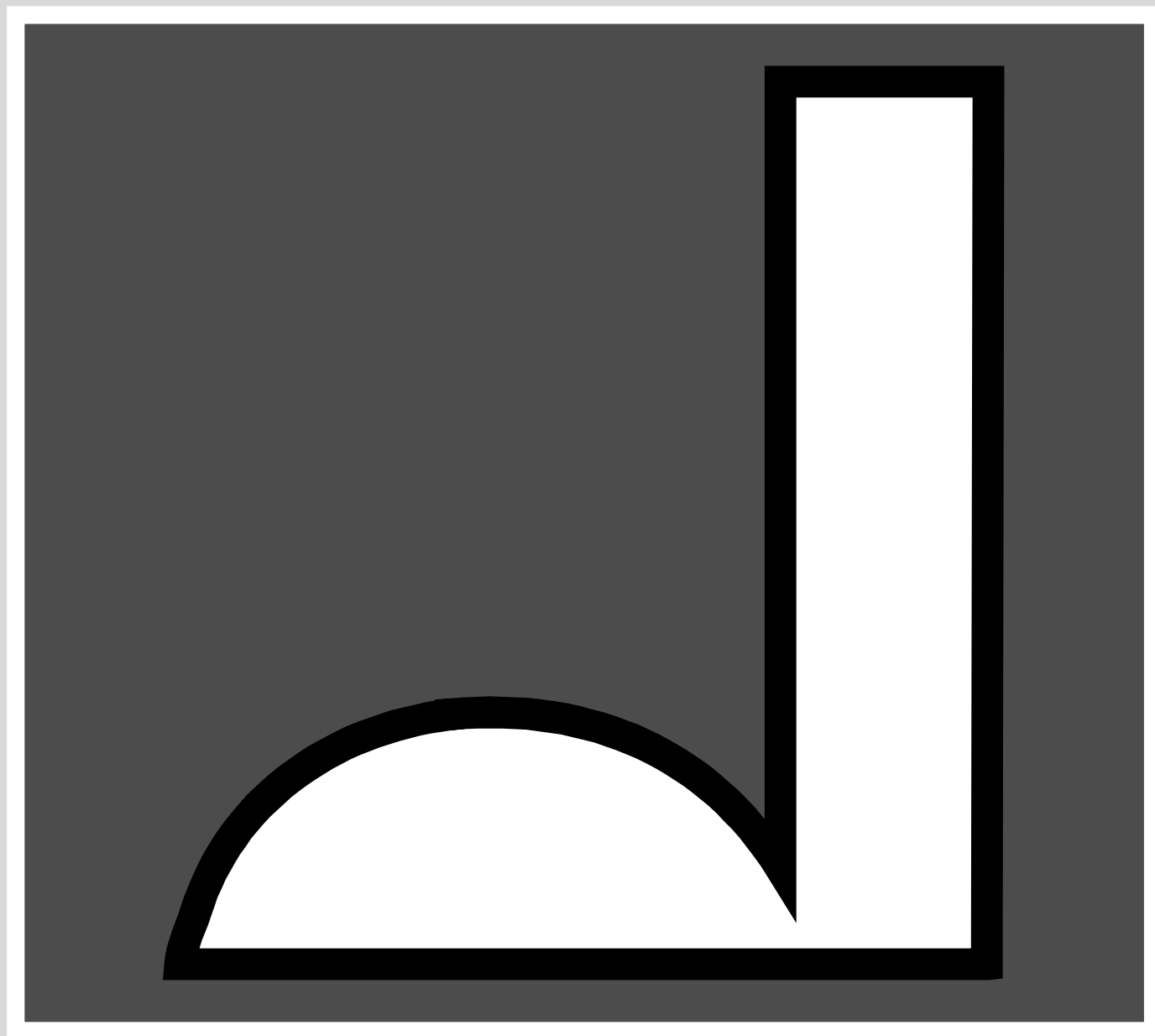




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVII - Nº 015 - SÁBADO, 9 DE MARÇO DE 2002 - BRASÍLIA - DF**

---

<b>MESA</b>		
<p style="text-align: center;"><b>Presidente</b>  <sup>(3)</sup> <b>Ramez Tebet – PMDB – MS</b>  <b>1º Vice-Presidente</b>  <b>Edison Lobão – PFL – MA</b>  <b>2º Vice-Presidente</b>  <b>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</b>  <b>1º Secretário</b>  <b>Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE</b>  <b>2º Secretário</b>  <b>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>3º Secretário</b>  <sup>(6)</sup> <b>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</b>  <b>4º Secretário</b>  <b>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Suplentes de Secretário</b>  <b>1º Alberto Silva – PMDB – PI</b>  <b>2º Marluce Pinto – PMDB – RR</b>  <b>3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE</b>  <b>4º Nilo Teixeira Campos <sup>(5)</sup> – PSDB – RJ</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Corregedor<sup>(1)</sup></b>  <b>Romeu Tuma – PFL – SP</b>  <b>Corregedores Substitutos<sup>(1)</sup></b>  <b>Vago <sup>(4)</sup></b>  <b>Vago</b>  <b>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Procuradores<sup>(2)</sup></b>  <b>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</b>  <b>Gerson Camata – PMDB – ES</b>  <b>Bernardo Cabral – PFL – AM</b>  <b>Vago <sup>(7)</sup></b>  <b>Jefferson Péres – Bloco Oposição – AM</b></p>	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b>  <i>Artur da Távola</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líder</b>  <i>Romero Jucá</i>  <i>Moreira Mendes</i>  <i>Bello Parga</i>  <i>Eduardo Siqueira Campos</i></p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PMDB – 23</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b>  <i>Renan Calheiros</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b>  <i>Nabor Júnior</i>  <i>Gilberto Mestrinho</i>  <i>Juvêncio da Fonseca</i>  <i>Gilvam Borges</i>  <i>Marluce Pinto</i>  <i>Amir Lando</i>  <i>Alberto Silva</i>  <i>Ney Suassuna</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PFL – 17</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b>  <i>José Agripino Maia</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b>  <i>Francelino Pereira</i>  <i>Romeu Tuma</i>  <i>Leomar Quintanilha</i>  <i>Bello Parga</i>  <i>Maria do Carmo Alves</i>  <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b>  <i>Geraldo Melo</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b>  <i>Pedro Piva</i>  <i>Romero Jucá</i>  <i>Vago <sup>(7)</sup></i>  <i>Freitas Neto</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 14</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b>  <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b>  <i>Emília Fernandes</i>  <i>Tião Viana</i>  <i>Roberto Freire</i>  <i>Sebastião Rocha</i></p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PSB – 3</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b>  <i>Ademir Andrade</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líder</b>  <i>Paulo Hartung</i></p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PTB – 5</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b>  <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líder</b>  <i>Arlindo Porto</i></p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PL – 1</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b>  <i>José Alencar</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filhou-se ao PSDB, em 28/09/2001

(7) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matucalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

<b>EXPEDIENTE</b>	
<p style="text-align: center;"><i>Agaciel da Silva Maia</i>  <b>Director-Geral do Senado Federal</b>  <i>Júlio Werner Pedrosa</i>  <b>Director da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b>  <i>José Farias Maranhão</i>  <b>Director da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p style="text-align: center;"><i>Raimundo Carreiro Silva</i>  <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b>  <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i>  <b>Directora da Subsecretaria de Ata</b>  <i>Denise Ortega de Baere</i>  <b>Directora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>

## ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL FAZ SABER QUE, NOS TERMOS DO § 7º DO ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 2001, A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 11, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001, QUE CRIA O FUNDO SEGURO-SAFRA E INSTITUI O BENEFÍCIO SEGURO-SAFRA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO NORDESTE E DO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, NOS MUNICÍPIOS SUJEITOS A ESTADO DE CALAMIDADE OU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM RAZÃO DO FENÔMENO DA ESTIAGEM, TERÁ SUA VIGÊNCIA PRORROGADA PELO PERÍODO DE SESSENTA DIAS, A PARTIR DE 10 DE MARÇO DE 2002.

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 16ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE MARÇO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Nº 28/2002, de 1º do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 569, de 2001, do Senador Romeu Tuma. Ao Arquivo..... 01877

##### 1.2.2 – Pareceres

Nº 108, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, de autoria do Senador Luiz Pontes, que acrescenta dispositivos ao art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências..... 01877

Nº 109, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera o art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados. .... 01880

Nº 110, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 86, de 2002 (nº 135/2002, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até US\$240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II. **(Projeto de Resolução nº 5, de 2002)** ..... 01882

##### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 5, de 2002, resultante de parecer lido anteriormente..... 01892

##### 1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 9/2002, de 28 de fevereiro último, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, de autoria do Senador Luiz Pontes, que aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à

gestante, em caso de parto antecipado, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2002.....	01893	menageando, em especial, a Governadora Roseana Sarney.....	01905
<b>1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos</b>		SENADOR <i>NABOR JÚNIOR</i> – Registro da comemoração, hoje, do Dia Internacional da Mulher. Transcrição do artigo de autoria da delegada Marta Rocha, publicado hoje no <b>Jornal do Brasil</b> , intitulado “Quem mandou nascer mulher”. .....	01907
Nº 5/2002, de 5 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera o art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados, em reunião realizada naquela data. ....	01893	SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> , como Líder – Balanço da ação do Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, durante a gestão do Senador José Serra. ....	01910
<b>1.2.6 – Comunicação da Presidência</b>		SENADOR <i>LINDBERG CURY</i> – Homenagem ao Dia Internacional da Mulher.....	01914
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 95 e 190, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. .	01893	<b>1.2.10 – Leitura de requerimento</b>	
<b>1.2.7 – Discursos do Expediente</b>		Nº 62, de 2002, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando que seja autorizada a sua ausência dos trabalhos do Senado Federal, no período de 10 a 15 de março do corrente, com intuito de comparecer às reuniões externas da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que serão realizadas, respectivamente, nas cidades de Fortaleza/Ceará e Natal/Rio Grande do Norte, em paralelo à Quadragésima Terceira Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Será votado oportunamente.....	01916
SENADOR <i>CARLOS WILSON</i> – Suspeição que recai sobre a pessoa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na operação de busca e apreensão efetivada pela Polícia Federal no escritório da empresa do Sr. Jorge Murad, marido da Governadora Roseana Sarney. ....	01893	<b>1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação</b>	
SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Comentários ao pronunciamento do Senador Carlos Wilson. Defesa do lançamento de candidatura própria do PMDB à Presidência da República.....	01897	SENADOR <i>EDISON LOBÃO</i> – Importância da esperada decisão da Unesco de expandir para o Parque Nacional dos Lençóis, no Estado do Maranhão, o título de Patrimônio da Humanidade, já concedido a São Luís. ....	01919
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Homenagem às mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Reconhecimento e aplauso ao Senador José Coelho, que marcou sua presença na Casa pela defesa do Nordeste. Repúdio às declarações do Senador Carlos Wilson e algumas insinuações do Senador Pedro Simon, em discursos pronunciados nesta manhã, atribuindo participação do Governo no episódio que envolveu o nome do Sr. Jorge Murad e da Governadora Roseana Sarney. ....	01901	SENADOR <i>TIÃO VIANA</i> – Celebração, hoje, do Dia Internacional da Mulher. ....	01920
<b>1.2.8 – Leitura de requerimento</b>		1.3 – ENCERRAMENTO	
Nº 61, de 2002, solicitando urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2002, que dispõe sobre as eleições gerais de 2002. Será votado oportunamente.....	01903	<b>2 – ATOS DO PRESIDENTE</b>	
<b>1.2.9 – Discursos do Expediente (Continuação)</b>		Nºs 17 a 19, de 2002. ....	01922
SENADOR <i>GERALDO MELO</i> , como Líder – Comentário sobre as circunstâncias que levaram o PFL a se afastar do Governo. Manifestação de solidariedade à Governadora Roseana Sarney. ....	01904	<b>3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL</b>	
SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Transcurso do Dia Internacional da Mulher, ho-		Nºs 20 a 23, de 2002. ....	01923
		<b>4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>	
		Nºs 227 a 240, de 2002. ....	01925
		<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA</b>	
		<b>6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	
		<b>7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
		<b>8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
		<b>9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)</b>	

# Ata da 16ª Sessão Não Deliberativa em 8 de março de 2002

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lbão, Mozarildo Cavalcanti e Lindberg Cury*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

#### AVISO

#### DO MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

Nº 28/2002, de 1º do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 569, de 2001, do Senador Romeu Tuma.

*As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.*

*O Requerimento vai ao arquivo.*

#### PARECERES

#### PARECER Nº 108, DE 2002

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, de autoria do Senador Luiz Pontes, que acrescenta dispositivos ao art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.**

Relator: Senador **Tião Viana**

O Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, de autoria do ilustre Senador Luiz Pontes, acrescenta parágrafo único ao art. 71 da Lei de Benefícios da Previdência Social – Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – que trata do salário-maternidade.

O objetivo é aumentar o período de concessão do salário-maternidade em caso de parto antecipado. Tal aumento corresponderia à diferença entre a data esperada do nascimento a termo (37 semanas) e

aquela em que efetivamente ocorreu o parto, de acordo com comprovação em exame clínico, preferencialmente realizado por médico-pediatra.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Com relação à constitucionalidade e juridicidade, não há objeção. A matéria é de iniciativa do Congresso Nacional e está adequadamente inserida no contexto legal pertinente ao assunto.

No que concerne ao mérito, também nada há a opor. O acréscimo do período do salário-maternidade em caso de recém-nascido prematuro é justo, na medida em que tal bebê requer cuidados maternos mais prolongados.

Ressalte-se, todavia, que cabe tornar tal extensão de prazo compatível com o período da licença-maternidade, que é de 120 dias em todos os casos. Ou seja, faz-se necessário modificar a legislação trabalhista, de forma a aumentar o período da licença-maternidade nos casos de parto antecipado.

Embora o art. 7º, XVIII, da Constituição Federal, estabeleça, como direito do trabalhador, licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias, nada obsta que a lei estenda tal período em caso de nascimento de bebê prematuro. Afinal, esse representa um caso específico que merece, como tal, ordenamento legal apropriado.

Assim, cabe (conferir nova redação ao § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943)). Esse dispositivo estabelece que, em caso de parto antecipado, a mulher terá direito ao mesmo período de repouso definido para partos em geral.

Sob o enfoque da técnica legislativa, é oportuno modificar a redação do art. 1º do projeto, a fim de torná-lo mais direto e claro. Faz-se necessário, também, adequar o projeto ao disposto no art. 12, III, c, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 170, de 26 de abril de 2001.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, com o oferecimento do seguinte substitutivo:

## EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 190, DE 2001**

**Aumenta o período de concessão  
do salário-maternidade e da licença à  
gestante, em caso de parto antecipado.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, transformando o atual parágrafo único em § 1º:

“Art. 71. ....  
.....

§ 2º Em caso de parto antecipado, o período do salário-maternidade será acrescido do número de semanas equivalente à diferença entre 37 semanas e a idade de gestação do recém-nascido, devidamente comprovada em exame clínico, preferencialmente realizado por médico pediatra.” (NR)

Art. 2º O § 3º do art. 392, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1E de maio de 1943, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 392. ....  
.....

§ 3º Em caso de parto antecipado, o período da licença à gestante será acrescido do número de semanas idade de gestação do recém-nascido, devidamente comprovada em exame clínico, preferencialmente realizado por médico pediatra.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de janeiro de 2002. – **Romeu Tuma**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Lauro Campos** – **Lindberg Cury** – **Emília Fernandes** – **Marluce Pinto** – **Valmir Amaral** – **Geraldo Cândido** – **Maria do Carmo Alves** – **Geraldo Althoff** – **Ademir Andrade** – **Moreira Mendes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Waldeck Ornelas** – **Mauro Miranda** – **João Alberto Souza** – **Luiz Otávio** – **Sebastião Rocha**.

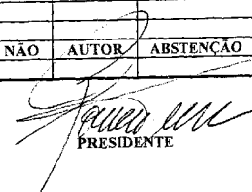
## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 190, DE 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGUITO VILELA					1)VAGO				
MARLUCE PINTO	X				2)VAGO				
MAURO MIRANDA	X				3)VAGO				
PEDRO SIMON					4)VAGO				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				5)AMIR LANDO				
CASILDO MALDANER					6)CARLOS BEZERRA				
GILVAM BORGES					7)ALBERTO SILVA				
VALMIR AMARAL	X				8)NABOR JÚNIOR				
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				9)FERNANDO RIBEIRO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA					1)BERNADO CABRAL				
JONAS PINHEIRO					2)PAULO SÓUTO				
WALDECK ORNELAS	X				3)JOSE AGRIPINO				
GERALDO ALTHOFF	X				4)VAGO				
MOREIRA MENDES	X				5)ANTONIO CARLOS JUNIOR				
MARIA DO CARMO ALVES	X				6)JOSÉ COELHO				
LEOMAR QUINTANILHA					7)VAGO				
LINDBERG CURY	X				8)VAGO				
TITULARES - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARTUR DA TÁVOLA					1)RICARDO SANTOS				
BENÍCIO SAMPAIO					2)LUIZ OTÁVIO (PPB)	X			
LUIZ PONTES					3)GERALDO MELO				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					4)PEDRO PIVA				
ROMERO JUCA					5)FREITAS NETO				
FERNANDO MATUSALEM					6)LÚDIO COELHO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EMÍLIA FERNANDES (PT)	X				1)GERALDO CÂNDIDO (PT)	X			
LAURO CAMPOS (PDT)	X				2)HELOÍSA HELENA (PT)				
MARINA SILVA (PT)					3)JEFFERSON PERES (PDT)				
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	X				4)OSMAR DIAS (PDT)				
TIÃO VIANA (PT)	X				5)ROBERTO FREIRE (PPS)				
TITULARES - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADEMIR ANDRADE	X				1)VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: — ABSTENÇÃO: — SALA DAS REUNIÕES, EM 20/01/2002

  
PRESIDENTE

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF).

TEXTO FINAL  
DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190,  
DE 2001, APROVADO PELA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM  
REUNIÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2002

**Aumenta o período de concessão  
do salário-maternidade e da licença à  
gestante, em caso de parto antecipado.**

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, transformando o atual parágrafo único em § 1º:

“Art. 71. ....

§ 2º Em caso de parto antecipado, o período do salário-maternidade será acrescido do número de semanas equivalente à diferença entre trinta e sete semanas e a idade de gestação do recém-nascido, devidamente comprovada em exame clínico, preferencialmente realizado por médico pediatra.” (NR)

Art. 2º O § 3º do art. 392, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.392. ....

§ 3º Em caso de parto antecipado, o período da licença à gestante será acrescido do número de semanas equivalente à diferença entre trinta e sete semanas e a idade de gestação do recém-nascido, devidamente comprovada em exame clínico, preferencialmente realizado por médico pediatra.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de fevereiro de 2002. –  
**Romeu Tuma**, Presidente – **Tiã Viana**, Relator.

**DOCUMENTO ANEXADO NOS  
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO  
ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

OF. Nº 1/02 – PRES./CAS

Brasília, 20 de fevereiro de 2002

Excelentíssimo Senhor  
Senador Ramez Tebet  
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 282 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 20 de fevereiro de 2002, aprovou, em turno único, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, que “Acrescenta dispositivos ao art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.”, de autoria do Senador Luiz Pontes, e será submetido a turno Suplementar na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais, a ser realizada dia 27 de fevereiro de 2002, onde poderão ser oferecidas emendas por ocasião da discussão.

Atenciosamente, – Senador **Romeu Tuma**, Presidente.

OF. Nº 9/02 – PRES./CAS

Brasília, 28 de fevereiro 2002

Excelentíssimo Senhor  
Senador Ramez Tebet  
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 27 de fevereiro de 2002, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, que “aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante, em caso de parto antecipado.”, de autoria do Senador Luiz Pontes, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Submetida a Turno Suplementar em 27-2-2002.

Atenciosamente, – Senador **Romeu Tuma**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL CONSTITUIÇÃO

Art. 70\*\* São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

Art. 12. A alteração da lei será feita:

III – nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

c) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão “revogado”;

d) o dispositivo que sofrer modificação de redação deverá ser identificado, ao seu final, com as letras NR maiúsculas, entre parênteses.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,  
DE 26 DE ABRIL DE 2001

DO 82-E de 27-4-2001 pág. 1

**Altera a Lei Complementar nº 95(1), de 26 de fevereiro de 1998.**

DECRETO-LEI Nº 229,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 (\*), de 1º de maio de 1943, e dá outras providências**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943\*

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

Art. 392. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de 4 (quatro) semanas antes e 8 (oito) semanas depois do parto.

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá sempre direito às 12 (doze) semanas previstas neste artigo.

#### **PARECER Nº 109, DE 2002**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera o art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados.**

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto, altera o art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados.

O dispositivo alterado trata das obrigações e direitos dos prestadores de serviços quando na condição de contratados ou credenciados de uma operadora de planos ou seguros privados de assistência à saúde e a alteração proposta consiste no acréscimo de um parágrafo único que estabelece a proibição, em qualquer situação, da exigência, por parte do prestador, de caução ou depósito de qualquer natureza, no ato da internação ou com anterioridade à prestação do serviço.

O projeto deverá ser apreciado por esta Comissão de Assuntos Econômicos com decisão terminativa.

Vencido o prazo regimental, não recebeu emendas.

Existem tramitando no Senado Federal cinco outros projetos de lei que alteram a Lei dos Planos de Saúde – ainda que não se refiram ao dispositivo em pauta – e uma Medida Provisória (MPV nº 2.177, de 27 de agosto de 2001, em sua 44ª edição), que promove, entre outras, alterações no art. 18 da lei citada, ainda que de outra natureza.

## II – Análise

O proponente justifica sua iniciativa por reconhecer que a exigência de cauções e depósitos por prestadores de serviços provoca situações de constrangimento e risco de vida para os usuários de planos de saúde.

Além de considerá-las injustas, classifica tais exigências como “práticas abusivas”, nos termos do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, especificamente o inciso V do art. 39 que veda ao fornecedor de produtos e serviços exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Concordamos com o autor do projeto: a exigência de caução é excessiva por aproveitar-se da condição de fragilidade em que se encontra o usuário do serviço de saúde em decorrência da situação de doença, sua ou de seu dependente, para auferir vantagens nas suas relações comerciais com a operadora do plano, em detrimento do consumidor usuário do plano. No limite, esse tipo de exigência pode colocar em risco a saúde e a própria vida da pessoa.

Em relação à constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, não há nada a obstar.

Em relação aos aspectos econômicos e financeiros da matéria-objeto precípua da análise desta Comissão, segundo dispõe o Regimento – também não há o que contrapor. Ainda que não se disponha de elementos para dimensionar o impacto da proibição sobre a economia e as finanças de prestadores de serviços e operadoras de planos de saúde, é de se considerar que será insignificante, se é que ocorrerá.

## III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001.

Sala das Sessões, 5 de março de 2002. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Bello Parga** – **Lauro Campos** – **Paulo Souto**, Autor – **Roberto Saturnino** – **Heloísa Helena** – **Paulo Hartung** – **Gilberto Mestrinho** – **Ricardo Santos** – **João Alberto Souza** – **Romeu Tuma** – **Antonio Carlos Júnior** – **Gilvan Borges** – **Pedro Simon** – **Romero Jucá** – **Jefferson Peres** – (sem voto) – **Lúcio Coelho** – **Waldeck Ornelas**.

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

#### LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL *PLS Nº 95, DE 2001*

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					PEDRO SIMON	X			
CARLOS BEZERRA					IRIS REZENDE				
CASH DO MALDANER					MAURO MIRANDA				
GILBERTO MESTRINHO	X				SÉRGIO MACHADO				
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				RENAN CALHEIROS				
					GERSON CAMATA				
GILVAN BORGES	X				ROBERTO REQUILÃO				
ROBINSON VIANA									
WELLINGTON ROBERTO					MARLUCE PINTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCELINO PEREIRA									
JOSÉ AGRIPINO									
IONAS PINHEIRO					MOREIRA MENDES				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				BERNARDO CABRAL				
PAULO SOUTO			X		ROMEU TUMA	X			
WALDECK ORNELAS	X				GERALDO ALTHOFF				
BELLO PARGA	X				JOSÉ COELHO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO					GERALDO MELO				
LUCIO ALCÂNTARA					ROMERO JUCÁ	X			
LÚCIO COELHO	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
					LUIZ PONTES				
RICARDO SANTOS	X				FERNANDO MATUZALEM				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUP LICY	X				JOSÉ EDUARDO DUTRA				
HELOÍSA HELENA	X				PAULO HARTUNG	X			
LAURO CAMPOS	X				ROBERTO FREIRE				
JOSÉ FOGAÇA					JEFFERSON PERES				X
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO	X				ADEMIR ANDRADE				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA					ARLINDO PORTO				

TOTAL 18 SIM 16 NÃO 2 AUTOR 1 ABS 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05, 03, 02

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

**Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.**

.....  
**SEÇÃO IV**  
**Das Práticas Abusivas**

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

.....  
V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

.....  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.177-44,  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

**Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde e dá outras providências.**

.....  
"Art. 18. A aceitação, por parte de qualquer prestador de serviço ou profissional de saúde, da condição de contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta lei, implicará as seguintes obrigações e direitos:

.....  
III – a manutenção de relacionamento de contratação, credenciamento ou referenciamento com número ilimitado de operadoras, sendo expressamente vedado às operadoras, independente de sua natureza jurídica constitutiva, impor contratos de exclusividade ou de restrição à atividade profissional.

Parágrafo único. A partir de 3 de dezembro de 1999, os prestadores de serviço ou profissionais de saúde não poderão manter contrato, credenciamento ou referenciamento com operadoras que não tiverem registros para funcionamento e comercialização conforme previsto nesta lei, sob pena de responsabilização por atividade irregular." (NR)

.....  
**DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

Of. nº 5/02/CAE

Brasília, 5 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001, que "Altera o art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, – Senador **Lúcio Alcântara**,  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**PARECER Nº 110, DE 2002**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 86, de 2002 (nº 135/2001, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até US\$240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II.**

Relator: Senador **Lúcio Alcântara**

**I – Relatório**

O Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II.

Como enfatizado na Análise Custo-Benefício Econômico e Social do Projeto Prodetur/NE II, esse

programa tem como objetivo maior complementar e expandir as ações realizadas pelo Prodetur/NE I, oferecendo as condições ideais para a continuidade e o desenvolvimento regional sustentável do setor, aliado ao forte apelo por investimentos privados.

Com efeito, informações contidas nesse documento enfatizam, oportunamente, a capacidade de alavancagem de investimentos que o programa propicia. Com o Prodetur/NE I, ainda em execução, inúmeros foram os investimentos realizados pela iniciativa privada, levando a que empresas de variados portes efetivassem, até o presente momento, gastos de capital da ordem de US\$5,5 bilhões. A expectativa é que para os próximos quatro anos, os investimentos no setor sejam incrementados em US\$5,4 bilhões.

De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa, em sua primeira fase, foi orçado em US\$400 milhões, a serem desembolsados no prazo de quatro anos. Além desse empréstimo, é prevista, ainda, contrapartida nacional, num valor total de US\$160 milhões.

Esse empréstimo externo apresentará as seguintes características financeiras:

*devedor:* Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB;

*credor:* Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

*valor total:* US\$240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

*prazo:* 354 (trezentos e cinquenta e quatro) meses;

*carência:* 60 (sessenta) meses;

*juros:* calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo dos Empréstimos Unimonetários tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescido de um diferencial expressado em termos de uma porcentagem anual, que o banco fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros. Assim que for possível, após o término de cada semestre, o banco notificará à mutuária a taxa de juros para o semestre seguinte;

*comissão de crédito:* exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor não-desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

*comissão de supervisão:* 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais;

*prazo para desembolso:* até 4 (quatro) anos;

*condições de pagamento:*

– *do principal:* em 50 (cinquenta) parcelas semestrais e consecutivas, tanto que possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data prevista para o desembolso final e a última o mais tardar vinte e cinco anos após a assinatura do contrato;

– *dos juros:* semestralmente vencidos, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano.

## II – Análise

Nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União corresponde a operação de crédito que onera os seus limites de endividamento, sujeitando-a, tão-somente, para operações financeiras externas ou internas que extrapolem aqueles limites, a prévia autorização do Senado Federal.

Essas operações financeiras estão, portanto, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas na referida resolução que, além de observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exige que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

1) do oferecimento de garantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

2) que o tomador não esteja inadimplente com a União ou com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Depreende-se do Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional a inexistência de riscos que o garantido (BNB) não cumpra as obrigações financeiras a serem garantidas pela União, ou mesmo que não a ressarça. Isso porque:

a) há previsão do oferecimento de garantias da parte do BNB, comprovando a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o BNB e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação de receitas e de cessão e transferência de créditos, necessárias para fazer frente à garantia da União;

b) assim sendo, poderá o Governo Federal requerer transferências de recursos, necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente na conta de depósitos mantida pelo próprio BNB;

c) segundo análise da Secretaria do Tesouro Nacional, Parecer COREF/GEAF nº 42, de 25 de fevereiro de 2002, o BNB possui situação econômico-financeira satisfatória, demonstrativa de sua capacidade de pagamento do empréstimo;

d) para o corrente ano, de acordo com o Departamento de Controle e Coordenação das Empresas Estatais, as despesas decorrentes da operação de crédito em exame são passíveis de cobertura, dados os limites de dispêndios do PDG/2002 do Banco do Nordeste.

Ainda de acordo com informações contidas no referido parecer da STN, inexistem débitos em nome do Banco do Nordeste do Brasil junto à União e entidades da administração pública federal. Não há, também, registros de compromissos honrados pelo Tesouro Nacional em nome do BNB em operações garantidas nos últimos dois anos.

Dessa forma, estariam sendo cumpridas e obedecidas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos da condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida resolução são atendidos, conforme é informado no Parecer STN/COREF nº 50, de 28 de fevereiro de 2002;

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 448/2002, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 50 da Resolução nº 96/89, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Avaliação que os investimentos previstos no programa mencionado encontram-se amparados no Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio 2000-2003.

Ademais, como já mencionado anteriormente, os limites de dispêndios propostos pelo Banco do Nordeste para este ano de 2002 contemplam as despesas decorrentes da operação de crédito em exame. Cabe mencionar ainda que, relativamente ao aporte

de recursos de contrapartida da União ao Programa, a Secretaria de Orçamento Federal informa que constam recursos alocados no orçamento federal e que, tendo em vista a necessidade de compatibilização entre a realização de receita e a execução da despesa para o exercício de 2002, o Ministério do Esporte e Turismo informou que as dotações para o programa foram priorizadas.

Não é demais enfatizar que essa operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, conforme o expediente DECEC/DIOPE/SUAUT 2002/078, nos termos do Registro de Operações Financeiras – ROF/TA 163842, de 26 de fevereiro de 2002.

Ressalte-se por fim que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 7,41% ao ano, estimativa de custo considerada favorável e aceitável por aquela Secretaria.

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 86, de 2002. nos termos do seguinte:

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2002**

**Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II.**

O Senado Federal resolve,

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), no valor equivalente a até US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

§ 1º Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II.

§ 2º A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Banco do Nordeste do Brasil S.A., vincule receitas e proceda à cessão e transferência de créditos, como contragarantia à União, mediante

formalização de contrato de contragarantia com mecanismo que permita ao Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – *devedor*: Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB;

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – *valor total*: US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – *prazo*: 354 (trezentos e cinquenta e quatro) meses;

V – *carência*: 60 (sessenta) meses;

VI – *juros*: calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo dos Empréstimos Unimonetários tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescido de um diferencial expressado em termos de uma porcentagem anual, que o Banco fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros. Assim que for possível, após o término de cada semestre, o Banco notificará à Mutuária a taxa de juros para o semestre seguinte;

VII – *comissão de crédito*: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

VIII – *comissão de supervisão*: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais;

IX – *prazo para desembolso*: até 4 (quatro) anos;

X – *condições de pagamento*:

– do principal: em 50 (cinquenta) parcelas semestrais e consecutivas, tanto que possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data prevista para o desembolso final e a última o mais tardar vinte e cinco anos após a assinatura do contrato;

– dos juros: semestralmente vencidos, em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de março de 2002. – Presidente eventual, **Romero Jucá – Lúcio Alcântara**, Relator, **Geraldo Melo – Lúcio Coelho – Wellington Roberto – Heloisa Helena** (com declaração de voto) **Lauro Campos** (vencido) **Ricardo Santos – Gilvan Borges – Gilberto Mestrinho – Eduardo Suplicy** (vencido) – **Robison Viana – Gerson Camata – Carlos Bezerra – Casildo Maldaner**.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

(Da Senadora Heloisa Helena,  
na Comissão de Assuntos Econômicos)

#### I – Relatório

O Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Fazenda.

A matéria é submetida a análise do Senado com fundamento no art. 52 incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, que estabelecem o controle pelo Poder Legislativo das operações financeiras em moeda estrangeira, de interesse da União. Destaca-se outrossim que a Resolução do Senado Federal nº96, de 15 de dezembro de 1989, consolidada e republicada em 22 de fevereiro de 1999 também consolidou as atribuições desta Casa no que pertine à fiscalização de tais operações.

Os recursos oriundos da operação em análise destinam-se ao financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II, por meio de subempréstimos a Estados e Municípios, que assim como a operação com o BID, também terão a garantia da União, consoante o Parecer PGFN/COF nº 448/2002 da Procuradoria da Fazenda Nacional. Entretanto, tendo em vista que a União não possui autorização legal para a concessão de tais garantias a Estados e Municípios, está sendo encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei específico, que autoriza o Poder Executivo a conceder tal garantia.

Consoante documentação acostada ao processado, o projeto foi classificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de

Financiamentos Externos – COFIEEX, tendo ainda o Banco Central do Brasil efetuado o credenciamento da operação, de acordo com o expediente DECEC/DIOPE/SUAUT 2002/078, de 26 de fevereiro de 2002.

Causou-nos estranheza as informações prestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Banco Central sobre a condição econômico-financeira satisfatória do mutuário, cuja análise foi feita com base nas demonstrações financeiras do BNB para o período de 1997 a 30-9-2001, posto que consoante a Ação Ordinária Por Ato de Improbidade Administrativa, protocolada sob o nº 2002.81.00.001123-3, contra toda a atual diretoria do BNB, que tramita junto a 8ª Vara da Seção Judiciária do Ceará, interposta pelo Ministério Público Federal daquele Estado, constata-se a ocorrência de atos lesivos ao patrimônio público federal em cerca de R\$7,0 bilhões, por conta, principalmente de um grande volume de operações de crédito de liquidação duvidosa, tanto na carteira de empréstimo daquela instituição, como na carteira de crédito do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), o que inclusive chegou ao conhecimento do Bacen.

Após a leitura da citada ação observamos que, pelo menos até novembro de 2001, o BNB ainda não havia registrado um só centavo dessas perdas, quer em seus livros oficiais de contabilidade quer nos correspondentes livros do FNE, apesar de tais fatos terem sido apurados por meio de inspeção realizada pelo próprio Banco Central, que por sua vez constatou que as perdas configuravam despesas relativas a vários exercícios passados, que deveriam ter sido contabilizadas.

Os balanços divulgados pelo BNB, pelo menos a partir do 2º semestre/99, foram elaborados sem o registro de vultosas despesas que o Banco estava obrigado a reconhecer consoante legislação, o que originou a inserção de falsos valores de lucros e patrimônio líquido em seus demonstrativos financeiros, promovendo assim o BNB continuadas distribuições de dividendos.

Dessa forma, consoante a citada ação proposta pelo Ministério Público Federal o procedimento contábil irregular do BNB buscava ocultar da sociedade a situação pré-falimentar em que o banco se encontrava.

O Procurador da República Aleksander Cabral Sales constatou que o BNB substituiu o registro contábil a que estava obrigado a escriturar por notas explicativas de balanços que, ao contrário dos lançamentos contábeis, não reduzem os resultados e nem o correspondente patrimônio líquido.

A Diretoria do BNB, por meio de tal artimanha, impediu que seus demonstrativos financeiros apresentassem os reais prejuízos que a instituição vinha sofrendo e evitou mostrar que seu patrimônio líquido era, de fato, largamente negativo, mantendo ocultas, dentre outras coisas, operações de crédito da carteira do FNE.

Diante de tais fatos, foi encaminhada pelo Deputado Federal José Pimentel correspondência à Presidência do Bacen, solicitando que fossem prestadas, no prazo de 30 dias, informações sobre diversas irregularidades constatadas naquela instituição, consoante documento anexo.

Demais disso, consoante declarações da Diretora de Fiscalização do Bacen, Drª Tereza Grossi, prestadas no dia 27-9-2001, na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, a composição dos ajustes requeridos para o saneamento financeiro do BNB atingiu a quantia de R\$7,0 bilhões, o que foi calculado pelo Bacen bem antes do Governo Federal anunciar o Programa de Fortalecimento das instituições Financeiras Federais.

É importante ainda esclarecer que o Bacen instaurou em 27-7-99 o processo administrativo nº 9900964613, contra os atuais dirigentes do BNB, cuja ocorrência, conforme consta do § 5 do OFÍCIO/2001/05766/DEJUR/ GABIN de 10-12-2001, configurariam, em tese, crime contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492/86). Inobstante tal fato, a aludida diretoria ainda encontra-se na administração daquele Banco. Passados mais de 2 (dois) anos o Bacen ainda não apresentou qualquer resultado sobre as acusações que pesam sobre os atuais dirigentes daquela instituição.

No depoimento de uma hora e dois minutos na Câmara dos Deputados, em 27 de setembro de 2000, a Diretora de Fiscalização do Bacen, Tereza Grossi, revelou que o Bacen constatou que o BNB precisava ser saneado depois que uma inspeção, iniciada em 1999, apurou problemas graves na instituição. Naquela ocasião, a citada Diretora informou que o Bacen não tem poder de fiscalização sobre as operações dos fundos constitucionais (como o Fundo Constitucional do Nordeste, o FNE, administrado pelo BNB), e afirmou que tal atribuição é do Tribunal de Contas da União (TCU), já que os recursos têm como fonte verbas orçamentárias.

Além do elevado custo de saneamento do BNB, a sabatina da diretora de fiscalização do Bacen, Tereza Grossi, revelou ainda que aquela instituição sabia que o BNB operava com patrimônio líquido negativo e concordou que a situação não fosse explicitada nos

balanços para evitar fuga de clientes da instituição, destacando o seguinte: "Pode-se argumentar que o banco deveria publicar balanço com o patrimônio líquido negativo. Realmente poderia, mas as consequências seriam ruins não para a sociedade, mas para a própria instituição (fuga de depósitos)".

Nesse caso, clara foi a omissão do Bacen em fiscalizar e apurar as infrações contra o Sistema Financeiro Nacional cometidas pelo diretoria do BNB, que ainda permanece no cargo, inobstante os prejuízos causado à sociedade e aos investidores daquela instituição diretamente interessados na real situação financeira daquela instituição.

## II – Análise

Em que pese aos argumentos do relator, há que se lembrar aos Ilustres Pares que consoante o art. 70 da CF/88. "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo", e este por sua vez será auxiliado pelo Tribunal de Contas da União, com atribuições definidas no art. 71 da Carta Magna.

Foram encaminhados todos os documentos exigidos pela Resolução o nº 96/89, do Senado Federal, necessárias à aprovação da operação, bem como cumpridas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Analisando documentação do Banco do Nordeste datada de 22-1-2001, onde encontram-se a finalidade e objetivos do PRODETUR/NE II e sua análise financeira, observa-se que "o resultado financeiro esperado com o programa no que diz respeito, especificamente, ao Banco do Nordeste, será decorrente do **spread** a ser cobrado nas operações de repasse aos sub-mutuários (governos estaduais e municipais)", e essa taxa será de 2,5% a.a., adicionada sobre todos os custos financeiros cobrados pela fonte originária dos recursos – Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

É importante esclarecermos que em situação semelhante o BNDES cobra um **spread** de 2,0% a.a., o que está aquém da taxa de administração cobrada pelo BNB na operação em questão. Não se explica essa taxa a maior cobrada pelo BNB que nas operações do Prodetur funciona tão-somente como gestor e fiscalizador dos recursos fornecidos pelo BID. Além disso, é de conhecimento público o ganho que o BNB

auferire com a administração do Finor e FNE, onde cobra um **spread** de 3,0% sobre a operação.

Portanto, a função do BNB na operação em análise é de repasse ao tomador final, sem ocorrer desembolso de recursos próprios por parte do Banco, que por sua vez tem risco zero nas operações de subempréstimos para os estados e municípios, uma vez que a União funcionará como garantidora desses repasses.

Quanto à fiança a ser prestada pela União à operação de crédito em referência, nos termos do art. 32 da LRF, cumpre mencionar, em face do disposto no inciso II do § 1º do art. 32, da LC nº 101/2000, que a operação em foco foi incluída na Programação Orçamentária para o ano 2002, segundo o Programa de Despesas Globais – PDG do BNB, descrita no Código 712210, Bidprodetur/NE, no valor de US\$60,000,000.00, aprovado pelo Decreto nº 4.068, de 27-12-2001.

Entretanto, é fundamental que se frise que a garantia a ser concedida pela União aos subempréstimos a serem firmados com os estados e municípios beneficiados, depende da aprovação no Congresso Nacional, a fim de que seja autorizado o Poder Executivo a conceder tal garantia consoante o Parecer PGFN/COF nº 448/2002 da Procuradoria da Fazenda Nacional.

No mérito, após a análise de alguns estudos publicados sobre a eficácia do Prodetur I para o desenvolvimento do Nordeste, temos a tecer alguns comentários: **a)** os investimentos do programa têm implicado no beneficiamento de determinados grupos empresariais ligados às estruturas administrativas dos estados e não tem atendido efetivamente ao programa de saneamento e geração de renda nas comunidades, aumentando os bolsões de pobreza e a concentração de riqueza, consoante estudo feito por técnicos da Universidade Federal do Ceará, ligados à Rede Brasil (cópia anexa); **b)** é necessária uma maior investigação por parte do BNB sobre a política de turismo adotada pelos governos estaduais a fim de que beneficie e mude a situação de pobreza na qual vive imersa a maior parte da população tanto cearense como dos demais estados nordestinos; **c)** é necessário o atrelamento dos recursos oriundos desta operação às reais necessidades da população, o que, para tanto, seria necessário ouvir a sociedade civil, verdadeira responsável pelo pagamento de tais recursos aportados como dívida pública; **d)** fiscalização maior sobre a efetiva geração de emprego e renda dos programas aprovados pelo BNB; **e)** o crescimento do turismo não

poderá estar ligado à degradação ambiental com conseqüências para as populações locais; f) maior fiscalização da ligação do desenvolvimento do turismo com a degradação da vida de meninas e mulheres nos grandes centros urbanos, conforme foi detectado pela CPI da Exploração do Turismo Sexual em Fortaleza, no segundo semestre de 2001.

Entretanto, considerando a minha função constitucional estabelecida no art. 70 da CF/88, condicionamos o voto favorável à operação a esclarecimentos do Bacen com relação ao Processo Administrativo nº 9900964613, instaurado em 27-7-99, contra os atuais dirigentes do BNB, cuja ocorrência, conforme consta do § 5º do Ofício nº 5.766/2001/Dejur/Gabin, de 10-12-2001, configurariam, em tese, crime contra o sistema financeiro nacional (Lei nº 7.492/86) e que tramita há mais de 2 (dois) anos naquela instituição, sem que até o presente momento tivesse dado sido qualquer encaminhamento.

Tal condicionamento é feito tendo em vista exaustivo estudo do relatório final da CPI que investigou irregularidades na gestão, liberação e aplicação dos recursos do Finor, que possibilitou quantificar o prejuízo decorrente das fraudes contra aquele fundo, identificando ainda os responsáveis, ressaltamos que sendo o BNB órgão operador daquele fundo, a direção do banco agiu de forma incorreta com relação aos seguintes fatos: conversão de debêntures em ações pelas empresas em prazo superior ao permitido; créditos realizados com atraso na conta do Finor, referentes ao pagamento de debêntures, causando prejuízo ao Fundo; falta de comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com vistas à aplicação das sanções pertinentes, das empresas constantes da Carteira de Títulos do Finor, que deixaram de encaminhar ao BNB os documentos (demonstrativos financeiros, estatutos sociais, atas de assembléia, pedidos de concordatas e outros); subdimensionamento do Patrimônio Líquido do Finor, em razão do encaminhamento ao BNB pelas empresas de balanços e outros documentos contábeis, acarretando a desatualização dos valores das ações constantes da carteira de títulos do Fundo; liberação de recursos do Fundo por meio de ordens de pagamento a empresas inadimplentes por meio de bonificações ao Finor; aprovação de projetos do Fundo para empresas sem exigência tempestiva da apresentação das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS e Tributos Federais; morosidade do Setor Jurídico do banco em promover a cobrança executiva das empresas que se encontram inadimplentes com o pagamento de debêntures; e não-elaboração da relação de provisões

para perdas em empreendimentos constantes da carteira do Finor, prevista para encaminhamento trimestral, à Sudene.

Como podemos observar, a direção do BNB compactuava por ação ou omissão, com a permanência da fraude, o que aliás já havia sido apontada por auditorias do TCU, Bacen e do Ministério da Fazenda.

Nessas investigações foram identificadas várias irregularidades. Entre elas a de que o banco usou dinheiro do FNE, em favor de um restrito grupo de grandes empresários cearenses que, embora se revelando maus pagadores, sempre conseguem novos empréstimos do banco. Os dados apurados pelo TCU indicam que 41% dos recursos do FNE foram destinados a apenas 1% dos beneficiários dos empréstimos do banco nos últimos anos, em condições visivelmente “generosas” para os padrões do mercado. O mais surpreendente é que desses poucos bem-aventurados, nada menos do que 77% eram reconhecidamente inadimplentes.

Para complicar, uma Ação Popular ingressada na 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, de 18 de agosto de 2000, acusa o Presidente do BNB de dilapidar o patrimônio público e ocultar esse fato da sociedade por meio do recurso a fraudes na elaboração dos balanços da instituição. De acordo com a Ação, tais elementos inserem o BNB numa situação de quebra iminente, pois suas operações de crédito, além de não gerarem recursos para pagar suas despesas administrativas, formam déficits que não podem ser cobertos. Além do que, está caracterizada a prática da fraude contábil, pela mencionada manipulação dolosa de classificação de custos de captação.

Como nordestino tenho brigado pelo crescimento constante da minha região e não poderia votar de forma contrária a este empréstimo, porém tenho o compromisso moral e social de tecer os comentários acima até mesmo para dar a minha parcela de contribuição para a melhoria da vida da população dessa região e, para tanto, é necessário que o BNB e os governos estaduais busquem corrigir as falhas do Prodetur I, que foram apontados por técnicos que estudaram com profundidade o tema e apontadas neste voto em separado.

### III – Voto

Por tudo o que foi exposto, condicionamos o voto favorável à operação a esclarecimentos do Bacen com relação ao Processo Administrativo nº 9900964613, instaurado em 27-7-99, contra os atuais dirigentes do BNB, cuja ocorrência, conforme consta do § 5º do Ofício nº 5.766/2001/Dejur/Gabin, de

10-12-2001, configurariam, em tese, crime contra o sistema financeiro nacional (Lei nº 7.492/86) e que tramita há mais de 2 (dois) anos naquela instituição, sem que até o presente momento tivesse dado qualquer encaminhamento e a inserção de um artigo no PRS do Relator, onde conste a necessidade de aprovação de lei no Congresso para que a União funcione como garantidora dos subempréstimos, consoante determina a LRF.

Sala da Comissão, – **Heloísa Helena**, Senadora pelo PT/Alagoas.

**Financiamentos do BID:  
“Bom para o Ceará, melhor para o Brasil”?  
ou  
A dívida que vira dívida?**

*Soraya Vanini Tupinambá*

MS em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFC Assessora do Terramar e integrante da Iniciativa de Gênero da Rede Brasil

Haveria uma melhor oportunidade do que esta para ensinarmos uma discussão acerca do porquê da euforia com que nossos governantes acolhem a Assembléia dos Governadores do BID<sup>1</sup>, aqui no Ceará, marcada para o próximo mês de março? Ora, vamos às motivações que embalam essa euforia!

O Governo do Estado orgulha-se de sua capacidade de atrair investimentos internacionais, dentre eles os financiamentos das IFM<sup>2</sup> – como é o caso do BID. Bem, até aí não há nenhuma novidade, afinal todos conhecemos a propagandeada agressividade dessa política de atração de investimentos. O trágico é perceber como a sociedade, de um modo geral (e não só a local, mas a brasileira e a latino-americana!) deixa-se seduzir pelo encanto dessas propostas que, como canto de sereia, podem nos arrastar a destinos não muito felizes!

**“Decifra-me ou devoro-te!”**

Tal como Édipo frente à esfinge, este é, decididamente, o grande desafio quando se fala em financiamentos de agências multilaterais: no contato com a população, decifrar os mecanismos que desenharam e redesenham a cada instante a dívida externa brasileira – e cuja consequência mais premente é a deterioração da qualidade de vida de cada cidadã(o) deste País! É este véu, este enigma, o que nós todos, que vivenciamos a concretude do que se tem a partir desses projetos e programas financiados por instituições como o BID, devemos tentar fazer cair ou desvendar!

Nesse sentido, seria interessante surpreender aqueles(as) que se encantam com a construção do Aeroporto Internacional de Fortaleza! Dar a saber como a estrada estruturante – via que nos leva em

menor tempo às belas praias do litoral oeste –, bem como a eletrificação e telefonia, foram financiadas! Entender a partir de que mecanismos essa infra-estrutura, que chega à população como um presente (!), vai se convertendo em pesados encargos sociais! Compreender, enfim, de que maneira a dívida se transforma em dívida!

Não resta dúvida de que mediante um quadro extremamente miserável de políticas públicas com finalidades sociais, por um lado, e a alocação de tantos recursos, do outro, nos ocorram certos questionamentos. Atendo-nos, especificamente, aos empreendimentos do Prodetur junto ao litoral oeste (com a implementação de infra-estrutura nas sedes municipais, equipamentos e investimentos que deveriam beneficiar a população local), não seria interessante considerar a efetiva importância dessas intervenções? Evidentemente, sim. E justamente porque isso poderia se traduzir numa efetiva melhoria da qualidade de vida é que a opinião pública passa a tomar essa infra-estrutura como um presente, como uma dívida. De tal modo que tão logo nosso raio de ação se estenda para além dos limites da “Fortaleza para o turista ver” ou do “Ceará dos grandes empreendimentos”, a crítica que tecemos poderia parecer desdém frente às necessidades básicas de saneamento e geração de renda de nossas comunidades.

Entretanto, faz-se necessário lançar uma luz sobre o real endividamento que se consolida com estes empréstimos – e mais: é importante perceber como a partir dessa infra-estrutura e desses investimentos, se promove e se recrudescer a mais profunda concentração de riquezas no Ceará! Moderniza-se a propaganda governamental, atualizam-se os **slogans** mas a lógica é a mesma: favorecer a determinados grupos empresariais que se encastelaram nas estruturas administrativas do estado, utilizando-se dessa situação em benefício próprio!

Compondo esse cenário virtual de desenvolvimento – no qual as estratégias de **marketing** são um dos pilares fundamentais –, o discurso dos Bancos, demonstrando surpresa ao questionamento feito sobretudo pelas ONG's quanto à implantação dessa infra-estrutura, é uma outra falácia! O fato de não haver consequência na consolidação de uma política de turismo que beneficie e mude a situação de pobreza na qual vive imersa a maior parte da população cearense não seria, na perspectiva das agências, “problema dos bancos” – mas, sim, uma espécie de casual ineficiência dos governos locais...

1 Banco Interamericano de Desenvolvimento

2 Instituições Financeiras Multilaterais

Como, no entanto, essa aparente desarticulação de interesses parece longe de se esgotar, o que poderia minimizar danos seria uma demanda articulada da sociedade civil por uma vinculação real entre os recursos aportados como dívida pública e benefícios para as populações que vão arcar com esse ônus! Assim, também, pleitear participação nas decisões sobre a aplicação dos recursos e informação (ao menos, informação) sobre os processos em trâmite nessas negociações!

O que não nos parece, evidentemente, aceitável é este presente de grego, ou seja: o atrelamento dessa infra-estrutura não às necessidades da população mas às estratégias estaduais (e regionais!) de financiamento aos grandes equipamentos – e a alocação de serviços de saneamento e abastecimento d'água na promoção de benefícios seletivos! Isso, não! Porque, até onde nos consta, essas estratégias de desenvolvimento estão voltadas para grupos internacionais (italianos, portugueses etc. – entranhados litoral afora com o Turismo e litoral adentro com a criação de camarão) e para as próprias elites cearenses – historicamente privilegiadas pelas políticas de estado e agora às voltas com a construção de hotéis, resorts, marinas, parques aquáticos... tudo o que de bom o capital pode trazer!

Fato é que enquanto soa essa "cantiga de grilo" ("desarticulação", "desacordo de interesses"), vai se consolidando, igualmente, um modelo de turismo que não consegue ensaiar alternativa alguma de desenvolvimento que redima o estado do Ceará de seu desafio de superação da pobreza! E porque tudo isso tem um encadeamento lógico muito bem urdido, lancemo-nos ao trabalho de perscrutá-lo!

### **Impactos sobre as populações costeiras cearenses**

A zona costeira cearense, espaço de assentamento das populações litorâneas, nesses 16 anos de reinado do PSDB no Ceará, passou a ser o alvo privilegiado de intensas pressões econômicas com intenção expressa de facilitar a implantação de empreendimentos turísticos, complexos portuários, empreendimentos imobiliários, agricultura de grande escala (a exemplo da carcinicultura) e pesca industrial. Nas localidades situadas ao longo dos 130Km que incluem os municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca, o grande investimento tem sido na desarticulação das comunidades praieiras! Através do definhamento das atividades econômicas tradicionais – dentre as quais a da pesca artesanal –, tais políticas no Ceará revelam –

talvez como uma face de Górgona, solidificando e promovendo a pobreza... – a desestruturação dos povos do mar através de mecanismos do próprio Estado! Sabendo que a pesca artesanal é responsável por 70% da produção de pescado que abastece o nosso mercado interno, não nos passa despercebido que a ausência de políticas públicas para esse setor vem promover a fragilização e susceptibilidade das populações costeiras em relação ao desenvolvimento – inclusive o do Turismo! Há, ainda – e é bom que não nos esqueçamos –, a não aplicabilidade da legislação ambiental no que diz respeito à pesca predatória, somada ao uso e à ocupação do solo litorâneo e costeiro às expensas de uma legislação que garanta a posse da terra àqueles/as que nela vivem e dela cuidam – ratificando, assim, essa terrível face do poder!

### **Pouca capacidade de geração de emprego e renda**

Posicionarmo-nos criticamente frente às políticas de Turismo desenvolvidas a nível estadual, contudo, não nos tolda a visão para a potencialidade inequívoca que o estado tem para a atividade turística. No entanto, reiteramos, o mito que nos engolfa, tal qual a forma do minotauro, devora não só nossos jovens como a própria possibilidade de juventude encarnada no que seriam os possíveis! Vide, nesse sentido, a grande, a imensa falta de perspectiva sobretudo das mulheres e jovens ao longo do litoral – num circuito que, na ponta, vai se manifestar no acirramento das questões de gênero e desemprego, que vão contribuir para as estatísticas que se comprazem em associar violência e pobreza!

Fato é que no Ceará o Prodetur não tem contemplado a população local! A capacidade de geração de emprego e renda, ainda que exista, é bastante limitada para o aporte de recursos (e de promessas) feito: a infra-estrutura criada pelo Programa associa-se a grandes investimentos financiados pelos bancos oficiais (BNDES, BN), com pouca capacidade de incorporação das comunidades! Há, sim, o surgimento de oportunidades no setor da construção civil e nas obras de infra-estrutura – mas vale dizer: empregos indiretos e, em sua maioria, temporários.

O que justificaria, perguntamo-nos, a não inclusão de um componente dedicado à formação/capacitação de recursos humanos durante a primeira fase do Prodetur? Dado o alto índice de analfabetismo que se incompatibiliza com uma demanda por mão-de-obra qualificada, este seria, sem sombra de dúvida, um diferencial a favor da população local. Contudo, e como um agravante dessa situação, não

há linhas de crédito com o potencial de possibilitar a essas populações a sua inserção no desenvolvimento da atividade turística – o que a destitui de capilaridade.

### **Degradação ambiental e suas conseqüências para as populações locais**

Na trilha de um turismo marcado pelo consumo de massa e da natureza, as praias têm sofrido processos crescentes de privatização e o deslocamento de suas populações – impossibilitando, dentre outras, o exercício de atividades produtivas como a pesca. Essas populações deixam o espaço da praia e passam a ocupar a periferia das localidades costeiras, onde geralmente inexistem infra-estrutura (água, energia...) e equipamentos sociais (escola, posto de saúde). Processos como esses podem ser observados em Lagoinha, Flecheiras, Paracuru, Pecém, Cumbuco – com a possibilidade crescente, durante a segunda fase do Prodetur, de se estender a todo o litoral extremo-oeste.

A degradação dos ambientes (através de aterro de manguezais, desmatamento, desmonte de dunas) – e que se dá, numa primeira instância, pela especulação imobiliária (a qual geralmente precede a atividade turística) – promove, com a redução da fauna e da flora e o empobrecimento dos recursos naturais – sustentáculo da vida dessas populações – ameaças à sobrevivência tanto do meio quanto dos que o habitam! Como se costuma dizer, joga-se fora a água do banho com o menino dentro...

### **Degradação da vida de meninas e mulheres nos grandes centros urbanos**

As conseqüências de uma política que segrega a alocação de investimentos e iniciativas em determinadas áreas da cidade (ou do estado), privilegiando os setores mais dinâmicos do capital, acabam também colaborando para o aprofundamento de graves problemas sociais.

Com a instalação da CPI da Exploração do Turismo Sexual em Fortaleza, no segundo semestre de 2001, a cidade passa a se constituir na terceira capital brasileira em número de denúncias – revelando uma tragédia social ocultada e naturalizada pelo poder público durante anos! Que modelo de turismo é esse cujas bases se fincam sobre os corpos de mulheres e meninas? Se uma associação direta entre turismo e exploração sexual no Ceará poderia, antes da CPI, parecer uma leitura precipitada, os dados aflorados recentemente acabaram por sinalizar uma intrincada vinculação entre exploração sexual, turismo, especulação imobiliária e lavagem de dinheiro em Fortaleza!

Fenômeno próprio às cidades que enriquecem à luz da degradação humana (no Nordeste, Fortaleza e Recife disputam os melhores índices), a exploração sexual conta, no mínimo, com a omissão das políticas públicas – dentre as quais a do Turismo – que, longe de perfilar qualquer alternativa ao quadro de miséria e perversão que se nos apresenta, continuam ineficazes e dissociadas de políticas sociais que poderiam contribuir para uma perspectiva de desenvolvimento pautado também pela ética e respeito aos direitos humanos.

### **Planejamento e participação centralizada**

No último ponto desse nosso curto percurso pelo que quiséramos não fosse a tragédia que pintamos, atenhamo-nos à parte do discurso que versa sobre "descentralização, participação e benefícios à população local".

O Prodetur, nosso redentor, viria com "ações planejadas para superar as características espontâneas e pontuais que teriam dado a tônica do desenvolvimento do turismo no Nordeste".

Nesse sentido, o que podemos verificar é que as comunidades desconheciam o Prodetur por ocasião de sua implementação – e, em grande parte, ainda desconhem! Ademais, o conhecimento do Programa, por si só, seria insuficiente para dotar de sentido a participação das populações – pois o que interessaria, em princípio, saber seria de que forma elas passariam a se integrar na formulação, implementação e acompanhamento das atividades desenvolvidas!

Esse aspecto da pouca ou nenhuma participação da população local não se restringe tão somente às comunidades, mas envolve também as administrações municipais! Estas se encontram completamente descompassadas no que diz respeito ao desenvolvimento das ações postas em curso! Com a ressalva de que, coincidentemente, são os projetos que visam ao fortalecimento institucional das administrações municipais (capacitações, equipamentos...) aqueles que mais se atrasam na execução do cronograma do Programa – e que, muitas vezes, deixam de acontecer ou se realizam de maneira inadequada.

A alegativa de uma "ação descentralizada", na verdade, contrapõe-se uma descentralização controlada – onde os Governos são os grandes propulsores do desenvolvimento do Turismo em articulação com a iniciativa privada. Tão somente agora, durante a segunda fase de execução do Prodetur, é que se fala (timidamente) na "implantação de um Conselho de Turismo". Artifício difícil de angariar crédito, uma vez que não tem raízes fincadas em nenhuma experiên-

cia bem sucedida da política de Turismo como política pública no Ceará. Melhor, talvez, seja acreditar no caboclo quando diz que em terra de charque, conversa pra boi dormir é condenação à morte! Ou, pra não perder o mote e reiterando o pensamento que vimos de exprimir, à dádiva que vira dívida, a gente não preferiria a sorte?...

#### **Diretrizes necessárias para a democratização das políticas públicas de turismo**

- Assegurar através da legislação o espaço de assentamento humano das comunidades existentes na zona costeira.
- Buscar a gestão costeira integrada para desenvolver o uso e a ocupação do solo de maneira a assegurar os assentamentos humanos costeiros e promover uma regulamentação da atividade turística.
- Dinamização de capitais locais na construção de microempresas nos setores de hospedagem (pequenos hotéis, pousadas, leitos em residências), de alimentação (lanchonetes, pequenos restaurantes, barracas de praia) e de transporte para deslocamento de turistas. As mulheres e jovens representam, nesse sentido, um segmento fundamental no contexto dessas populações – sobretudo pela maior escolaridade que possuem, por representar também uma ampliação da renda familiar e pela sua projeção desses segmentos para o espaço público.
- A formação de empresas turísticas de pequeno porte desenvolvidas por representantes da população local atuando como mini-agências, viabilizando dessa maneira uma participação efetiva da população local. . Uso adequado dos recursos turísticos locais de maneira a valorizá-los e conservá-los como meio de viabilizar um programa de turismo local sustentável, onde as populações locais sejam sujeitos históricos de seu desenvolvimento.
- A valorização das manifestações culturais locais: artesanato, folclore, gastronomia, festas religiosas, mitos, lendas e crenças.
- O apoio à pesca artesanal, à agricultura e à criação de animais, tanto para o consumo, como para a complementação de renda. Considerar especificamente as mulheres e a juventude como potencial de empregabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas de complementação da renda familiar.
- Promover a integração da atividade turística com atividades econômicas pré-existentes (pesca, artesanato, extrativismo).
- Dinamizar a estruturação comercial do artesanato produzido localmente.
- Incentivar a indústria caseira de produção de alimentos, estimulando a gastronomia local como fonte de geração de renda.
- Incentivar o desenvolvimento de cultivos que forneçam alimentos demandados por hotéis, pousadas, restaurantes e pelos próprios turistas.
- Buscar, junto às instituições públicas responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, a prioridade a projetos turísticos formulados em bases locais.
- Desenvolver uma experiência-piloto de gestão territorial na orla marítima, visando à consolidação de um uso e ocupação do solo que desestimule a utilização inadequada da orla marítima.
- Apoiar iniciativas que busquem o ordenamento da pesca.
- Capacitação visando não só o fortalecimento institucional das administrações municipais mas também o de outros sujeitos que no local desenvolvam a capacidade de formular e gerir políticas públicas de turismo.
- Elaborar planos e projetos urbanísticos para o município considerando às localidades costeiras que mais sofrem com os processos de intervenção urbanística, não se restringindo às sedes municipais. . Capacitação visando à formação para formulação, execução e gestão de políticas públicas de turismo local estendidas a outros sujeitos que não só as administrações municipais.
- Buscar integração dos equipamentos turísticos às paisagens.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 05, de 2002 (MSF nº 86/2002) – resultante de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, lido anteriormente –, *que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste S.A., no valor equivalente a até duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte, com o Banco Interamericano de Desenvol-*

vimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur/NE II, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes

OF. Nº 9/02 – PRES./CAS

Brasília, 28 de fevereiro 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 27 de fevereiro de 2002, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2001, que "aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante, em caso de parto antecipado", de autoria do Senador Luiz Pontes, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Submetida a Turno Suplementar em 27-2-2002.

Atenciosamente, Senador **Romeu Tuma**, Presidente.

OF./CAE/5/02

Brasília, 5 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2001, que "altera o artigo 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados, em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, – Senador **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Com referência aos ofícios que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 95 e 190, de 2001, sejam apreciados pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson, por permuta com o Senador Moreira Mendes.

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, há pouco mais de 30 anos, o mundo ficou perplexo com a revelação de dois jornalistas do jornal **Washington Post**, segundo a qual o alto escalão da Presidência da República dos Estados Unidos, ou seja, da mais poderosa nação do mundo, tinha conhecimento e, portanto, concordara com uma atrapalhada operação de espionagem na sede de um partido adversário do Presidente dos Estados Unidos, o Partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington.

Foi a primeira e única vez que um Presidente da República dos Estados Unidos da América se tornava vítima de um processo de **impeachment**. Nixon caiu por conta de uma trapalhada de pretensos agentes - como os que temos na Polícia Federal -, que, na verdade, mais pareciam arapongas. Depois de alguns anos, descobriu-se que eram cubanos do movimento de resistência ao Presidente Fidel Castro, de Cuba.

Pois bem, Sr. Presidente, como definir agora essa operação empreendida pela Polícia Federal na capital do Estado de V. Exª, São Luís do Maranhão, no último fim de semana?

Embora eu seja da Oposição, não sou radical. Preciso confessar, portanto, que reconheço no Presidente Fernando Henrique Cardoso – e faço questão de destacar aqui – a sua inteligência e a sua capacidade de trabalho, mas não consigo entender por que um singelo delegado da Polícia Federal, em meio a uma operação de busca e apreensão no escritório de uma figura conhecida nacionalmente, o Sr. Jorge Murad, esposo da Governadora do Maranhão, Roseana Sarney, transmitiu, via **fax**, documentos – e, honestamente, não importa se foi o mandado judicial, o relatório de atividades, ou seja lá o que for – para um número de telefone do Palácio da Alvorada, usando para isso o equipamento da empresa investigada.

Posso entender agora por que a revista **Época** foi avisada. Poderia ter sido avisada por qualquer funcionário da Polícia Federal. Mas não entendo como um delegado tinha o número da Ajudância de Ordens do Palácio da Alvorada. É, no mínimo, suspeito, o que deixa muito mal o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como sou uma pessoa de boa-fé, não quero crer que o Presidente Fernando Henrique Cardoso estivesse à frente da operação policial, ou que tivesse conhecimento prévio do que iria ocorrer. Custa-me acreditar que tenham sido mobilizados efetivos policiais e judiciais apenas para prejudicar a candidatura da nobre Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney.

Não se pode negar – e não vou negar – ao Professor Fernando Henrique Cardoso o caráter progressista de sua biografia, a capacidade inegável de conviver com idéias e ideais contrários ao seu. Ainda mais quando, afinal de contas, a Governadora do Maranhão, filiada a um dos partidos que deram sustentação ao Governo durante sete anos e três meses, prestou relevantes serviços, sempre com a maior lealdade, com a maior honestidade, juntamente com os seus companheiros Deputados, Senadores e Ministros de Estado. O que teria motivado a operação que foi feita no Estado do Maranhão?

Difícil acreditar que Fernando Henrique Cardoso patrocinaria uma ação nos moldes do Watergate. Ou, como diz a Governadora Roseana Sarney, o ânimo dos agentes policiais teria sido inspirado pelo fato de ela ser mulher e, portanto, passível de discriminação.

Roseana Sarney, aliás, foi bastante enfática nos argumentos que levaram ao fim de uma aliança tão bem-sucedida. Para ela, tudo não passou de uma sórdida operação para desacreditar a sua candidatura à Presidência da República e fazer com que a sua posição nas pesquisas de intenção de votos, que atinge 23%, 24% - e, em alguns institutos, até 26% -, despenque e favoreça a aliança em torno de uma candidatura que interessa ao Palácio do Planalto: a candidatura do Senador José Serra.

Difícil dizer que a Governadora não tem razão, até porque se o Governo pretende desmentir a Governadora Roseana Sarney terá que fazê-lo por atos e atitudes. E esse delegado de nome Paulo de Tarso Gomes terá que ser punido pelo ato temerário de ter-se dirigido ao Presidente da República. Da mesma forma, seu superior imediato, o Diretor-Geral Agílio Monteiro Filho, terá que ser chamado a dar explicações públicas e, na melhor tradição da cadeia de comando, o próprio Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, também terá que se explicar - e muito -, porque disse que estava tomando conhecimento da operação com antecedência e que era uma operação normal de um mandado judicial. E é bom parar por aqui, Senador Lúdio Coelho.

Nesta altura, falar-se no **impeachment** do Presidente Fernando Henrique Cardoso poderia soar como uma proposta radical por parte deste Senador, mas o ex-Presidente dos Estados Unidos Richard Nixon caiu por muito menos, por gravação feita junto a um partido adversário.

**O Sr. Lúdio Coelho** (Bloco/PSDB – MS) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB – PE) – Antes de concluir este pequeno pronunciamento, já que citei o Senador Lúdio Coelho, por quem tenho um grande apreço, concedo o aparte com muita satisfação a S. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Lúdio Coelho** (Bloco/PSDB – MS) – Senador Carlos Wilson, ouvi apenas parte do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. São oportunas as suas declarações, mas algumas poderiam ser postas de uma maneira diferente. Não passa pela cabeça de ninguém que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha dado ordens expressas para investigar a empresa da qual a Governadora Roseana Sarney é sócia. Não entendi as razões de uma área da Justiça mandar parar as investigações e mudar de instância porque a Governadora Roseana Sarney era sócia daquela empresa - mas não me consta que S. Ex<sup>a</sup> ocupasse qualquer cargo executivo na empresa. Não entendo por que uma empresa é impedida de ser investigada apenas porque um dos sócios é uma Governadora. A Nação brasileira sabe que as operações da Sudam vêm sendo postas em dúvida há anos. Inclusive, há pouco tempo, foi detido o ex-Senador e ex-Presidente desta Casa Jader Barbalho, e não ouvi protesto de ninguém aqui. O que me consta é que essas investigações são normais. É necessário que se explique à Nação a existência de importâncias em espécie tão grandes na sede de um escritório, inclusive recursos em moedas externas. Espero que as áreas competentes do Governo investiguem cuidadosamente, para que a Nação tenha conhecimento claro do que está acontecendo. Não entendo que haja razões para uma crise governamental, em que homens da maior responsabilidade na vida pública do País se afastam do Governo porque uma empresa da qual a Governadora é sócia está sendo investigada. O correto é que se investigue o caso em profundidade, para que S. Ex<sup>a</sup> prove que nada tem a ver com isso. Agradeço a oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu.

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB – PE) – Senador Lúdio Coelho, é um privilégio receber um aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que, com sua experiência, sempre coloca com muita precisão seus argumentos. Mas V. Ex<sup>a</sup> disse que não escutou o início do meu discurso. Não es-

tou defendendo que não sejam feitas, com todo rigor, as investigações junto à empresa de que a Governadora Roseana Sarney é sócia; pelo contrário, entendo que a apuração tem que ser feita com todo rigor. Contudo, não entendo como a figura maior da República, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, esteja sob suspeita de ter participado de uma operação que deve ser considerada normal. Mandado judicial é para ser cumprido. A Justiça existe para isso. E, depois, não pode existir privilégio para quem quer que seja. Ninguém é maior que a lei. Digo isso com muita precisão.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que os jornais noticiaram, principalmente nos dois últimos dias, que a Polícia Federal dava satisfação das suas ações ao Palácio do Planalto. É isso que me causa estranheza. V. Ex<sup>a</sup> diz – e o faz muito bem – que não quer esse tipo de interferência. Creio que querer que o processo seja apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça é legítimo, juridicamente falando. A Governadora Roseana Sarney é sócia de uma empresa e tem direito a fórum especial, em função do cargo que exerce. Essa é uma questão jurídica. A questão que abordo é relativa ao comprovado envolvimento do Presidente da República, que recebeu informações sobre como estava sendo executado o mandado judicial, sobre como estava sendo a apreensão de documentos na empresa em São Luís do Maranhão.

Então, cabe ao Presidente da República dar uma satisfação à população. V. Ex<sup>a</sup> tem que entender isso. Não podemos aceitar que um Presidente da República tenha envolvimento com mandados judiciais. O mandado judicial foi cumprido por determinação da juíza do Tocantins. Então, por que o cumprimento do mandado foi acompanhado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça? Esse é o meu questionamento.

Não estou defendendo privilégios para quem quer que seja. Aliás, a Governadora Roseana Sarney tem colocado com muita firmeza – ontem, afirmava isto na televisão – que é a maior interessada em que os fatos sejam apurados com profundidade. S. Ex<sup>a</sup> sabe que, se assim não o fizesse, estaria prejudicada a sua candidatura à Presidência da República.

Reitero minha estranheza pelo fato de que um mandado judicial tenha sido acompanhado tão atentamente pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Senador Carlos Wilson, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB – PE) – Com muito prazer, Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Felicito V. Ex<sup>a</sup> pela competência e pela disposição de trazer esse assunto ao debate no Senado Federal. Lamentavelmente, em diversas ocasiões, esta Casa finge que não vê problemas muito graves, que atingem, inclusive, a própria imagem da instituição. Estamos vivendo uma situação profundamente significativa. É claro que, num país como o Brasil, em que poucas coisas são levadas a sério, em que os candidatos mentem todos os dias, não se pode dizer que mentir é coisa grave, mas esse é um fato excepcional. A pergunta é muito simples: qual o motivo para uma autoridade policial enviar um fax ao Presidente da República? Houve uma decisão judicial, que foi cumprida pela Polícia Federal. O Presidente do Supremo Tribunal Federal mesmo afirmou que não entende a razão pela qual o delegado mandou o fax para o Presidente da República. Não tinha por que fazê-lo. Deveria comunicar o fato ao juiz e ao seu superior na Polícia Federal, e não ao Presidente da República. E enviou um fax que termina com a seguinte frase: "a operação foi bem-sucedida". Por que enviar um fax ao Presidente da República dizendo que a operação teve êxito? O que ele deveria dizer seria: "Cumprimos a missão, a missão foi executada". Ora, o "bem-sucedida" é surpreendente. A questão seguinte é ainda mais grave: é saber se o Presidente da República soube do que estava acontecendo no Maranhão pelo fax. É saber se, quando o Presidente da República declarou à imprensa que não sabia de nada, Sua Excelência já tinha conhecimento dos fatos. Essa questão é muito séria, porque, se o fax chegou segundo parece ao **Jornal do Brasil**, se Sua Excelência tinha conhecimento do fax quando falou inclusive com as autoridades do PFL, e disse que não sabia – "Vou ver", se isso aconteceu, o Presidente mentiu para a sociedade. E foi uma mentira igual a essa que levou o Presidente Nixon a renunciar. No célebre caso Watergate, Nixon mandou fazer as gravações na sede do Partido Democrata por isso o nome Watergate, que é o nome do edifício – e foi cassado não por outra razão; foi cassado porque declarou firmemente que não sabia. Ele disse que não sabia e, no andamento do processo, a comissão feita para investigá-lo no Congresso Nacional descobriu que ele sabia. Chegou uma fita lá que demonstrou não só que ele sabia como tinha mandado. Com essa mentira, veio o processo de **impeachment**. Para escapar desse processo, o Presidente Nixon renunciou. Por uma mentira! Não estou falando em **impeachment**, em renúncia, nem em coisa ne-

nhuma. Estou falando da importância e do significado de se saber se o Presidente da República sabia ou não dos fatos quando falou à Nação. Em primeiro lugar – repito –, é muito estranho uma autoridade policial dirigir-se ao Palácio da Alvorada não foi nem ao Palácio do Planalto por meio de um fax especial. Tanto no Palácio da Alvorada quanto no Palácio do Planalto, há vários números de fax; mas um deles é conhecido por poucas pessoas e só é utilizado quando se trata de assunto a ser levado imediatamente ao conhecimento do Presidente. E foi esse o número utilizado pela autoridade policial para comunicar o êxito da operação. Se isso é verdade, se o Presidente sabia antes de falar, é uma falta grave. E este Senado deve tomar providências nesse sentido. Também quero dizer que, como V. Ex<sup>a</sup> bem diz, não estou fazendo juízo de valor em relação ao que aconteceu. Com toda a sinceridade, diria que eu, como Presidente da República, consideraria normal o fato de um juiz mandar fazer uma investigação, e a Polícia Federal executá-la contra Governador, contra Ministro, contra Presidente, contra meu filho, contra quem quer que seja. Isso deveria ser rotina e deveria merecer aplausos. Mas só não merece aplausos porque essa não foi a rotina do Governo Fernando Henrique, não foi a tradição do seu Governo. Sempre que pôde, o Presidente da República buscou esconder as diversas denúncias de corrupção, de coisas graves. Tal foi o caso Eduardo Jorge, em que o Governo fez tudo o que podia e o que não podia, inclusive no Congresso, para esconder os fatos. Também esse foi o caso da CPI pedida por mim para investigar os corruptos, depois da CPI do **Impeachment** e da CPI dos Anões do Orçamento: o Presidente da República determinou aos Parlamentares do PSDB e do PFL, na Câmara e no Senado, que tinham assinado o requerimento para instalação da CPI, garantindo a maioria, que retirassem suas assinaturas. Da mesma forma, no caso do escândalo da reeleição, quando foi provado, por meio de gravações, que Parlamentares receberam cerca de R\$200 mil para votarem favoravelmente, o Governo boicotou, não deixou que a questão tivesse andamento. Volto a repetir: o que chama atenção não é o fato de o juiz determinar, e a Polícia investigar. Isso é absolutamente normal! Fizeram o que tinham que fazer! O anormal é que o Governo Fernando Henrique não tem a tradição de permitir isso. E fica a pergunta, uma pergunta muito grave: será que, se o PFL não tivesse insistido, se a Roseana tivesse desistido de sua candidatura à Presidência da República e tivesse aceito ser Vice-Presidente na chapa do Serra, e, a essa altura, estivesse em plena campanha a dobradinha Serra-Roseana,

essa operação teria saído, isso teria acontecido? Essa é a pergunta que fica e que merece resposta. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB – PE) – Senador Pedro Simon, é sempre muito bom ser apartado por V. Ex<sup>a</sup>, em razão do brilho de suas observações, sempre muito precisas. Ouvi atentamente todo o seu aparte e detenho-me no final de suas ponderações: será que, se tivesse existido essa composição entre o PSDB e o PFL, se a Governadora Roseana tivesse aceitado compor a chapa com o nosso colega e ex-Ministro da Saúde José Serra, a empresa Lunus estaria sendo investigada? Essa é uma pergunta que está sendo feita no País inteiro.

Para concluir o meu discurso, também quero deixar essa pergunta e afirmar que mentir é suficiente para se perder o mandato. Nesta Casa, por exemplo, dois colegas nossos, Senadores, foram obrigados a renunciar aos seus mandatos porque faltaram com a verdade.

Não estou aqui a pregar a renúncia ou o **impeachment** do Presidente Fernando Henrique; mas ficará mal o Presidente Fernando Henrique se terminar o seu Governo sob a suspeita de ter mentido à Nação e de ter participado dessa operação.

Ouço novamente o Senador Pedro Simon, pedindo desculpas ao Sr. Presidente da Mesa.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB RS) – V. Ex<sup>a</sup> lembra um fato muito importante: a cassação do Senador de Brasília.

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB – PE) – Sim, o Senador Luiz Estevão.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB RS) – Dizem que ele é uma das pessoas mais ricas de Brasília. A cassação dele ocorreu por quê?

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB – PE) – Porque mentiu.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB RS) – Foi cassado porque, em seu depoimento perante a Comissão, quando lhe perguntaram qual era o envolvimento dele com a firma que estava construindo o prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo...

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB PE) – Que era a construtora Ikal...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB RS) – Digamos que ele tenha respondido: "Foram R\$8 milhões ou R\$10 milhões". Tudo bem, estava feita a declaração dele. Mas, na investigação, nos livros, nas contas, nos números, em vez de R\$8 milhões, eram R\$90 milhões. Este foi o motivo da cassação dele: ele mentiu. Não foi pela dívida que foi cassado. Aliás, não tínhamos nem

competência para analisar os fatos sob esse prisma. O problema da dívida ou da inexistência dela seria questão do Judiciário, e não havia nenhuma CPI para investigar essa questão. O que aconteceu? Ele mentiu. Disse que negociou R\$8 milhões, mas tinha negociado R\$80 milhões. Com base nessa mentira, seu mandato foi cassado.

**O SR. CARLOS WILSON** (PTB PE) – Exatamente, Senador Pedro Simon. É muito bom V. Ex<sup>a</sup> afirmar que a mentira é a grande indagação do povo brasileiro. "Houve ou não a participação do Presidente Fernando Henrique? Sua Excelência mentiu ou não perante o povo brasileiro?"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Cândido. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, longe, muito longe de mim fazer um juízo definitivo sobre o Presidente da República e sobre esse episódio que deve ser analisado, discutido, esclarecido.

Admiro, no pronunciamento do Senador Carlos Wilson, a coragem de trazer o assunto ao debate, porque o normal, nesses casos, seria o episódio morrer, silenciar, seria ninguém falar sobre o fato. E é porque não falamos nos casos que envolvem uma pessoa importante – Presidente, Ministro, etc – que as coisas acontecem.

Esta Casa se omite sempre quando o assunto é muito sério, sempre que o assunto é muito grave.

Por isso, Sr. Presidente, defendo que essa questão tem que ser esclarecida. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, a mais alta autoridade Judiciária deste País, disse pela imprensa que não entendia por que aquele delegado havia enviado o fax para o Presidente, que não deveria tê-lo mandado e que não havia razão para isso. Ele teria que se reportar ao seu superior policial e à autoridade judiciária a quem a questão estava sendo dirigida.

Estou acompanhando atentamente os fatos. Não sei responder se o Presidente sabia ou não, quando falou; se Sua Excelência recebeu o telefonema do Senador Bornhausen e, então, foi procurar saber do que se tratava. Não tenho nenhuma informação nesse sentido, nenhum fax de Sua Excelência endereçado ao delegado. Não há, até agora, nenhuma informação sobre telefonema ou sobre algum emissário

que tenha feito isso. Não se sabe se o delegado enviou o fax ao Presidente da República respondendo à consulta ou já fazia parte do esquema que o delegado faria o levantamento, a pesquisa, o trabalho que teria que fazer e comunicaria o resultado ao Presidente, dizendo que a operação tinha sido terminada com êxito.

Eu não entendo o porquê de um delegado dizer ao Presidente da República que uma operação como essa terminou com êxito. Mas eu espero, com expectativa, a resposta. Creio que temos o direito de esperar a resposta.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna em uma situação original: o meu Partido está, neste momento, realizando uma convenção no Auditório Petrônio Portella. E estou aqui nesta tribuna falando sobre o meu Partido.

Reparem a luta e o esforço do PFL para ter o seu candidato. Quem imaginaria, a um tempo atrás, que o PFL teria candidato a Presidente da República? Sempre se imaginou que o PFL, pelo seu estilo, pela sua característica, era um partido aliado do Governo, do PSDB, e que comporia, com a maior tranquilidade, uma candidatura a Vice. De repente, o PFL entendeu que tinha o direito de crescer, de avançar, de expor as suas idéias e ter o seu próprio candidato. O que é absolutamente legítimo, diga-se de passagem.

Olhava-se para o PFL e perguntava-se quem seria o seu candidato. O Antonio Carlos Magalhães? Mas houve aquele incidente aqui no Senado. E também sabe-se que o estilo dele é muito complicado para uma candidatura à Presidência. O Marco Maciel? Não faz o estilo de S. Ex<sup>a</sup> ser candidato contra o Governo, ainda que fosse um candidato da aliança de todo mundo. Seria um grande nome, que teria condições de promover uma aliança do PSDB com o PFL. Mas um candidato de oposição ao PSDB não seria ele. O Governador do Paraná? Ele já esteve com o seu prestígio lá em cima, mas, com todo o respeito - a política é assim: às vezes, se está lá em cima; em outras, se está lá em baixo -, hoje, o prestígio dele é relativo.

Foram buscar quem ninguém imaginava: uma mulher, lá do Maranhão. Um Estado que deu um Presidente da República por acaso, que foi o José Sarney, como Vice do Tancredo Neves. O Maranhão apresenta uma candidatura: uma mulher, que merece respeito.

E o Partido Socialista Brasileiro? É um Partido muito pequeno e que deixou o PT e o PDT magoados porque resolveu lançar um candidato próprio – o Governador Garotinho. E aí está o velho Miguel Arraes,

Presidente do Partido, defendendo a candidatura de Garotinho e acreditando que chegou o momento de o Partido Socialista ter o seu candidato. Está aí o Garotinho em plena campanha.

Há ainda os outros partidos: PDT, PPS e PTB, que se aliaram. O PTB, tradicional aliado do Governo, e o PDT, tradicional aliado do PT, reúnem-se e apresentam uma candidatura: Ciro Gomes.

Então, temos o Ciro Gomes; o Garotinho; a Roseana; o PSDB com o José Serra e o PT – é claro – com seu Lula. O quadro está definido, absolutamente definido.

Sobra o PMDB. De todos os partidos que estão aí, é o único que fez uma convenção nacional, a que teve mais **quorum** na história do PMDB. E, numa votação secreta, 98,7% dos convencionais disseram que querem candidatura própria.

Duvido que nessa convenção - que não sei se vale ou não, se deveria ser realizada ou não – o PMDB aprove uma tese contra a candidatura própria. O PMDB tem a decisão absoluta de candidatura própria. O PSDB pode, de repente, concordar em dar o vice; o PTB, o PDT, o PFL podem concordar em dar o vice, mas o PMDB não pode, porque tem que ter candidato a Presidente, pois assim decidiu a Convenção.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) - Pois não.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso que, na verdade, é um relato histórico dos fatos políticos contemporâneos. Não desejo, de nenhum modo, contestar V. Ex<sup>a</sup>, até porque este é o seu pensamento e, a meu ver, está correto na sua análise. Desejo apenas aditar algumas informações a respeito do meu Partido, o PFL. Em verdade, Senador Pedro Simon, o PFL não nasceu para ser um partido secundário, e sim, para ter uma atuação ativa, presente e de primeira linha, sempre que possível. Ele é um partido pragmático. O PFL não deseja ter um candidato para ter um candidato. E, sim, para competir, com toda a possibilidade de vencer. Vejamos o que aconteceu com esse partido já a partir do seu nascimento. "Ele nasceu de um ato de coragem" - como dizia recentemente Marcondes Gadelha -, no instante em que se retirava a Revolução e assumia a Presidência da República, ou estava prestes a assumir, um correligionário de V. Ex<sup>a</sup>, de primeira grandeza, que era Tancredo Neves. O PFL foi, então, criado para ajudar nessa composição e levar adiante a missão de restaurar e consolidar o regime democrático em nosso País. No

passo seguinte, o PFL teve candidato à Presidência da República, que foi o Dr. Aureliano Chaves.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sim.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – S. Ex<sup>a</sup> foi candidato à Presidência da República, não teve sucesso, mas o Partido caminhou com S. Ex<sup>a</sup>, um homem honrado, sério e de grande postura política em nosso País. No mandato seguinte, o PFL não tinha condições de eleger o seu candidato. Em seguida, veio a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem o PFL se aliou e fez o Vice-Presidente da República. Já para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso, nós havíamos preparado um nome de grande dimensão, que era o Dr. Luís Eduardo Magalhães, que, infelizmente, teve o acidente que nós conhecemos e a Nação perdeu esse grande Líder. Logo depois, o Diretório Nacional do Partido, no início do ano passado, reuniu-se e lançou um pré-candidato, que era o Sr. Antonio Carlos Magalhães, à Presidência da República. Depois, veio o nome da Roseana, que se projetou muito mais do que o dele. Com isso, estou apenas dizendo que o PFL sempre pensou em ser Governo, em assumir a Presidência da República, como devem pensar todos os Partidos. Portanto, o meu Partido não é um partido que nasceu para ser secundário e, sim, para ser primeiro, tanto quanto possível.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Recebo com muita satisfação o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

O PFL não nasceu para ser secundário. Há Líderes no PMDB que pensam que o Partido nasceu para ser secundário. Há Líderes no PMDB que não repetem o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, porque, para eles, o PMDB nasceu para ser secundário.

Estou fazendo este discurso para tornar-se histórico, porque ainda é tempo para o Sr. Michel Temer, para o Sr. Renan Calheiros e para o Líder da Câmara dos Deputados. Ainda é tempo! Até o dia 10 de março, S. Ex<sup>as</sup> podem registrar um candidato à Presidência da República para as prévias. S. Ex<sup>as</sup> que escolham, por exemplo, o Jarbas Vasconcelos, um homem excepcional; escolham o Senador Renan Calheiros, que tem tarimba, tem experiência. S. Ex<sup>a</sup> estava na China com o Collor, quando ambos decidiram que o então Governador de Alagoas disputaria a Presidência da República. Escolham um nome e venham para as prévias com esse nome, que terá todas as condições de ganhar, e vamos trabalhar com o candidato que for escolhido.

Porém, não apresentar candidato, sob o argumento, como dizem os Líderes e o Presidente da Fun-

dação Ulysses Guimarães, de triste atuação, de que o PMDB não tem um nome, não tem história, não tem biografia! Todos os partidos têm os seus nomes, menos o PMDB. Não querem o Pedro Simon, não será o Pedro Simon; não querem o Itamar, não será o Itamar; não querem o Ministro Jungmann, não será o Ministro Jungmann, mas apresentem um nome. Porém, dizer que, na estrutura do maior Partido do País, não há um nome? Um Partido em que atuam dois ex-Presidentes da República, dezenas de ex-Governadores, atuais Governadores, dezenas de ex-Ministros, que exerceram cargos da maior importância! Não há nenhum nome?! "Ah, mas existem as pesquisas". Bem, essa é uma questão que só pode ser levada em conta por quem não tem um mínimo de capacidade de análise.

Outro dia, ouvi o Sr. Coimbra dizer, do Instituto **Vox Populi**, numa longa entrevista que concedeu, que tudo o que se fala em pesquisa, em notícia, em mídia, tudo o que se fala com relação aos candidatos não tem maior significado, porque se trata do momento que estão vivendo; que a avaliação dos candidatos deverá e poderá ser feita a partir dos espaços gratuitos de rádio e televisão, quando cada candidato, no seu espaço, dirá o que pensa. Depois, virá um outro candidato e responderá àquele. Nesse caso, será para valer. Mas, agora, não.

Por exemplo, atualmente está havendo um en-deusamento em relação à candidatura Serra, que é qualquer coisa de espetacular! Não há o que responder.

Eu seria um irresponsável se estivesse defendendo uma candidatura própria para o PMDB, numa hora como esta, se essa candidatura tivesse que enfrentar a mídia – rádio, jornal e televisão – que não gosta do PMDB, que não tem simpatia pelo nosso Partido. Seria ridículo propor uma guerra de Dom Quixote contra moinhos de vento se não houvesse os espaços gratuitos. É isso o que muda. Graças a Deus, existe a campanha verdadeira, quando os brasileiros terão a oportunidade de conhecer, por meio do rádio e da televisão, os candidatos. Nesse momento, a candidatura do PMDB sairá do traço e poderá, se buscarmos o que desejamos, se mostrarmos a nossa cara, as nossas propostas e idéias, contarmos um pouco do êxito da nossa biografia na história deste País e, basicamente, apresentarmos uma proposta concreta em relação ao que queremos e desejamos.

Será que o PMDB, o velho MDB não terá a resposta da sociedade?

É triste ver que pessoas já estão negociando. Até então, havia o Líder na Câmara, com o Serra, e o

Líder no Senado, com a Roseana. Não sei atualmente qual é a última posição do Líder no Senado. Mas S. Ex<sup>as</sup> fazem isso sem autoridade, sem credibilidade, porque estão afrontando uma decisão da convenção.

Fizemos a nossa convenção no domingo passado, e houve uma unanimidade radical dos delegados presentes em favor de uma candidatura própria. Eles estão fazendo uma outra agora, que não sei se terá ou não **quorum**, nem sei por que estão fazendo; não tenho a mínima idéia. Mas duvido que na convenção de hoje haja alguma moção a favor do Sr. Serra, da Sr<sup>a</sup> Roseana ou contra candidatura própria. Eu os desafio a apresentar e votar uma moção. E, lá, só há pessoas ligadas a eles.

Devem haver moção e candidatura própria, porque as bases e o Partido querem isso, porque essa é a missão, é a responsabilidade do nosso Partido.

Se o próprio PFL se achou com autoridade e no direito de sair do Governo, cumprindo a sua missão no Governo Fernando Henrique e estilhando o seu caminho, o que obriga o PMDB a continuar no Governo que aí está? Onde está escrito que o PMDB tem a obrigação de apoiar o candidato do PSDB?

Se o Presidente Fernando Henrique tivesse tido a competência de chamar o PFL, o PSDB, o PMDB, o PTB e o PPB e os Partidos que compõem a sua base, conforme proposta do Senador Borhausen, discutiríamos o assunto, faríamos uma análise, um estudo e, em junho, verificaríamos qual dos candidatos continuaria no pleito. Nesse caso, haveria lógica, o assunto mereceria compreensão e poderíamos discutir se continuaríamos ou não, mas o Presidente Fernando Henrique não fez isso. O PSDB mostrou o seu candidato. "Quero este e pronto"! É um direito que ele tem, um direito legítimo.

Ninguém tira do PSDB o direito de querer indicar o seu candidato, mas, no instante em que ele tomou essa decisão por conta própria, seguiu o seu caminho e permitiu que o PFL seguisse, como está fazendo, o dele. Permitiu até que o PPB – não sei até que ponto – seguisse o seu caminho e apresentasse a candidatura de Pratini de Moraes; e permitiu que o PTB abandonasse o Governo e apoiasse a candidatura de Ciro Gomes.

Apenas o PMDB e os seus Líderes entendem que não podem deixar meia dúzia de cargos. O PFL deixou os ministérios. O Sr. Suassuna está lá, indicado não sei por quem, porque o Presidente do Partido disse que não o indicou. A Bancada nunca se reuniu para indicá-lo. Foi uma indicação do Líder Renan Calheiros, e tenho dito que o Sr. Suassuna é da cota pes-

soal do Presidente, e não o representante de um partido.

Farei um apelo para o Sr. Michel Temer: reúna os seus partidários e lance uma candidatura. S. Ex<sup>a</sup> próprio é um belo candidato. O Michel é um belíssimo candidato! O Jarbas é um excepcional candidato. O Presidente do Senado é um grande candidato, tem todas as credenciais, tem toda a autoridade. Foi Governador, Senador, Presidente do Congresso Nacional; por que não a sua candidatura? Se o PFL foi buscar, no Maranhão, uma candidatura, por que o PMDB não vai buscar, no Mato Grosso do Sul, um nome com a credibilidade e a respeitabilidade do Presidente do Senado? Apresente uma candidatura. Mas dizer, com a maior tranqüilidade, que os candidatos do PMDB não decolaram, como na reunião no apartamento do Senador Suassuna, onde fomos buscar um diálogo de franqueza. A Executiva se reuniu e, lá, alguns disseram: "Nós éramos favoráveis à candidatura, mas ela não deslançou." Ora, Sr. Presidente, só vamos poder deslançar no momento em que tivermos o nosso candidato, este representar o Partido, tiver o programa, levá-lo e levá-lo para a sociedade.

Fico condoído quando vejo líderes importantes e ilustres abraçarem essa tese. Alguns têm interesses regionais, como no caso do Líder na Bahia, que tem muito interesse em ficar com o PSDB e apoiar o seu candidato à Presidência da República, que, talvez, até apóie o candidato do PMDB ao Governo do Estado, e enfrentar com um pouco mais de força o Sr. Antonio Carlos.

Alguns têm a situação local: "Porque quero eleger-me Senador, quero eleger o meu Governador e isso é o mais importante". Mas fazer política assim? Custa-me acreditar. Machuca-me imaginar que tenhamos perdido todo o ideal, toda a nossa história e toda a nossa vontade de ser.

Vai ficar nas páginas da história político-partidária a biografia da atual Executiva do PMDB. O Sr. Michel Temer, o Sr. Renan, o outro rapazinho, Líder na Câmara dos Deputados, e o Presidente da Fundação vão ficar na História como as pessoas que boicotaram o seu Partido, as pessoas que tinham um cargo de mando.

Eu podia - eu podia! - estar aqui e dizer não para a candidatura própria: "Temos que apoiar o fulano ou o beltrano". Eu tinha esse direito, porque sou um Senador simples, não tenho autoridade nenhuma atrás de mim. Agora, o Presidente, o Líder da Bancada não cumprir uma decisão da convenção? Uma convenção em que 98,7 disseram que era candidatura própria? E

S. Ex<sup>as</sup> dizerem que não vão fazer isso, que não querem, boicotarem? Triste papel.

A verdade é que se escreveu o livro negro do PMDB nessa caminhada, e cada um terá que ser responsável pela sua parte. Eu, Sr. Presidente, não estou nessa caminhada com a preocupação de ser candidato, com a vaidade de chegar a Presidente da República. Na minha idade, nas minhas circunstâncias e no grau de análises íntimas que venho fazendo nos últimos tempos, a minha missão é mais a de corresponder às pregações da minha idéia e da minha filosofia do que a de uma caminhada como essa.

Acho Itamar muito mais do que eu; acho o Jarbas Vasconcelos, o Presidente do Senado muito mais do que eu. Estou nessa briga buscando a candidatura própria. Entrei quando o Itamar chegou a sair do Partido, quando não tínhamos ninguém. Então, entrei e apresentei a minha candidatura. Quando Itamar voltou e registrou, ficamos eu e S. Ex<sup>a</sup>, com o compromisso de que se não tivesse dois não teria prévia. Então, mantive o meu nome no sentido de que tenha uma prévia, mas não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que, se o Presidente do Partido reunir ainda agora e nos chamar para fazer um grande entendimento, dizendo: "É este aqui", o meu nome estará à disposição. Não tenho nenhuma preocupação em cair fora.

Tenho que aproveitar esse espaço de rádio e televisão do Senado, que é o que tenho, para chamar a atenção. Sei que a nossa **TV Senado** penetra no Brasil inteiro, não em todos os lares, porque ainda não há a possibilidade de termos uma televisão aberta, mas sei que onde existe chance, por meio de uma tv a cabo ou de outras fórmulas que estão sendo apresentadas pela nossa televisão, lá estamos chegando, e, onde chegamos, há um interesse muito grande no debate desta Casa.

É por isso que utilizo este espaço para dizer a você que está me assistindo, na sua casa: se você é prefeito ou vereador, ou se é amigo do prefeito, do vereador ou do delegado partidário do PMDB, você tem obrigação de avisá-los de que, no outro domingo, dia 17, haverá uma urna em cada capital de todos os Estados brasileiros. Estão convocados todos os vereadores, prefeitos e dirigentes para votar. Haverá uma cédula única e será escolhido o candidato do PMDB à Presidência da República. O PMDB fará um pleito em que os vereadores e as lideranças municipais vão escolher o candidato do Partido. Vocês, que não estão ouvindo isso no rádio nem leram no jornal, ainda não receberam nenhuma circular do Partido avisando da votação: "Vereador, prepare-se porque, no dia 17,

terá de ir à capital escolher o candidato do Partido a Presidente da República." Nenhuma circular, até hoje, chegou a nenhum vereador ou prefeito. Por isso, chamo a atenção de vereadores, prefeitos, delegados e membros de diretórios do PMDB para que, no dia 17, peguem um ônibus, uma carona e vão, da forma que puderem, à capital do seu Estado para votar no seu candidato do PMDB à Presidente da República.

Claro que preferíamos que houvesse várias urnas. Há Estados, como o Amazonas, em que alguns têm que pegar a canoa e viajar por dois dias até a capital. Defendemos várias urnas, mas os governistas quiseram assim, e assim será. No entanto faço este apelo aos líderes municipais e estaduais do PMDB: dia 17, das 9 às 17 horas, na capital, na sede do Partido ou na Assembléia Legislativa, haverá uma urna onde devem votar.

Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Espero que Deus ilumine a convenção que se está realizando aqui, bem como os governistas e a direção partidária, para que se encontre uma fórmula que nos honre e que nos dignifique.

Sr. Presidente, o engraçado nisso é que a imprensa apresenta a mim, ao Itamar e a outros como o grupo dissidente. Não somos dissidentes. Somos os 98,7 das bases que querem candidatura própria. Vivemos uma situação muito original: os dissidentes são os Líderes das Bancadas. Quem está fazendo dissidência da decisão do Partido são o Presidente da Fundação Ulysses Guimarães\* e os Líderes, aqui e na Câmara. Que esses Líderes dissidentes não tenham êxito e que Deus os ilumine na convenção que está acontecendo aqui do lado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão) – Concede a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apesar do fato de que uma parte do meu discurso ser relacionada

não à minha posição de Líder ou de Vice-Líder do Governo no Senado, mas, sim, à de Senador de Roraima, por conta do andamento dos assuntos tratados neste plenário, pretendo dividir meu pronunciamento em três aspectos distintos: um, como Senador de Roraima e dois, como Líder do Governo.

Começarei pelos aspectos mais tranquilos ou mais alegres, falando como Senador de Roraima. Preparei discurso ressaltando o avanço, o trabalho, as realizações e o reconhecimento à mulher.

Sr. Presidente, desde 1908, quando, em Nova Iorque, ocorreram fatos que levaram à morte muitas mulheres em uma fábrica de tecidos, comemora-se o Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, aqui, no Congresso Nacional somos testemunhas dessa evolução. As mulheres cresceram, ocuparam espaço e têm dado sua contribuição em importantes segmentos do País.

Portanto, ao fazer este registro, aplaudo as mulheres que estão na política - e aqui faço um registro especial à minha esposa, Prefeita de Boa Vista pela segunda vez, que, com competência, serenidade e muito trabalho, tem transformado a nossa cidade. Aplauzo as que estão nas Secretarias de Estados e Municípios, as que são Governadoras – abro um parêntese aqui para citar a Governadora Roseana Sarney, que passa por momentos de dificuldades por conta do processo eleitoral. Enfim, o meu aplauso a todas as mulheres que, com coragem e enfrentando todo o tipo de discriminação, têm atuado e vencido em todas as áreas profissionais.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> a transcrição do meu discurso nos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, há outros dois assuntos que tratarei desta tribuna - e agora falo como Líder do Governo. O primeiro deles refere-se a um reconhecimento, que quero aqui registrar. É com pesar que, com a volta do Senador José Jorge, que também é um grande amigo, estamos perdendo, pelo menos provisoriamente, o trabalho, a simplicidade e a amizade do Senador José Coelho.

Sr. Presidente, não obstante o fato de o Senador José Coelho ter passado pouco tempo nesta Casa, S. Ex<sup>a</sup> marcou sua posição em defesa do Nordeste e, de maneira serena, tratou de assuntos nacionais e contribuiu, e muito, com o Governo, com o País e com a Liderança do Governo.

Por tudo isso, faço aqui esse reconhecimento e aplaudo o Senador José Coelho pela gestão, dizendo a S. Ex<sup>a</sup> que a sua contribuição foi importante, especialmente para mim, nos momentos em que S. Ex<sup>a</sup> apo-

iou os pleitos do Governo, com muito compromisso, para ajudar o Brasil.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROMERO JUCÁ** – (Bloco/PSDB – RR) – Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Associo-me a V. Ex<sup>a</sup> na homenagem ao Senador José Coelho. Trata-se realmente de um homem lhano, correto, de uma amizade ampla, larga e que, lastimavelmente, tem que deixar o Senado. Deixará o Senado com muitas saudades de nós todos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – (Bloco/PSDB – RR) – Agradeço ao Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Edison Lobão, membro do PFL, Partido ao qual também pertence o Senador José Coêlho.

Tem razão V. Ex<sup>a</sup>, Senador Edison Lobão, ao dizer que S. Ex<sup>a</sup> cativou a todos, inclusive aos que não o conhecia. Conheço o Senador José Coelho há tempos. Conheci-o em Pernambuco, e desde então o admiro pela sua serenidade, sua forma simples, mas objetiva e direta, de atuar nesta Casa.

Sr. Presidente, o terceiro assunto diz respeito, infelizmente, a discursos proferidos nesta Casa pelos Senadores Carlos Wilson e Pedro Simon.

Sr. Presidente, não vou aceitar provocações. Não estamos aqui para retaliar ou para, de certa forma, ampliar enfrentamentos desnecessário e que, na minha opinião, nem deveriam ter havido. Quero apenas, como Líder do Governo, registrar novamente a posição do Governo quanto ao fato lamentável ocorrido no Maranhão.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em nota, ontem, foi muito claro ao registrar que não tinha tomado conhecimento do fato, e que, ao fazê-lo por intermédio do Senador Jorge Bornhausen e da Governadora Roseana Sarney, entrou em contato com a máquina do Governo para saber o que havia acontecido. Sua Excelência recebeu o fax no Palácio da Alvorada porque se encontrava lá. Caso estivesse no Palácio do Planalto o fax teria sido enviado para lá. Estão querendo ver chifre em cabeça de vaca ou em cabeça de cavalo. Repito: Sua Excelência recebeu um fax com informações do mandado e, a partir daí, pediu informações e as repassou a quem de direito. Foi isso que aconteceu. É lamentável que isso tenha ocorrido da forma como ocorreu no Maranhão? É lamentável. Entendemos que a Governadora Roseana Sarney não merece esse tipo de tratamento. No entanto, tomar um fato isolado, específico, de uma decisão judicial federal, de uma proposta do Ministério Público Federal no cumprimento da Constituição e pegar carona, acentuando – refiro-me não ao PFL, mas aos outros partidos que têm candidato à Presidência da República - uma briga que não deve existir

não é direito. Esperamos que a briga nem exista. Se houver disputa eleitoral no primeiro turno, muito bem, vamos disputar de forma civilizada, discutindo propostas. No segundo turno, o compromisso com o Brasil vai prevalecer, e estaremos juntos para não deixar o Brasil se transformar numa Argentina. Repito: transformar um fato isolado, que não teve a participação do Governo, em um fato político, eleitoral, que procura desgastar a figura de estadista do Presidente Fernando Henrique Cardoso ou a figura do candidato a Presidente pelo PSDB, Senador José Serra, é algo com o que não podemos concordar. Não pelo fato de o Senador José Serra ser um grande candidato. Não. Mas porque não é verdade. Simplesmente não é verdade!

Lamento ver candidatos a Presidente da República pela Oposição, falando em CPI, em fax, em **impeachment**. Esse discurso, na verdade, não é condizente com a realidade política do Brasil, nem com a realidade dos fatos. Temos que ter seriedade para separar as questões. O Governo não teve envolvimento nesse processo. A questão eleitoral deve ser colocada em alto nível. Queremos ampliar o debate para que os temas importantes para o País sejam tratados. Não devemos tratar de acusações levianas, de posições que possam levar ao radicalismo, que não interessa ao Brasil, ao PFL ou ao PSDB. Respeitamos muito o PFL, que deu, e continua dando, uma contribuição importante ao País, não resta dúvida. É um parceiro das eleições e da governabilidade. Avançamos juntos com o PFL, conduzidos, sim, pelo Presidente Fernando Henrique, do PSDB, mas numa aliança, PSDB, PFL, PMDB, PPB e o próprio PTB. Portanto, temos uma direção a seguir, que não pode ser embotada por conta de uma disputa que deve ser feita de forma leal e democrática.

Espero que esses infelizes acontecimentos não levem o País para um lado que não é aquele onde precisa estar. Tenho a certeza de que o PFL, até pela nota e pela posição que tomou o seu Presidente e todos os seus membros, tem responsabilidade com o País e continuará atuando não só nesta Casa, mas também na Câmara dos Deputados e nos Estados, de forma a continuar levando o Brasil para o caminho que todos queremos.

Repudio as declarações do Senador Carlos Wilson e algumas insinuações do Senador Pedro Simon no sentido de que o Governo estaria por trás desse fato que lamentavelmente ocorreu no Maranhão.

O Presidente Fernando Henrique, volto a dizer, foi muito claro em sua nota, esclarecendo a posição do Governo.

Portanto, não restam dúvidas sobre esse assunto. É importante que agora se vire essa página e se comece a discutir, de um lado, as questões nacionais e, de outro, uma campanha eleitoral de alto nível, para

que o País possa continuar no rumo certo, a fim de alcançar o futuro que todos os brasileiros esperam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ.**

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a data de 8 de março – Dia Internacional da Mulher – tem sua origem, como sabemos, num episódio ocorrido em 1908, em Nova Iorque, quando várias operárias da indústria têxtil de Nova Iorque morreram queimadas, em incêndio provocado na fábrica onde se reuniam, em greve contra as más condições de trabalho.

Embora alguns estudiosos questionem a veracidade do fato, é inegável que ele guarda um forte simbolismo em relação à condição feminina, apesar de não assinalar, propriamente, o início da luta da mulher, a qual tem suas origens em tempos mais remotos.

Como anda essa luta nos dias de hoje, Senhoras e Senhores Senadores? Os avanços ocorridos autorizam a que se pense no fim do embate?

Olhando para trás, podemos constatar que obtivemos grandes conquistas no campo do direito e da liberdade de expressão. Mas, quando olhamos para os lados, percebemos que muito ainda há para ser conquistado. Falta conquistar respeito. Falta, de forma ampla, conquistar os cargos de decisão, seja na vida pública, seja na empresa privada.

Sim, as mulheres são hoje parceiras da vida empresarial. Mas só 3% chegam ao nível da tomada de decisões. E é o sexo feminino quem sofre, de saída, o risco do desemprego: despede-se 20% mais mulheres que homens. A mulher está nos parlamentos do mundo, mas em menos de 14%, no total, das vozes de deputados e senadoras. Claro, a mulher chega a presidente ou primeira-ministra. Mas apenas em oito países, entre os 121 de bandeira na ONU. Por outro lado, o mundo do Século XXI tolera a clitorotomia de 115 milhões de meninas muçulmanas e o seu banimento escolar, condenando-as ao analfabetismo absoluto, para melhor servir ao seu amo e marido, numa exasperação do versículo do profeta.

No Brasil, a situação das mulheres no mercado de trabalho apresentou uma melhora: a taxa de desemprego diminuiu e a parcela feminina em condições vulneráveis, como o trabalho sem carteira assinada, foi reduzida. No entanto, mesmo com essas conquistas, a desigualdade entre homens e mulheres permanece e, em alguns casos, amplia-se.

Entre 1996 a 1999, o número de mulheres empregadas cresceu 8,6%, passando de 9 milhões para 9,8 milhões. Mais de 40% delas trabalham, a maioria no setor de serviços, e 26% chefiam a família; mas as trabalhadoras ainda ganham menos que os homens.

Falta, ainda, a conquista, de forma expressiva, de posições de poder e de decisão política junto aos poderes do Estado. Uma única Unidade da Federação é comandada por governadora. As mulheres representam 6,57% dos parlamentares federais. Nos altos escalões do Judiciário existem poucas juízas (uma no Supremo Tribunal Federal, duas no Superior Tribunal de Justiça e duas no Tribunal Superior do Trabalho). Não há mulheres no comando dos ministérios.

Por outro lado, o fenômeno da violência contra a mulher tem graves e sérias conseqüências. A cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência no Brasil. 43% das mulheres brasileiras já sofreram violência física. 27% foram vítimas de violência psicológica e 13% de abuso sexual.

É uma situação contraditória e, às vezes, paradoxal. Embora possamos encontrar mulheres notáveis em quase todos os campos da atividade humana e da história brasileira, a maioria da população feminina ainda não tem acesso aos benefícios da igualdade democrática.

Entretanto, é preciso admitir, Senhoras e Senhores Senadores, que se a sociedade não concedeu às mulheres brasileiras maior visibilidade em termos quantitativos, é porque as estruturas sociais se movem lentamente e ainda não absorveram as mudanças ocorridas.

A participação da mulher não é uma questão isolada. É um indicador seguro de transformação em toda a sociedade.

Muito obrigado!

*Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE**(Ramez Tebet) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 61, DE 2002**

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2002.

Sala das Sessões, 8 de março de 2002.

*Handwritten signatures and notes:*  
 - *PRC*  
 - *Green - PHDP*  
 - *AVCM - PSB*  
 - *Andrade Verde PR*  
 - *1º Secretário Bloco 2002*

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O requerimento a que se refere o regime de urgência, diz respeito a um projeto de decreto legislativo.

Dispõe o Decreto:

Art. 1º Às eleições gerais previstas para o dia 6 de outubro de 2002, aplica-se a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

*Parágrafo único.* Não se aplica ao pleito de que trata o **caput**, o parágrafo 1º do art. 4º da Resolução nº 20.993, de 26 de fevereiro de 2002, do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 2º Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será remetido à deliberação do Plenário oportunamente.

**O SR. GERALDO MELO** (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, "a", do Regimento Interno.

**O SR. GERALDO MELO** (Bloco/PSDB – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo secundar as palavras do Senador Romero Jucá, especialmente no que se refere aos problemas políticos que culminaram com o afastamento do PFL da base de sustentação do Governo, fato de conhecimento da opinião pública que não requer maiores comentários.

Ouvi, a caminho do Senado Federal, algumas intervenções feitas aqui que nos obrigaram, o Senador Romero Jucá e eu, a irmos à tribuna para evitar que se consolide na opinião pública uma falsa impressão a respeito dos acontecimentos. A maior contribuição para que haja a compreensão por parte da sociedade do que aconteceu foi dada ontem pelo próprio PFL na nota serena, elegante, pela qual comunicou ao Governo e à sociedade a sua decisão.

Na realidade, não conheço ninguém ligado ao atual Governo, a partir do próprio Presidente da República, que não tenha tido, nesses últimos dias, a mais completa e constante manifestação de apreço e de carinho pela Governadora Roseana Sarney. A todas as pessoas que dessa forma se manifestaram, quero juntar-me. Tenho todos os motivos para fazê-lo, como brasileiro, como cidadão, como amigo da família do Presidente José Sarney, como ex-Governador do Rio Grande do Norte. Governei o meu Estado quando S. Exª era Presidente da República e recebi dele um tratamento de grande compreensão, de gran-

de solidariedade, de grande apoio. A S. Exª devo, sem dúvida alguma, o êxito que tive como Governador do meu Estado. Eu e minha família temos admiração pessoal, respeito e grande apreço não apenas por S. Exª e por seus filhos, mas também por Dona Marli. Compreendo o sofrimento, os transtornos, as tensões que eles têm enfrentado nos últimos dias.

Em relação a esses aspectos que os atingem pessoalmente, quero, sem qualquer restrição, sem meias palavras, expressar aqui a minha mais completa e total solidariedade pessoal à família Sarney, pelo drama, o problema penoso que estão tendo que enfrentar. Mas não posso concordar com aqueles que, como pescadores de águas turvas, procuram criar, em relação a essa questão, um cenário, um pano de fundo que falsifica a realidade.

Dar a esse episódio, por mais lamentável que seja, o caráter de um episódio político, pretender – como fez um homem da responsabilidade e da biografia do Senador Pedro Simon – estabelecer correlação entre o que ocorreu aqui e o que ocorreu nos Estados Unidos, ao tempo do Governo do ex-Presidente Nixon, não deixa de ser um exagero que ultrapassa todos os limites da apreciação responsável.

Eu queria que esta Casa soubesse que, uma semana antes do episódio ocorrido no Maranhão, um fato absolutamente comparável, dentro do mesmo contexto, ocorreu no Estado de Mato Grosso. As informações me foram trazidas pelo meu companheiro de Bancada, nosso Colega Antero Paes de Barros.

Poucos dias antes do incidente ocorrido no Maranhão, cumprindo uma decisão judicial, cumprindo um mandato de um juiz federal, a Polícia Federal realizou uma diligência semelhante em Cuiabá. Porém, lá, isso não se deu nos escritórios de uma empresa, mas em pleno gabinete parlamentar de um Deputado Estadual do Mato Grosso que exerce a Primeira Secretaria da Assembléia Legislativa. Em seu gabinete, em suas gavetas, em seus documentos, em seus arquivos, foram procurados indícios de provas que tivessem conexão com um processo judicial que está em curso.

Pode-se dizer que essa não era uma ação capaz de polarizar os interesses das mais altas autoridades do País e que ninguém tenha prestado atenção a isso, mas esse Deputado, cujo gabinete foi vasculhado, estava sendo apresentado à sociedade de Mato Grosso como candidato do PSDB ao Senado da República nas eleições deste ano. Pode muito bem ter ocorrido – não posso afirmar isso –, como resultado dessa diligência, que a candidatura de um peessedebista, que estava virtualmente escolhido para ser um dos candidatos ao Senado neste ano, tenha sido com-

pletamente desestabilizada. O fato tem total semelhança com o que ocorreu no Maranhão, e não haveria apelo, por mais que esse cidadão fosse do PSDB, que permitisse ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça ou a quem quer que fosse interferir na diligência para impedir que ela fosse realizada.

Penso até que, ontem, a Governadora Roseana Sarney fez uma declaração à imprensa que coloca as coisas no devido lugar. Disse S. Ex<sup>a</sup>, com todas as letras, que deseja que os fatos que a possam envolver sejam completamente apurados e esclarecidos. Essa é a atitude que eu esperava dela desde o primeiro momento, pois alguém que se apresenta à sociedade como preparada para exercer a Presidência da República tem que saber que quem vai para a Presidência da República, quem se dispõe a exercer a Presidência da República deve estar preparado para lidar com tensões que formam o dia-a-dia de qualquer Presidente da República ao longo de todo o seu mandato. Crises dessa natureza, certamente, fazem parte da rotina. Crises capazes de causar tensões emocionais, pressões muito maiores do que aquela, fazem parte da rotina de qualquer Presidente da República.

Tenho certeza de que ninguém mais do que a Governadora Roseana Sarney, cujo pai foi Presidente da República do Brasil durante cinco anos, viu de perto essas tensões se sucederem ao longo de todo o seu mandato. E seu preparo para a Presidência da República, sua aptidão e sua estruturação pessoal e emocional para o desempenho de uma função como essa requeriam a postura, diante de um episódio como aquele, de exigir que todos os assuntos fossem esclarecidos. Pretender demonstrar que houve uma postura política indevida por parte do Presidente da República é forçar uma situação que não existiu.

Sr. Presidente, eu precisava dizer estas palavras, para que a sociedade brasileira colocasse as coisas em seu devido lugar. Há, aqui, dois problemas distintos: o problema político da nossa relação com o PFL e um processo judicial cuja tramitação é da completa responsabilidade do Poder Judiciário.

Seria triste se ainda estivéssemos vivendo em um país, Sr. Presidente, em que o andamento de um processo judicial, que envolvesse pessoas sem importância social ou pessoas importantes na nossa sociedade, ensejasse intervenções da Presidência da República, de Ministro de Estado, dos poderosos do dia, para ser interrompido ou paralisado.

Por um lado, é doloroso assistir a isso; por outro, todas as pessoas que conhecem a Governadora têm todas as razões para crer que, ao cabo de todas essas gestões, S. Ex<sup>a</sup> sairá ileso do processo. É nisso que acredita toda a sociedade.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. GERALDO MELO** (Bloco/PSDB – RN) – Peço perdão a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e a sua paciência no sentido de me dar mais um par de minutos, para que eu possa concluir.

O andamento do processo judicial não pode ficar sujeito aos sobressaltos de intervenções de poderosos de qualquer instituição do País. O processo político, cujo desfecho nos conduziu ao rompimento do PFL, é um processo que nós, do PSDB, e todos nós que estamos ao lado do Presidente Fernando Henrique Cardoso lamentamos. Mas acreditamos que isso não afetará a estabilidade política, econômica e social do nosso País, porque o PFL, que mereceu a confiança do sistema governamental até agora, pela postura responsável que soube ter, continua a merecer essa confiança. E temos certeza de que o Partido da Frente Liberal, ocupando um espaço de independência, manterá os compromissos que sempre teve com a governabilidade, com as reformas, com a modernização do nosso País.

Sr. Presidente, penso que a grande demonstração disso, dessa seriedade e desse espírito de responsabilidade, o PFL dará ao País na próxima semana, quando a Câmara Federal estiver votando a CPMF, pois se trata de uma proposta de interesse nacional, de importância para o País. O PFL, como Partido, e os seus Parlamentares, sem dúvida, ao longo desses anos, exerceram um papel importante para demonstrar que a CPMF era importante para o Brasil. Se assim fizeram antes do rompimento – e a CPMF que queremos aprovar agora é a mesma que teve a defesa do PFL durante todo esse tempo –, tenho absoluta certeza de que o PFL continuará convencido de que se trata de algo importante para o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador João Alberto Souza.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, mundialmente, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. O Congresso Nacional já realizou uma sessão especial para homenagear as mulheres, a qual foi também presidida por uma Senadora, com o comparecimento de diversos Parlamentares.

Quero, no entanto, muito mais como homem e médico, prestar minha homenagem, neste dia 8 de março, à mulher brasileira. Começo, Sr. Presidente, recordando as razões pelas quais o dia 8 de março foi escolhido como o Dia Internacional da Mulher.

É bom lembrar que foi um fato trágico que definiu o valor histórico dessa data para o mundo. Foi exatamente em 8 de março, no longínquo ano de 1857, que aconteceu, nos Estados Unidos, a tão decantada

república mais democrática deste mundo, a primeira greve conduzida por mulheres. Eram 129 operárias têxteis que exigiam aumento de salário, melhores condições de trabalho, licença-maternidade e redução da jornada de dezesseis horas para oito horas de trabalho. Não havia nada de injusto no que elas pediam, mas a manifestação acabou em tragédia. Para reprimir as grevistas, as forças policiais e os patrões trancaram as portas da fábrica e puseram fogo em volta. Todas as 129 operárias morreram queimadas dentro da empresa.

Aquele gesto brutal, que pretendeu calar a voz da justiça e do direito, converteu-se num grito mais forte – um grito de dor, é verdade, mas um grito que prevaleceu sobre a covardia e a insanidade. De qualquer forma, ainda hoje, a cada 8 de março, a história precisa ser recontada, porque, em todo o planeta, todo tipo de violência permanece sendo praticada contra as mulheres. Em nome da honra e da ilusória superioridade masculina, elas são mortas, espancadas, torturadas física e emocionalmente, proibidas de estudar, de trabalhar e até mesmo de viver.

Enquanto isso persistir, as chamas da fábrica ainda vão arder em nossa consciência! Toda voz que puder ser erguida em defesa do bem-estar, da valorização, do respeito à mulher é bem-vinda e soma-se, especialmente neste dia, à voz deste humilde Senador.

E quero, Sr. Presidente, por oportuno, fazer um paralelo com o que foi feito com a candidata do meu Partido, Roseana Sarney. S. Ex<sup>a</sup> ousou, como mulher, lançar-se candidata ao mais alto posto deste País, que é a Presidência da República. Já tinha ousado muito, segundo os parâmetros da ilusória superioridade masculina, em ter sido eleita Governadora de um Estado pobre da Federação e reeleita. E ousou mais: pretendeu ser Presidente da República do Brasil. E justamente essa ilusória superioridade masculina, bem como inúmeras outras forças ocultas – econômicas, regionais – se levantaram. E aí se transformou o que seria normal, uma investigação. Investigação não é denúncia e denúncia não é condenação, mas, neste País, os fatos estão se invertendo. No afã de fazer "justiça" condena-se previamente qualquer cidadão apenas porque um policial ou um delegado o investiga. Repito: investiga. Nem indicia! E, indiciado, ele não está sequer ainda denunciado. E denunciado não significa condenado.

Tentou-se fazer com a Governadora Roseana, nossa candidata à Presidência da República, o que se fez com aquelas 129 operárias no dia 8 de março daquele longínquo 1857. Por isso quero prestar uma homenagem especial à mulher Roseana neste Dia Internacional da Mulher. A história daquelas operárias norte-americanas vem bem a calhar para lembrarmos o quanto as mulheres são discriminadas.

Falo aqui, como falei no início, muito mais como ser humano, muito mais como médico ginecologista que aprendeu a lidar com as mulheres, a conhecer sua realidade. Não falo como partidário da Governadora Roseana, falo muito mais, repito, como um homem que se indigna com a forma como se pretende fazer neste País a investigação, transformando-a – mesmo o processo investigativo, quando está sob sigilo de justiça, é divulgado – em algo parecido com o malfadado processo de inquisição em que as pessoas eram previamente escolhidas, já condenadas e submetidas apenas a um ritual fictício de interrogação e condenação. É preciso que a honra das pessoas e principalmente a honra das mulheres seja muito mais respeitada no Brasil.

Sr. Presidente, quero dizer que todos nós, homens, temos de nos lembrar a cada dia de que fomos gerados, nascemos, fomos amamentados, educados e amados por uma mulher. E é justamente por isso que, repito, quero prestar uma homenagem muito especial, no dia de hoje, à Governadora Roseana, que, de forma brutal, foi atingida na sua honra. Antes de qualquer investigação mais cuidadosa, estando o processo sob sigilo de Justiça, vazaram para a imprensa fotografias tiradas pelos policiais do que foi apreendido. Ora, se estamos investigando, se há sigilo de Justiça, é claro que tudo isso ocorreu com o objetivo nítido de manchar a honra da mulher Roseana e, portanto, de barrar-lhe o caminho, a ousadia de se candidatar à Presidência da República num País machista como o nosso.

Mas, Sr. Presidente, feito esse registro, quero também lembrar a todos os homens e também às mulheres mais jovens, mas principalmente aos homens, que é bastante provável que, hoje, antes de sair de casa, eles tenham tido o seu café da manhã preparado por uma mulher. Provavelmente quem lavou a sua roupa, fez a sua cama, preparou a sua comida foi uma mulher.

Talvez, hoje, no Dia Internacional da Mulher, você, homem, encontre a mulher que será o grande amor de sua vida, ou, quem sabe, o destino já lhe tenha reservado essa sorte e você já tenha esse amor ao seu lado. Quando você foi gerado, foi o ventre de uma mulher quem lhe deu o primeiro abrigo por longos nove meses. Sua primeira alimentação veio do seio materno. Também deve ter sido uma mulher que velou seu sono nas madrugadas indormidas e acalentou-o nos braços quando de suas primeiras lágrimas. Provavelmente, ainda, foi uma mulher que lhe ensinou as primeiras letras, abrindo-lhe o universo mágico da educação. Também deve ter sido uma mulher quem primeiro pediu a Deus que o protegesse e guiasse seus passos pela vida. Essa é a trajetória da grande maioria das pessoas nesta terra: são protegidas, conduzidas e amparadas pelas mãos de uma mulher.

Por isso, neste 8 de março, o mundo inteiro celebra o dia dela. Então não deixemos que o dia se acabe sem que digamos a nossa mãe, avós, tias, irmãs, filhas, netas, professoras, auxiliares, esposa ou mesmo namorada um sincero e carinhoso parabéns e, de preferência, acompanhado de um muito obrigado por tudo!

Era o que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.*

**O SR. PRESIDENTE** (Lindberg Cury) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. (Pausa.)

Convido o Senador Nabor Júnior para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. NABOR JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos comemorando hoje, mais uma vez, o Dia Internacional da Mulher, data das mais importantes para a humanidade, quiçá para a própria dignidade da vida na Terra. E não poderia deixar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de novamente assomar à tribuna do Senado Federal, unindo minha voz às dos que, em todo o mundo, tributam as justas homenagens devidas às mulheres, sempre o esteio maior da família e que, nos últimos tempos, ganharam também importante papel na vida política e econômica dos povos civilizados.

Tenho, inclusive, o orgulho de lembrar que meu primeiro discurso como Deputado Federal, ao assumir a honrosa missão de representar o Estado do Acre na Câmara, em 1975, foi exatamente no dia 8 de março daquele ano, tributando a mais calorosa homenagem às mulheres, pelo transcurso da festa a elas dedicada.

Ao longo de todos esses anos, sempre que se comemora o Dia Internacional da Mulher, tenho procurado me fazer presente na tribuna, para realçar o importante papel que a mulher desempenha na sociedade moderna - diferentemente do que acontecia há alguns séculos, quando, na prática, eram praticamente escravas dos homens. Elas vêm conquistando cada vez mais espaços e mostrando que sua competência em nada fica a dever à dos companheiros de trabalho ou de estudo. No Brasil, por exemplo, antes de 1930, as mulheres sequer podiam exercer o direito de voto, assegurado aos homens. Tinham grande dificuldade de ingressar no

mercado de trabalho e, quando o conseguiam, sempre recebiam salário inferior ao dos colegas.

Esse fato ainda acontece nos dias atuais, conforme ressalta a Delegada de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, Dr<sup>a</sup> Marta Rocha, em brilhante artigo publicado na edição de hoje do **Jornal do Brasil**, cuja leitura tenho a satisfação de fazer, neste momento, requerendo, ainda, sua transcrição nos Anais do Senado Federal. O título do artigo é "Quem mandou nascer mulher" e diz que "antes de serem criados o mar, a terra e o céu, o mundo era conhecido como Caos. Um deus de que não se sabe o nome levantou montanhas, escavou vales, distribuiu os bosques, permitindo aos peixes a posse do mar, às aves do ar, aos quadrúpedes da terra." E acentua: "era necessário um animal mais nobre, e foi feito o homem. Para criá-lo, Prometeu, um titã, membro de uma raça gigantesca que habitou a terra antes do homem, foi chamado. Incumbido de fazer um ser superior a todos os outros animais, concedeu ao homem o dom do fogo, meio com o qual seria possível construir armas, aquecer sua morada e cunhar moedas. Como a mulher não fora criada, Júpiter mandou Pandora com boa intenção, pois esta seria concebida para agradar ao homem. A ela, como presente de casamento, o rei dos deuses entregou-lhe um caixa em que cada deus colocara um bem. Pandora abre a caixa, inadvertidamente, e todos os bens escapam, exceto a esperança, que nunca abandonaria por inteiro as mulheres, mesmo nos momentos em que se sentissem totalmente desgraçadas."

O artigo da Dr<sup>a</sup> Marta Rocha historia, também, os problemas vividos pelas mulheres, a partir das civilizações grega e romana e nas trevas da Idade Média, onde, muitas vezes, foram condenadas à fogueira por pretensos "crimes" que, na realidade, mal mascaravam o preconceito e o machismo insano, pois ali já existia "uma predominância do contingente feminino adulto, pois os homens estavam envolvidos em constantes guerras e longas viagens. Na perseguição às feiticeiras, exacerbada no século 16, se retrata a luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem"

O brilhante trabalho da nobre Delegada, e lúcida defensora dos direitos femininos, assim explica o porquê de essa data ser a mais importante para as mulheres, no mundo inteiro: "Em 8 de março de 1857, as operárias da indústria têxtil de Nova York empreenderam uma marcha pela cidade, protestando contra seus baixos salários e reivindicando uma jor-

nada de trabalho de 12 horas. Passados 51 anos, em 1908, ainda em Nova York, as operárias novamente saem as ruas denunciando as mesmas condições degradantes de trabalho e acrescentando às suas reivindicações o direito ao voto, integrando-se às duas frentes da luta do operariado: a luta por melhores condições de trabalho e pelos direitos de cidadania, que não incluía, no entanto, o sufrágio feminino“.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, a publicação, na íntegra, do citado artigo, dará às páginas do Diário do Senado Federal um brilho e uma relevância raras vezes constatados. Gostaria, entretanto, de destacar mais um trecho, aquele em que a Dr<sup>a</sup> Marta Rocha descreve os principais problemas hoje vividos pelas mulheres brasileiras: "Na atualidade a diferenciação entre homens e mulheres ainda se faz presente. Embora ingressem no mundo do trabalho e tenham um nível educativo cada vez maior, as mulheres ainda ganham menos que os homens; sua inserção é predominante no mercado informal ou em trabalhos domésticos. A esterilização é expressiva entre as mulheres em idade reprodutiva, sendo muitas vezes realizada sem o seu consentimento. O índice de mulheres com Aids aumenta a cada dia, atingindo sobretudo as casadas e as que vivem em união estável e monogâmica. A violência doméstica e sexual contra mulheres é fenômeno diário e nem sempre notificado ou punido. As meninas são objeto de abuso sexual e muitas delas tornam a prostituição sua forma de sobreviver. Em alguns países, por tradição e cultura, as mulheres têm seus órgãos mutilados, como garantia de que a fidelidade existirá se o prazer sexual lhes for negado. A violência praticada contra as mulheres durante os confrontos bélicos é vista como arma de guerra, consentida e tolerada“.

Faço minhas, também, as palavras com que a Delegada Marta Rocha conclui seu trabalho, afirmando: "o trabalho seguinte só poderá ser o de não aceitar como inquestionável o destino de nascer mulher, mas sobretudo o de garantir o **empowerment** e a autonomia das mulheres com a melhoria de seus **status** político, social e econômico, por constituírem requisito es-

sencial para a edição do novo contrato social, que a igualdade e a paz impõem adotar.“

É este, Sr. Presidente, o artigo da Delegada Marta Rocha, uma das profissionais mais proeminentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que tem sido verdadeiro baluarte na defesa dos direitos das mulheres.

Coerente com suas sábias palavras, reitero, neste 8 de março do ano de 2002, minhas congratulações a todas as mulheres do Brasil, particularmente às do Acre, cujo pioneirismo se reflete em uma ativa participação na administração e na vida pública estadual. A primeira Governadora, em toda a história do Brasil, foi a acreana Iolanda Fleming; há várias décadas, vemos mulheres engrandecendo a Justiça, como Juízas de Direito e Promotoras Públicas; mulheres têm comandado Secretarias estaduais e municipais, como de resto acontece, hoje, em outros Estados da Federação.

A mulher brasileira representa o maior contingente na nossa população, atingindo número superior a mais de 86 milhões de cidadãs, o que lhes dá participação majoritária também no corpo eleitoral do País.

As mulheres exigem e merecem ser valorizadas, reconhecidas, abrindo-se a elas espaços cada vez maiores, para que possam realmente emprestar o concurso da sua inteligência, da sua dedicação e da sua honestidade à condução da vida pública e dos negócios do Estado.

Como disse o Senador Mozarildo Cavalcanti, há poucos instantes, em seu belíssimo pronunciamento, nós, homens, estamos umbilicalmente ligados à mulher: passamos 9 meses no ventre de uma mulher; fomos amamentados, criados e educados por mulheres; casamos com mulheres, que são as mães dos nossos filhos, as companheiras que estão ao nosso lado, incentivando-nos nos momentos de dificuldade e compartilhando das nossas alegrias.

A todas as mulheres do Acre, do Brasil afora, de todo o mundo, quero renovar meus mais sinceros cumprimentos, dando-lhes parabéns pela efeméride que, com muito júbilo, hoje comemoramos no Plenário do Senado Federal, refletindo a alegria e o respeitoso cumprimento prestado em todos os setores de suas vidas particulares e profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR NABOR JÚNIOR EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

# Quem mandou nascer mulher

Marta Rocha

Júpiter  
mandou  
Pandora,  
com boa  
intenção,  
pois ela  
fora  
concebida  
para agradar  
ao homem

Diz-se que antes de serem criados o mar, a terra e o céu, o mundo era conhecido como Caos. Um deus que não se sabe o nome, levantou montanhas, escavou vales, distribuiu os bosques, permitindo aos peixes a posse do mar, às aves, do ar e aos quadrúpedes, da terra.

Entretanto, era necessário um animal mais nobre, e foi feito o homem. Para criá-lo, Prometeu, um titã, membro de uma raça gigantesca, que habitou a Terra antes do homem, foi chamado. Incumbido de fazer um ser superior a todos os outros animais, concedeu ao homem o dom do fogo, meio com o qual lhe seria possível construir armas, aquecer sua morada e cunhar moedas.

Como a mulher não fora criada, Júpiter mandou Pandora com boa intenção, pois esta seria concebida para agradar ao homem. A ela, como presente de casamento, o rei dos deuses entregou-lhe uma caixa, em que cada deus colocara um bem. Pandora abre a caixa, inadvertidamente, e todos os bens escapam, exceto a esperança, que nunca abandonaria por inteiro as mulheres, mesmo nos momentos em que se sentissem totalmente desgraçadas.

É sobre este pano de fundo que a história da mulher vem sendo contada. Na Grécia, era ela excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela civilização grega.

No que se refere a civilização romana, seu código legal legitima a discriminação da mulher.

Estudos demográficos revelam que havia na Idade Média uma predominância do contingente feminino adulto, pois os homens estavam envolvidos em constantes guerras e longas viagens. Mesmo assim, o trabalho feminino sempre recebeu remuneração inferior ao do homem.

Na perseguição às feiticeiras, exacerbada no século 16, se retrata a luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem.

As mulheres sofreram revezes tanto no campo do preparo profissional quanto no da formação intelectual. Assim, não há registro de mulheres frequentando universidades até meados do século 19.

Em 8 de março de 1857, as operárias da indústria têxtil de Nova York empreenderam uma marcha pela cidade, protestando contra seus baixos salários e reivindicando uma jornada de trabalho de 12 horas. Passados 51 anos, em 1908, ainda em Nova York, as operárias novamente saem as ruas denunciando as mesmas condições degradantes de trabalho e acrescentando às suas reivindicações o direito ao voto, integrando-se às duas frentes da luta do operariado: a luta por melhores condições de trabalho e pelos direitos de cidadania, que não incluía, no entanto, o sufrágio feminino.

Entre 1930 e 1940 é permitido às mulheres votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho.

Na atualidade a diferenciação entre

homens e mulheres ainda se faz presente. Embora ingressem no mundo do trabalho e tenham um nível educativo cada vez maior, as mulheres ainda ganham menos que os homens; sua inserção é predominante no mercado informal ou em trabalhos domésticos.

A esterilização é expressiva entre as mulheres em idade reprodutiva, sendo muitas vezes realizada sem o seu consentimento. O índice de mulheres com Aids aumenta a cada dia, atingindo sobretudo as casadas e as que vivem em união estável e monogâmica.

A violência doméstica e sexual contra mulheres é fenômeno diário e nem sempre notificado ou punido.

As meninas são objeto de abuso sexual e muitas delas tornam a prostituição sua forma de sobreviver. Em alguns países, por tradição e cultura, as mulheres têm seus órgãos mutilados, como garantia de que a fidelidade existirá se o prazer sexual lhes for negado.

A violência praticada contra as mulheres durante os confrontos bélicos é vista como arma de guerra, consentida e tolerada.

Nesse contexto, o trabalho seguinte só poderá ser o de não aceitar como inquestionável o destino de nascer mulher, mas sobretudo o de garantir o *empowerment* e a autonomia das mulheres com a melhoria de seus status político, social e econômico, por constituírem requisito essencial para a edição do novo contrato social, que a igualdade e a paz impõem adotar.

Martha Rocha é delegado de Polícia do Estado do Rio de Janeiro

*Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Lindberg Cury deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª será atendido na forma regimental.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a V. Exª pela Liderança do Governo, por cinco minutos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra pela Liderança do Governo para fazer um registro extremamente importante para o País sobre a ação do Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, no período de 1998/2002.

O Ministro José Serra, que há pouco deixou o cargo, em março de 2002, assumiu o Ministério da Saúde em março de 1998. Portanto, foram quatro anos que representaram uma verdadeira revolução no processo de administrar o Ministério da Saúde e de prestar assistência à população do nosso País.

O Ministro tem dito sempre que não fez tudo. É verdade. Mas tem dito também que a questão da saúde hoje está muito melhor do que quando assumiu o Ministério e que, com certeza, com o caminho que deixou para o Ministro Barjas Negri trilhar, amanhã ou depois de amanhã, ela estará melhor ainda do que está hoje.

No balanço da gestão de 1998/2002 existem alguns pontos que são extremamente importantes de serem destacados, para que não só fiquem registrados nos Anais desta Casa, mas também sejam difundidos para a opinião pública, que não tem conhecimento das transformações que ocorreram no Ministério da Saúde.

As principais conquistas do Ministério da Saúde nesses quatro anos do Governo Fernando Henrique Cardoso foram:

1 – Implantação dos medicamentos genéricos no Brasil, uma ação extremamente importante. O Ministro José Serra tirou-o do papel, aprovou a lei, implementou-a, combatendo laboratórios internacionais. Hoje, o medicamento genérico é uma realidade, cujo preço é bem mais baixo para o cidadão do nosso País;

2 – Diminuição dos impostos sobre os medicamentos de uso continuado. Outra ação que beneficiou o bolso do cidadão, pois baixou o preço de medicamentos de uso continuado, diariamente consumidos por milhões de brasileiros que, muitas vezes, não tendo dinheiro para fazer frente a essa demanda, arriscam a própria vida ao deixarem de tomá-los;

3 – Triplicação da distribuição gratuita de medicamentos. Nesses quatro anos, o Ministro José Serra multiplicou por três a quantidade de medicamentos distribuídos no Brasil;

4 – Luta contra o monopólio absoluto das patentes, inclusive com uma vitória internacional extremamente importante, o que levou o Ministro José Serra a ser escolhido como Ministro da Saúde do mundo. Coube ao Brasil, no Ministério do Mundo, representado pelos Ministros mais importantes do mundo em cada Pasta, a honra de ter indicado o Ministro José Serra como o Ministro da Saúde do mundo;

5 – Expansão da aplicação gratuita de vacinas, de 214 milhões para 301 milhões de doses ao ano, aumentando em quase 90 milhões as doses de vacinas distribuídas no Brasil;

6 – Campanha contra a Aids, modelo para o mundo. Hoje, o modelo brasileiro de atendimento aos portadores do vírus da Aids é referência internacional e vem sendo copiado por muitos países desenvolvidos exatamente pela conotação operacional e competente de atendimento gratuito e total aos portadores desse vírus;

7 – Eliminação do sarampo do Brasil;

8 – Batalha contra o cigarro. Outra ação corajosa do Governo brasileiro e, pessoalmente, do Ministro José Serra, ao enfrentar as empresas de cigarro e regulamentar questões importantes para combater esse vício que, todos os anos, ceifa a vida de milhares brasileiros;

9 – Aumento de quase três vezes do número de agentes comunitários de saúde em todo o Brasil;

10 – Aumento de cinco vezes o número de equipe de saúde da família. E quero fazer um registro que já fiz ontem. A cidade de Boa Vista, capital de Roraima, é a cidade brasileira com maior cobertura do Programa de Saúde da Família, com 74% da população sendo atendida, incluindo todos os bairros pobres da nossa capital;

11 – Duplicação do apoio à Pastoral da Criança, mostrando a sensibilidade e a seriedade para trabalhar com a sociedade organizada;

12 – Capacitação de mais de 225 mil auxiliares de enfermagem;

13 – Mutirões gratuitos de cirurgias: catarata, olhos de diabéticos, hérnia, varizes e próstata. Uma ação importante para a população mais pobre do País;

14 – Prioridade à saúde da mulher;

15 – Implantação do Sistema Nacional do Câncer;

16 – Implantação do Sistema Nacional dos Transplantes de Órgãos, trazendo essa questão importantíssima para a pauta e buscando uma solução que durante muito tempo foi postergada;

17 – Saúde indígena, outra ação importante do Ministério, que levou da Funai para a Funasa o atendi-

mento à saúde de todas as comunidades indígenas, ampliando em muito os recursos de atendimento a essa população e fazendo diminuir a mortalidade nas aldeias indígenas de todo o Brasil;

18 – Implantação do Sistema Nacional de Atendimento em Urgência e Emergência, ampliando os recursos do SUS, inclusive para financiar áreas de UTI, fundamentais para o tratamento da saúde em todo o Brasil;

19 – Implantação do Sistema Nacional de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência Física;

21 – Fortalecimento da rede de hospitais filantrópicos, porque muitos estavam quebrados. As Santas Casas, por exemplo, tiveram o apoio do Ministério para se reerguerem e continuarem a prestar um excelente serviço à população

22 – Criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, importantíssima para o controle dos medicamentos no País;

23 – Melhoria da qualidade do sangue transfundido, problema que foi enfrentado e encaminhado de forma positiva, porque, até então, o controle do sangue no Brasil era feito de forma incipiente, o que era um grande gerador de doenças;

24 – Aprovação da lei que regulamenta os planos de saúde, beneficiando mais de 40 milhões de brasileiros que, até então, tinham planos de saúde, mas, efetivamente, não tinham proteção nem garantia, pois não havia fiscalização por parte do Governo. Essa história mudou. O ex-Ministro José Serra, no Governo do Presidente Fernando Henrique, enfrentou esse desafio e conseguiu a aprovação de uma legislação dura no Congresso, que manteve sob controle os planos de saúde e tem atuado em defesa do consumidor no sentido da melhora do atendimento;

25 – Aprovação de emenda constitucional no Congresso que garantiu o crescimento de recursos orçamentários para a saúde, incluindo União, Estados e Municípios;

26 – Regularização, depois de dez anos, de todos os pagamentos e transferências do SUS. Hoje, os hospitais dos Estados e Municípios sabem que receberão religiosamente os recursos para manter a sua atuação;

27 – Redução das desigualdades regionais, um ponto extremamente importante. O ex-Ministro José Serra reestruturou a redistribuição de recursos de forma a combater as desigualdades regionais, porque ampliou a distribuição de recursos em 108%, na Região Norte; em 84%, na Região Nordeste; e em 71%, na Região Centro-Oeste, sendo essas três regiões as mais aquinhoadas;

28 – Saneamento básico. O Ministério da Saúde investiu R\$2,454 bilhões...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Romero Jucá, sem querer ser deselegante, quero adverti-lo que V. Ex<sup>a</sup> já ultrapassou em quase quatro minutos – praticamente o dobro – o tempo regulamentar destinado à comunicação de Liderança.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PSDB – RR) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

29 – Aprofundamento do processo de descentralização do SUS. Anteriormente se transferiam 24% da receita do SUS para Estados e Municípios; hoje, transfere-se 66% de forma automática.

E muitas outras são as conquistas do Ministério da Saúde nesses quatro anos. Poderíamos falar da queda da mortalidade infantil e de muitas outras questões.

Faço este relato e peço a transcrição desse balanço da gestão dos quatro anos, porque entendo que é importante que o País saiba da transformação feita no Ministério da Saúde, pois o Governo Fernando Henrique tem o compromisso de atuar cada vez mais de forma social, melhorando a saúde e a educação com os programas que visam diminuir o fosso entre os mais pobres e os mais ricos deste País.

Peço, portanto, a transcrição do balanço, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

**(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)**

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Assessoria de Comunicação Social

Divisão de Imprensa

Balanço da gestão 1998-2002

No final março de 1998, José Serra assumiu o Ministério da Saúde. Ao final de sua gestão, é o primeiro em reconhecer que a Saúde no Brasil ainda apresenta muitas carências: "Falta mais a fazer do que já fizemos. Mas já fizemos muito e posso dizer, com segurança, que hoje a saúde está melhor do que ontem e que amanhã estará melhor do que hoje".

A realização principal de José Serra no Ministério foi, sem dúvida, ter recuperado a auto-estima do setor, pondo-o em movimento, numa direção positiva, enfrentando obstáculos até então considerados intransponíveis.

Exemplos das principais conquistas:

1. Implantação dos medicamentos genéricos no Brasil, de forma irreversível, depois de décadas de atraso em relação a outros países do mundo. Já são 30 laboratórios, 440 produtos registrados em 1.400 apresentações. Os genéricos são, em média, 45% mais baratos do que os remédios de marca e suas vendas estão crescendo 10% ao mês.

2. Diminuição de impostos sobre medicamentos e de uso continuado e repressão aos abusos de preços nessa área. Esses fatos, acrescidos da introdução dos genéricos, permitiram, pela primeira vez, que o índice de preços de medicamentos tenha diminuído em termos absolutos ao longo de 2001. Enquanto a inflação (Fipe) foi de 7%, o índice de medicamentos caiu em 1,1%.

3. Triplicação da distribuição gratuita de medicamentos para a população que não tem dinheiro para comprá-los nas farmácias (programas de Farmácia Básica, Farmácia Popular e Medicamentos de Alta Complexidade).

4. Luta contra o monopólio absoluto das patentes medicamentos:

vitória espetacular na Assembléia da Organização Mundial do Comércio (OMC) e reduções expressivas de preços. No caso da Aids, o tratamento por doente passou a custar de um terço a um quinto do que custa nos Estados Unidos.

5. Expansão da aplicação gratuita de vacinas, de 214 milhões para 301 milhões de doses ao ano. Duplicação da produção nacional de vacinas: de 95 milhões para 193 milhões de doses por ano.

6. Introdução da vacina gratuita contra a gripe, pneumonia e tétano para todas as pessoas com mais de 60 anos. Como consequência, as internações hospitalares devido a complicações relacionadas com a gripe caíram em mais de oito mil por ano.

7. Campanha contra a Aids, modelo para o mundo considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por ONGs do exterior, pela opinião pública e imprensa internacional (NYT) como a melhor do mundo. A mortalidade pela Aids no Brasil caiu 50%. Além disso, houve redução de cerca de 80% no tratamento das infecções oportunistas. A transmissão mãe para filho caiu 70%.

8. Eliminação do sarampo no Brasil: em 1997 foram 54 mil casos; há mais de um ano não há nenhum caso registrado; diminuição considerável da malária (250 mil casos a menos); eliminação do tétano neo-natal em 99,6% dos municípios brasileiros; redução em 30% da incidência de raiva humana; redução em 99% dos casos de cólera. Manteve-se erradicada a poliomielite, apesar da sua elevada incidência na África e na Ásia. Manteve-se também erradicada a febre amarela urbana, vacinando-se 60 milhões de pessoas desde 1998. Coqueluche e difteria hoje são insignificantes.

9. Batalha contra o cigarro, proibindo publicidade na televisão, no rádio, nas revistas, nos jornais e em outdoors; implantação do Disque Pare de Fumar; obrigatoriedade de se estampar imagens de pessoas doentes devido ao cigarro nos maços do produto etc. Segundo a imprensa internacional **Wall Street Journal**, o Brasil hoje está à frente de todos países em desenvolvimento na batalha antitabagista.

10. Aumento de quase três vezes do número de agentes comunitários de saúde em todo o Brasil, de 54 mil para 153 mil. Os recursos são transferidos pelo Ministério da Saúde e contratos são feitos por Estados e Municípios. Hoje, o programa de agentes comunitários de saúde cobre cerca de 90 milhões de brasileiros.

11. Aumento de cinco vezes o número de equipes de saúde da família, que hoje se aproximam de 14 mil. A meta é chegar a cerca de 20 mil até o final deste ano. As equipes são formadas por um médico, uma enfermeira, duas auxiliares de enfermagem e cinco agentes de saúde, que atendem 1.000 famílias. Trata-se de um programa organizado e subvencionado pelo Ministério da Saúde, em parceria principalmente com os Municípios. Hoje são cobertas pelo Programa de Saúde da Família (PSF) cerca de 46 milhões de pessoas.

12. Duplicação do apoio a Pastoral da Criança, da Igreja Católica, que reúne 150 mil agentes de saúde em todo o Brasil. Onde a Pastoral atua, a mortalidade infantil e a desnutrição caíram à metade.

13. Criação do programa Bolsa-Alimentação, cujo objetivo é reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil. Destina-se às gestantes, mães amamentando e crianças de até 6 anos, em risco nutricional, e que pertençam a famílias com renda mensal **per capita** de até R\$90,00. Mais de 3,5 milhões de pessoas serão beneficiadas.

14. Capacitação em cursos de um ano, com diplomas de 225 mil auxiliares de enfermagem, em todo o Brasil. É o maior programa de treinamento profissional já feito no Brasil e na América Latina, com financiamento do FAT e do BID.

15. Realização de campanha contra a diabetes e a hipertensão — exames aos asileiros de mais de 40 anos e tratamento gratuito a todos os que tiverem essas doenças.

16. Mutirões gratuitos de cirurgias: catarata, olhos de diabéticos, hérnia, varizes, próstata. O caso mais espetacular é o da catarata: em 1998 havia cerca de 600 mil pessoas na lista de espera (espera média de sete anos). Com o mutirão, foram realizadas 736 mil cirurgias até 2001, eliminando o déficit nessa área. A média de cirurgias era de 130 mil por ano. Depois do mutirão saltou para 245 mil por ano.

17. Prioridade à saúde da mulher: campanha de prevenção ao câncer do colo de útero (de 3,2 milhões de mulheres examinadas, oito mil estavam doentes), campanha de vacinação contra rubéola (16 milhões de mulheres), aumento da remuneração do SUS pelos partos em cerca de 160%, introdução da anestesia nos partos do SUS (antes não existia), aumento das consultas pré-natais no sistema público (da média de uma consulta por mulher para cinco consultas), diminuição de cesarianas desnecessárias. A mortalidade materna nos hospitais do SUS (número de óbitos a cada 100 mil internações obstétricas) caiu de 37 mortes/100 mil internações em 1995 para 26/100 mil em 2001. As cesarianas caíram de 32,5% em 1997 para 24% em 2001.

18. Implantação do Sistema Nacional do Câncer - organização de uma Rede Nacional de Assistência aos pacientes com câncer com 256 Serviços de Oncologia (centros de alta complexidade mais serviços de quimioterapia e radioterapia). Com o Projeto Expande estão sendo investidos, em quatro anos, R\$45 milhões em estruturação de 20 Centros de Alta Complexidade em Oncologia.

19. Implantação do Sistema Nacional dos Transplantes de Órgãos e dinamização de todo o setor. Como consequência, as despesas com transplantes cresceram 208% e o número de cirurgias aumentou 77%. O Brasil é o hoje o segundo país do mundo em número de transplantes (depois dos Estados Unidos).

20. Saúde indígena: foi transferida da Funai para o Ministério da Saúde em 1999. Os recursos aumentaram em 12 vezes; foram criados 34 distritos de saúde indígena e treinados mais de dois mil agentes comunitários indígenas. Em 2001, a mortalidade infantil indígena caiu 20% e foram implantados sistemas de abastecimento de água em 614 aldeias indígenas.

21. Implantação do Sistema Nacional de Atendimento em Urgência e Emergência, com a criação de um fator de incentivo financeiro e a elevação nos valores de remuneração do SUS nas áreas de UTI, cirurgias neurológicas e assistência aos grandes queimados. Foram feitos investimentos de cerca de R\$750 milhões na rede hospitalar do SUS e incrementado o custeio dos serviços prestados.

22. Implementação do Sistema Nacional de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência Física (ampliação do acesso e qualificação da assistência em reabilitação, com a implantação de Redes Estaduais de Assistência e implantação de 184 centros de referência em todo o País, com investimentos de R\$7,5 milhões).

23. Fortalecimento da rede de hospitais filantrópicos sérios com o chamado Proer das Santas Casas e reajustes especiais.

24. Criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para controlar a qualidade de medicamentos e outros produtos e serviços que afetam a saúde das pessoas.

25. Implantação da rotulagem nutricional obrigatória em todos os alimentos fabricados e comercializados no País, para ajudar os consumidores na escolha de uma dieta mais saudável.

26. Melhoria da qualidade do sangue transfundido. Desde 1998, cerca de R\$250 milhões foram investidos em construções, reformas e aperfeiçoamento dos serviços hemoterápicos de todos os estados, além da aquisição de medicamentos no valor de R\$800 milhões para tratamento dos portadores de hemofilia do País. Anualmente, cerca de duas mil inspeções de vigilância sanitária são realizadas na área do sangue. Mais de 20 mil técnicos dos serviços de hemoterapia receberam o treinamento à distância no período. Todos os produtos utilizados desde a coleta até a transfusão têm sua qualidade controlada pela Anvisa.

27. Implantação de novos exames para detecção dos vírus de hepatite C e Aids nos doadores de sangue. Com os novos testes, que serão obrigatórios em todo o sangue coletado no País, baseados em técnicas de biologia molecular, prevê-se a diminuição de 345 casos de hepatite C e 141 de Aids por transfusões de sangue a cada ano.

28. Proibição de venda de álcool etílico líquido no comércio para evitar que continuem ocorrendo acidentes com fogo que têm provocado lesões em 150 mil pessoas a cada ano, sendo 45 mil crianças. A partir da medida, o álcool só poderá ser vendido no comércio na forma de gel. Também foi determinada a adição de uma substância no álcool (o desnaturante), que impede sua ingestão tanto por crianças quanto por adultos.

29. Aprovação da lei que regulamenta os planos de saúde e a criação da de Saúde Suplementar para fiscalizar e disciplinar os planos de saúde.

30. Criação do Cartão Nacional de Saúde, inicialmente em 44 municípios, que perfazem 13 milhões de pessoas. Até o fim do ano, o sistema informatizado será estendido a todos os aglomerados urbanos (80 milhões de habitantes). O cartão significa maior possibilidade de planejamento para o SUS, economia de tempo e filas no atendimento à população, melhoria na distribuição de medicamentos, diminuição de fraudes, compensação entre estados e municípios por serviços prestados uns aos outros.

31. Instituição da comunicação direta do MS com os usuários do SUS, por meio do envio de cartas com informações sobre sua internação hospitalar e abertura do espaço para que os mesmos façam denúncias, críticas e sugestões (foram encaminhadas quatro milhões de cartas). O Disque-Saúde foi ampliado e foram criados também o Disque Pare de Fumar e o Disque Planos de Saúde. No total são 3,5 milhões de ligações por ano, no sistema 0800, do Brasil inteiro.

32. Emenda constitucional que garante o crescimento de recursos para a saúde de R\$37 bilhões para R\$ 54 bilhões por ano, até 2004, incluindo União, Estados e Municípios. Ou seja, R\$17 bilhões a mais.

33. Regularização e pontualidade, depois de dez anos, de todos os pagamentos e transferências do SUS.

34. Investimentos de R\$3 bilhões na construção, conclusão e equipamentos hospitalares e centros de saúde em todo o Brasil. É o maior investimento por unidade de tempo já feito na história do País na área da saúde.

35. Redução das desigualdades regionais na alocação dos recursos do MS. Desde a posse de José Serra no Ministério da Saúde os recursos aumentaram em:

- 108,94% na região Norte;
- 84,30% na região Nordeste;
- 71,24% na região Centro-Oeste;
- 64,16% na região Sul;
- 60,34% na região Sudeste.

36. Saneamento Básico: de 1997 a 2001 o Ministério da Saúde investiu R\$2,454 bilhões, com um incremento de 900%, passando de R\$160 bilhão milhões para R\$1,4 bilhão. Em 2001, só no Projeto Alvorada foram investidos R\$1,050 bilhão. Em 2002, são cerca de R\$850 milhões num total de aproximadamente 2.300 municípios (os mais carentes).

37. Aprofundamento do processo de descentralização do SUS. Em dezembro de 1997 eram transferidos de forma automática para estados e municípios, 24,1% do 24,1% total de recursos. Em dezembro de 2001, foram transferidos 66,9%.

38. Aumento significativo dos recursos transferidos para estados e municípios para financiar as ações de saúde de média e alta complexidade (aumento médio de 77,69% em relação a fevereiro de 1998).

39. Nas compras públicas, o Ministério da Saúde adotou inovações como o Banco de Preços em Saúde e o Registro de Preços. O Banco de Preços propicia transparência das compras sem precedentes no setor público, potencializando o poder de negociação e quebrando cartéis regionais que impedem uma maior redução de

preços de insumos em saúde. O Registro de Preços permite que estados e municípios possam realizar compras em editais federais, melhorando suas condições de compra e reduzindo custos de transação. Na última semana, o Ministério encaminhou à Casa Civil Projeto de Lei que permitirá a adoção do "pregão" nas compras do SUS, ampliando as condições para obtenção de menores preços.

40. Redução drástica de custos, permitindo, com o mesmo montante de recursos, ampliar as ações de saúde. Exemplos: economia de R\$620 milhões em consequência de ajuste na estrutura administrativa do Ministério; economia de R\$490 milhões na compra de medicamentos (1998-2001); economia de US\$664 milhões em quatro anos, graças a nova política de aquisição de vacinas adotada a partir de 1998. O preço de vacina contra a gripe caiu de US\$4,8 para US\$1,8; no caso da vacina contra a hepatite a redução foi de US\$1 para US\$0,38.

41. Estima-se que em quatro anos foram criados mais de 300 mil novos empregos no setor da saúde, somente em decorrência das ações do Ministério da Saúde.

42. Queda da mortalidade infantil, entre 1998 e 2001, de 36,7 para 32,7 (crianças menores de um ano para cada mil nascidos vivos). Há indicações, a partir de novas pesquisas, de que o índice já pode ter caído para cerca de 30 ou menos. Ao longo dos anos 90, a mortalidade infantil no Brasil caiu mais de 30%, índice que corresponde ao dobro do resultado mundial e é um quarto superior à média latino-americana.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lindberg Cury.

**O SR. LINDBERG CURY** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, o Dia Internacional da Mulher é um marco muito importante na história da humanidade.

No Congresso Nacional, foram feitas homenagens especiais à participação da mulher profissional, principalmente aquela que lida na política, mostrando e defendendo os seus direitos.

Hoje, quero começar o meu pronunciamento cumprimentando as mulheres que trabalham aqui, na Assessoria, na Secretaria, na Taquigrafia, trabalho que desempenham com tanta propriedade.

Diversos oradores que me antecederam fizeram referências elogiosas e importantes do avanço da mulher e de sua participação na sociedade. Eu também quero fazer algumas referências, registrando, inicialmente, que hoje é um dia especial, como todos deveriam ser. É nesta data que todo o mundo comemora o Dia Internacional da Mulher. Mas nem tudo são flores. As mulheres foram e ainda são discriminadas em muitos lugares, apesar de virem conquistando espaço em todas as atividades e desempenhando um papel cada vez mais importante na sociedade.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, que neste momento preside esta sessão, citou que o reconhecimento da importância feminina na história começou há 145 anos, precisamente no dia 8 de março de 1857, nos Estados Unidos, quando aconteceu uma das primeiras ações organizadas por trabalhadores do sexo feminino no mundo. Centenas de mulheres das fábricas de vestuário e têxteis de Nova York iniciaram uma marcha de protesto contra os baixos salários, o período de 12 horas diárias e as más condições de trabalho. A manifestação foi violentamente dispersada pela polícia, mas a sua coragem passou para a história e, desde 1975, o dia 8 de março é comemorado pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher.

Várias referências sobre as qualidades e a participação da mulher foram feitas no plenário do Senado. Gostaria de fugir ao lugar comum e trazer dados estatísticos que possam comprovar que, realmente, ao longo desses anos, a mulher cresceu na sua atividade, quer como mãe, quer como chefe de família, quer como profissional liberal.

Vejam, por exemplo, alguns dados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, mostra que as mulheres representam hoje 41% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil, num total de 31 milhões de trabalhadoras, e cerca de um quarto das famílias do País são por elas chefiadas. Apesar de uma grande parcela possuir um maior nível de instrução que os homens, não exercem, porém, função compatível com a sua formação. Ocupam, em sua maioria, postos de trabalho mais precários, além de receberem um salário menor. Por aí, já começa uma injustiça social.

Diante disso, as mulheres ainda precisam consolidar a sua importância no mercado de trabalho e mudar a situação. Sua luta junto às suas categorias profissionais precisa ser intensificada, pois, atualmente, os resultados das negociações coletivas ainda se concentram nas questões relativas às mulheres gestantes e à maternidade, pouco tratando dos problemas da mulher no trabalho.

Cito outra pesquisa do IBGE, intitulada Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil, baseada em dados do censo 2000 e que foi divulgada ontem em todo o País. O estudo mostra que as mulheres estão assumindo cada vez mais o comando da família.

Sr. Presidente, o trabalho destaca os dados mais significativos sobre cerca de 11 milhões de mulheres, ou 12,9% das 86 milhões de brasileiras, e que têm sob sua responsabilidade 24,9% dos domicílios do País. Em 1991, apenas 18,1% dos domicílios estavam nessa situação.

Permitam-me os colegas citar alguns dados significativos desse levantamento, que é uma verdadeira radiografia da situação da mulher brasileira. Na Região Sudeste, 46,4% das mulheres são responsáveis

pelos domicílios, vindo a seguir o Nordeste, com 28,5%. Esses números refletem a intensidade da migração nordestina masculina nas últimas décadas e a alta frequência de dissoluções conjugais nas camadas mais pobres da população.

O aumento do número de domicílios cujos responsáveis são mulheres é um fenômeno tipicamente urbano: 91,4% deles estão em cidades, enquanto 8,6% estão nas zonas rurais. Um terço das mulheres responsáveis pelos domicílios têm mais de 60 anos - na maioria, viúvas.

Segundo a pesquisa, no item escolaridade, as mulheres avançaram. A proporção de alfabetizadas passou de 80,6%, em 1991, para 87,5%, em 2000. Vejam que o crescimento foi realmente significativo, apresentando ligeira vantagem sobre os homens nesse quesito. A média de anos de estudo das responsáveis por domicílios também aumentou de 4,4 para 5,6 anos, nesse mesmo período.

Mas o avanço nos estudos e a maior autonomia das mulheres não se traduziram em igualdade de renda em relação aos homens. Um exemplo é o rendimento médio mensal das mulheres responsáveis por domicílios - R\$591,00 -, inferior ao dos homens na mesma condição - R\$827,00. Metade delas sustenta a família, com menos de 1,8 salário mínimo (R\$324,00). A disparidade se repete em todas as regiões do País, sendo que o maior rendimento médio feminino é encontrado no Sudeste - R\$712,00 - e o menor, no Nordeste - R\$376,00. Em 1991, a renda das mulheres equivalia a 63,1% da dos homens. Já em 2000, essa relação atingiu 71,5%, reduzindo-se a desigualdade entre homens e mulheres.

Além de trabalhar fora, a grande maioria das mulheres ainda exerce afazeres domésticos, cuidando da família. Segundo a pesquisa do IBGE, a parcela dessas mulheres passou de 90%, em 1992, para 93,6%, em 1999. Isso significa que as mulheres vêm assumindo cada vez mais responsabilidade na família.

Não vou cansar os colegas com mais números. Acho que os que citei aqui são suficientes para mostrar que a mulher vem ganhando destaque e conquistando seu espaço na sociedade, mas ainda precisa continuar lutando para vencer as discriminações e ser tratada de igual para igual com os homens. Os números mostram que são batalhadoras e estão assumindo cada vez mais responsabilidades. Por isso, registro aqui o meu apoio a todas elas neste significativo Dia Internacional da Mulher.

Gostaria de citar, em especial, algumas mulheres que conseguiram sobressair-se em suas áreas de atuação, como é o caso da Ministra Ellen Gracie Northfleet, a primeira Ministra da história do Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte de Justiça do País, e Eliana Calmon, primeira Ministra a ingressar no Su-

perior Tribunal de Justiça - STJ. Também, a exemplo de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, não poderia deixar de citar a Governadora Roseana Sarney, do Maranhão, que construiu uma história de sucesso por onde passou e é a primeira mulher candidata à Presidência da República em nosso País. A todas elas, a minha saudação!

Igualmente, Sr. Presidente, permita-me registrar que, nesta semana, no dia 6 de março, comemorou-se antecipadamente o Dia Internacional da Mulher, durante a posse da Presidente da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais do Distrito Federal. O Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, compareceu ao evento e fez um valioso discurso, cheio de calor humano, sendo aplaudido pelas inúmeras mulheres ali presentes. Esse evento ocorreu aqui em Brasília, quando se deu a posse da nova Presidente, Carmem Gramacho, e a saída da Presidente Isa Louzeiro, da BPW, que exerceu um mandato muito profícuo. Esteva presente também a Presidente da Federação das Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, Dr<sup>a</sup> Maria Inês.

Gostaria de fazer um registro histórico importante, Sr. Presidente. Quando fiz minha campanha política concorrendo pela primeira vez à Presidência da Associação Comercial do Distrito Federal - e foi uma campanha acirrada em todas as cidades satélites, como se estivéssemos disputando uma eleição para o Governo -, observei que, em Brasília, a mulher tinha uma posição de destaque: ocupava os cargos mais importantes na administração das empresas, eram profissionais liberais da mais alta qualidade, principalmente no exercício da sua profissão.

Nessa época, fiz um gesto ousado. Até aquele momento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em 1977, não havia uma mulher sequer em diretoria de associação comercial. Tive a satisfação, a coragem e a ousadia de indicar a primeira mulher no Brasil a ocupar um cargo na diretoria da Associação Comercial, a Dr<sup>a</sup> Maria Inês Fontinelle Mourão. Esse fato inédito fez com que, em seguida, no Brasil inteiro, as mulheres passassem a ocupar cargos importantíssimos, até a presidência, em diversos Estados do nosso País.

Faço esse registro como uma das grandes conquistas obtidas pela mulher. E diria também que, a partir daquele momento, a mulher passou a ser uma empresária importante, merecendo todas essas reflexões e esses pronunciamentos favoráveis de diversos oradores em nosso plenário.

Nossos cumprimentos às mulheres hoje, no Dia Internacional da Mulher, e sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 62, DE 2002**  
(Requerimento nº 43, de 2002-M)

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja autorizada minha ausência dos trabalhos do Senado Federal, no período de 10 a 15 de março de 2002, com o intuito de comparecer às reuniões externas da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que serão realizadas, respectivamente, nas cidades de Fortaleza, Ceará, e Natal, Rio Grande do Norte, em paralelo à Quadragésima Terceira Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme cópia anexa do Ofício nº P/6/2002 da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Sala das Sessões, 7 março de 2002 – Senador  
**Roberto Requião.**

Of. nº P/6/2002

Brasília, 28 de fevereiro de 2002

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, por decisão em Reunião Ordinária, realizará reuniões externas nos dias 11, 12, 13 e 14 de março próximo, na cidade de Fortaleza, no Ceará, em paralelo à Quadragésima Terceira Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento que acontecerá naquela capital nordestina, e na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

A primeira reunião externa, Senhor Presidente, foi decidida como estratégia destinada a aproveitar a referida reunião do BID, quando estarão presentes os ministros da Fazenda de dos países-membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento, os representantes da Corporação Interamericana de Investimentos, membros do Parlamento Centro—Americano, do Parlamento Andino e do Parlamento Latino-Americano, e de todas as Representação Nacionais dos Países-Membros do Mercosul, para discutir a questão da Alca e seu impacto no Mercosul, a partir de palestra do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, bem como sobre os blocos econômicos e o novo papel dos Parlamentos na integração regional do Cone-Sul, e, com Fundamento em palestra do Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior, o problema do endividamento externo e suas consequências sociais no espaço geográfico sul-americano.

A segunda reunião externa, aproveitando-se o deslocamento para Fortaleza, e sem despesas com alojamento e transportes em Natal, dará continuidade

ao tema da primeira reunião, além de realizar palestras sobre o tema dos desafios e oportunidades no contexto do Mercosul e frente à criação de uma área de livre comércio das Américas, a Alca.

Trata-se, Senhor Presidente, de importantes eventos, de iniciativa da CPCM do Congresso Nacional, decorrente da necessidade de ações legislativas externas por todo o território nacional que, ao final da sua primeira reunião externa, emitirá a “Declaração de Fortaleza”, documento que apresentará propostas pertinentes ao fundamental tema das relações de comércio exterior, no contexto globalizado e da atual tendência mundial para a formação de blocos econômicos regionais, a qual apreciaríamos fosse entregue por Vossa Excelência, como um dos nossos convidados especiais, às autoridades representantes do BID no decorrer do encerramento da sua reunião anual em Fortaleza.

Assim, conforme vem acontecendo, desde 1996, quando o Senado Federal deu início à cobertura das despesas de deslocamento e manutenção de parlamentares e pessoal de apoio, imprescindíveis à realização deste tipo de eventos dos quais participa a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, solicito a Vossa Excelência a autorização de liberação de 75 diárias para cobertura da hospedagem, 120 refeições do tipo **buffet**, no Hotel Plaza Praia Suites, em Fortaleza, no decorrer do evento na capital cearense, para o que segue previsão orçamentária em anexo.

Solicito, ainda, a autorização de Vossa Excelência para que os Senadores Roberto Requião, Marluce Pinto, José Fogaça, Arlindo Porto, Geraldo Athoff, Antero Paes de Barros, Amir Lando e Jefferson Péres participem das reuniões externas em Fortaleza e Natal, representando esta Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e o Senado Federal na reunião final do BID e que tenham o abono de suas faltas no período de 10 a 15 de março próximo, também para os consultores Maria Cláudia Drummond e Francisco Eugênio Arcanjo, bem como a emissão de passagens aéreas, conforme quadro anexo.

Por oportuno, ressalto a importância da realização da reunião externa em apreço na região Nordeste brasileira, aproveitando-se a oportunidade de um encontro internacional como este da Reunião Anual dos Governadores do BID, para divulgar e fortalecer o processo de ampliação do Mercosul em âmbito nacional por meio da adesão de todas as unidades federativas do Brasil, o que, em decorrência acabará por demonstrar o interesse do Congresso Nacional nas discussões que envolvem o processo de globalização da economia mundial.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência ao pedido que ora lhe encaminho, renovo-lhe meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**,  
Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
Representação Brasileira

**ANEXO II**

**QUADRO DE DESLOCAMENTOS AÉREOS**

<b>PARLAMENTARES</b>	
<b>NOME</b>	<b>TRECHOS E DATAS</b>
ROBERTO REQUIÃO	10.03 – CURITIBA / FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA / NATAL 15.03 – NATAL / CURITIBA
MARLUCE PINTO	10.03 – BRASÍLIA / FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA / NATAL 15.03 – NATAL / BOA VISTA
ARLINDO PORTO	10.03 – BELO HORIZONTE / FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA / BRASÍLIA
GERALDO ALTHOFF	10.03 – FLORIANÓPOLIS/FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA/NATAL 15.03 – NATAL/FLORIANÓPOLIS
ANTERO PAES DE BARROS	10.03 – CUIABÁ/FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA/NATAL 15.03 – NATAL/CUIABÁ
AMIR LANDO	10.03 – BRASÍLIA / FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA / NATAL 15.03 – NATAL / BOA VISTA
JEFFERSON PERES	13.03 – BRASÍLIA/NATAL 15.03 – NATAL/BRASÍLIA
JOSÉ FOGAÇA	10.03 – BRASÍLIA / FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA / NATAL 14.03 – NATAL / BRASÍLIA
<b>CONSULTORES</b>	
<b>NOME</b>	<b>TRECHO</b>
MARIA CLÁUDIA DRUMMOND	10.03 – BRASÍLIA / FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA / NATAL 15.03 – NATAL / BRASÍLIA
FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO	10.03 – BRASÍLIA / FORTALEZA 13.03 – FORTALEZA / NATAL 15.03 – NATAL / BRASÍLIA

07-03-02 19:36 55 61 3182154

COM.MERCOSUL -&gt;02257248

**ANEXO I****PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA****Viagem a Fortaleza - CE**

Dias: 10, 11, 12 e 13 de março de 2002

**Hotel Plaza Praia Suites**

End.: Rua Barão de Aracati, 94 – Praia de Iracema – Fortaleza - CE

Tel.: (85) 455-1500

Fax: (85) 455-1511

Diária de apartamento simples:

**R\$ 120,00 (cento e vinte reais)**

Refeição tipo "buffet"

**R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)**

Solicitação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul:

**75 diárias perfazendo o total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)****120 refeições tipo "buffet" - perfazendo o total de R\$ 3.000,00 (três reais)**

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – O requerimento lido será votado oportunamente.

Os Srs. Senadores Edison Lobão e Tião Viana enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, consultores da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) foram recentemente ao Parque Nacional dos Lençóis para buscar dados que justifiquem alçar aquela região em Sítio do Patrimônio Mundial Natural.

O Parque dos Lençóis Maranhenses é um dos mais raros e belos fenômenos geológicos do mundo, que encanta a todos os brasileiros e estrangeiros que para ali afluem em busca do ecoturismo, da aventura e da descoberta de novas manifestações da mãe natureza. O Parque é uma dádiva de Deus, um deserto cheio de lagoas de águas lindíssimas, cristalinas, formadas pelas águas das chuvas. O conjunto composto pelo rio Preguiças, pelos pequenos lençóis e pelos povoados de Atins, Mandacaru e Caburé é um verdadeiro convite à tranqüilidade, à contemplação da beleza natural, do ecossistema, da nossa riqueza natural, que precisa ser melhor divulgada para fins de exploração turística.

A cidade de Barreirinhas, a 251 quilômetros de São Luís, é o portão de entrada para os Lençóis Maranhenses. Com a construção da estrada de acesso à cidade, inaugurada recentemente pela governadora Roseana Sarney, houve um aumento significativo no número de turistas em busca das belezas desse paraíso natural. Com isso, são muitos os empresários que já estão investindo na região, ampliando a geração de emprego e renda para a população local.

Os Consultores da UNESCO estiveram em meu Estado com o objetivo de ajudar a Gerência de Meio Ambiente do Maranhão na elaboração do projeto, com a proposta do governo do Estado, de expandir para o Parque o título de Patrimônio da Humanidade, já concedido a São Luís.

Depois de visitar o local, os Consultores concluíram que a riqueza e beleza naturais do Parque estão bem preservados, e que existem grandes chances do local efetivamente ser reconhecido pela Unesco como Sítio Mundial Natural.

A importância dessa esperada decisão da Unesco é abrir portas para fundos de financiamentos nas áreas de pesquisa, planejamento e conservação da biodiversidade, dando uma projeção mundial aos

Lençóis. O que é um avanço, já que o Parque passará a ser conhecido internacionalmente como Patrimônio da Humanidade.

Ao mencionar este fato e as riquezas naturais do meu Maranhão, ressalte-se, mais uma vez, a amplitude do Patrimônio Histórico maranhense. No Centro Histórico de São Luís concentra-se um dos mais importantes acervos da arquitetura colonial portuguesa do Brasil, construído às primeiras décadas do Século XVII, e que se conserva até hoje, para o orgulho do povo do Maranhão.

Como Governador de Estado, coube-me à época a oportunidade e a honra de investir grandes esforços para a restauração bem sucedida dos principais monumentos de São Luís, entre os quais o Teatro Arthur Azevedo e, a oito quilômetros do centro, a transformação da antiga Usina Têxtil do Rio Anil no Centro Integrado de Ensino, com capacidade para acolher 7.500 crianças, ambos há anos em pleno funcionamento.

Apesar dos esforços do Poder Público, esse acervo, no entanto, está ameaçado no que se refere à conservação dos prédios históricos. Há riscos de desmoronamentos, nos períodos invernosos, de edificações que trazem na sua argamassa períodos importantes da própria história do Brasil. Cuidar de um Patrimônio da Humanidade como o de São Luís é um dever que cabe não somente ao governo estadual, mas a todo o País através do Poder Central. Só este tem condições de investimentos que assegurem a preservação e restauração de obras de valor cultural e histórico inestimável.

O Maranhão é hoje o detentor do maior grupo de edificações históricas do nosso País. São cerca de 3.500 prédios e casarões com azulejos portugueses antigos, que contam muitos séculos, ameaçados de desaparecer. O Governo Federal, em 1974, efetivou o tombamento de mais de 1.300 imóveis que compõem o conjunto histórico da cidade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, voltando aos Lençóis Maranhenses, vejo com muito otimismo a informação segundo a qual o gerente de Meio Ambiente do Maranhão, Márcio Vaz, prevê que o projeto relativo ao Parque Nacional dos Lençóis será elaborado durante todo este ano de 2002 e apresentado à UNESCO no próximo ano. Faz-se necessário um intenso trabalho de pesquisa para se comprovar que a região dos Lençóis Maranhenses é a única da América do Sul em termos de preservação e características geológicas.

A partir do próximo mês, segundo informações da referida autoridade estadual, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai intensificar o trabalho de fiscalização e acompanhamento do uso planejado do Parque. Esta é uma área de grande riqueza natural e que por isso precisa ser bem cuidada para não perder suas características, que são caras ao povo do meu Estado.

Aqui desta tribuna, Senhor Presidente, ofereço o meu irrestrito apoio ao Governo do Maranhão nesta jornada de trabalho junto à Unesco, na busca do título de Sítio do Patrimônio Mundial Natural para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 8 de março de 1857, nos estados unidos, 129 operárias morreram queimadas em uma fábrica têxtil. Elas estavam em greve reivindicando a redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias e o direito à licença-maternidade. o dono da fábrica mandou trancar todas as operárias lá dentro e atear fogo nas trabalhadoras.

Em memória das mulheres que deram suas vidas por um direito legítimo, o mundo inteiro celebra o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

No momento em que, mais uma vez, nos reunimos, no Senado Federal, para homenagearmos a mulher, gostaria de iniciar com um pouco da história.

Considero importante conhecer a trajetória de lutas das mulheres para mudar sua participação na sociedade. analfabetas e alijadas do espaço público, as mulheres, no mundo e no Brasil, tiveram, como primeiras lutas políticas, a busca do direito à educação e do direito ao voto.

Foi nos Estados Unidos que ocorreram as primeiras manifestações organizadas em prol dos direitos da mulher, no século XIX. a luta contra a escravidão explodiu junto com a luta pela libertação feminina. no Brasil, as primeiras organizações de mulheres surgiram após 1850 e sua principal bandeira era o direito à instrução e ao voto.

Ainda no Século XIX, foram admitidas nas escolas, principalmente para a formação de professoras, já identificadas como uma necessidade social e cujas tarefas eram reconhecidamente melhor desempenhadas pelas mulheres.

O direito ao voto foi instalado em 1932, quando o Governo de Getúlio Vargas, formado após a Revolução de 1930, promulgou o novo Código Eleitoral, garantindo finalmente a participação democrática básica às mulheres brasileiras. nas eleições de 1933, convocadas para a assembléia nacional constituinte, foram eleitos 214 deputados e uma única mulher: a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Bertha Lutz, concorrendo pelo Distrito Federal (RJ), foi eleita primeira suplente.

A conquista do voto feminino no mundo não é muito anterior ao marco brasileiro, iniciando-se em 1893, na Nova Zelândia, e propagando-se para a união soviética - com a Revolução Socialista de 1917, em 1918, para a Alemanha, em 1919, para os Estados Unidos, e em 1928, para a Inglaterra.

A segunda metade do Século XX foi pródiga em avanços da participação feminina na sociedade, tendo sido destacados os movimentos feministas de diversas espécies, que lutaram e conseguiram significativas conquistas sociais e pessoais para as mulheres, costumes que se materializaram, no decorrer do tempo, em um novo arcabouço jurídico, configurando, de maneira moderna, justa e adequada, questões como o divórcio, a liberdade e a preferência sexual, a prevenção contra a violência, os abusos e as doenças sexualmente transmissíveis, entre outros temas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são muitas as frentes de batalhas que foram e continuam sendo objeto das reivindicações femininas e seria extremamente ampla e exaustiva uma resenha de todas elas.

Detenho-me, pois, em um instrumento recente na história política brasileira: o sistema de cotas, visando ampliar a presença da mulher no poder, já consagrado em vários países do mundo. na Europa, desde 1985, o processo se aplica às leis eleitorais e partidárias, a fim de promover a participação da mulher nos centros de decisão política, por meio de uma presença equilibrada entre homens e mulheres nas listas de diferentes categorias de eleições.

No Brasil, a cota mínima para candidaturas de mulheres nas chapas partidárias, foi instituída em 1995, ao se converter em lei um projeto da então Deputada Marta Suplicy (PT/SP), que propunha o mínimo de 30% de mulheres candidatas a todos os cargos eletivos.

No mundo, iniciativas semelhantes também ganharam estatuto legal, como na Noruega, onde os

partidos adotam cotas há vinte anos; na Dinamarca, onde uma Lei Federal prevê o equilíbrio entre os sexos nos comitês consultivos e administrativos; na Finlândia e na Irlanda, onde a representação de cada sexo não pode ser inferior a 40% nos comitês e órgãos públicos de decisão; e na Bélgica, onde o limite máximo é de 2/3, para cada sexo, entre outros países que consagraram a participação das mulheres no cenário político.

No entanto, em nosso país, o sistema de cotas ainda não se refletiu, proporcionalmente, numa relação direta entre candidatos e eleitos por sexo.

Em 1998, tivemos 19% de mulheres candidatas às assembleias estaduais e distritais, e apenas 10% de eleitas. tivemos 10% de mulheres candidatas à Câmara dos Deputados e apenas 5,6% de eleitas.

No entanto, o sistema de cotas já se refletiu numa participação mais significativa nas eleições municipais de 2000, quando as mulheres passaram a representar 5,7% dos prefeitos e 11% dos vereadores brasileiros.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não poderia, nesta oportunidade, deixar de efetuar uma avaliação da mulher trabalhadora em nosso país.

As mulheres correspondem hoje a 41% da população economicamente ativa do Brasil, num total de cerca de 31 milhões de trabalhadoras, e mais de ¼ das famílias do país são por elas chefiadas.

Com maior nível de instrução que os homens, não exercem, porém, funções compatíveis com a sua formação: ocupam, em maior percentual, postos mais precários, além de terem menor remuneração, o que vem requerendo, por parte de meu partido, maior atenção às novas questões sindicais de interesse das mulheres, que transcendem a proteção à maternidade e passam para a efetiva igualdade de direitos e oportunidades de vida profissional.

Outro dado importante, divulgado pelo Dieese, é que nas regiões metropolitanas de Brasília, Salvador e São Paulo, as mulheres passaram a representar mais da metade da força total de trabalho, fato que deverá ocorrer no rio de janeiro e em porto alegre, em um futuro próximo.

Esses poucos dados demonstram cabalmente a importância social das mulheres na sociedade brasileira.

Sr. Presidente, a igualdade entre mulheres e homens não se realiza pela simples criação de leis ou convenções antidiscriminatórias. não é fácil reduzir a

diferença entre o direito e a vida, entre "a lei dos livros" e "a lei da prática".

Não só neste dia de homenagens, mas em todos os dias de nossa vida pública, devemos estar tão atentos à qualidade das leis que produzimos no congresso nacional como à sua efetiva aplicação na vida social, e, quando o tema é a mulher, devemos ter redobrado o cuidado com sua pertinência para tornar cada vez mais presente o ditame sintético e definitivo instituído como o primeiro dos direitos fundamentais de nossa carta: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

No entanto, neste dia internacional da mulher, permito-me estender a relevância da mulher, ao amparo da poetisa Mariza de Oliveira, que em belíssima réplica a um poema de Thiago de Mello, proclamou, em texto legal, o amor como valor supremo de homens e de mulheres:

Artigo primeiro: fica decretado que agora vale a confiança, que agora vale a palavra, e que, de mãos dadas, homem e mulher trabalharão pelo amor, pelo respeito mútuo e pela paz.

Artigo segundo: fica decretado que a mulher nunca mais será humilhada ou desrespeitada. e que a família retomarará seu devido valor na sociedade, através do esforço conjunto e da harmonia envolvendo pais e filhos.

Artigo terceiro: fica proibida a discriminação. tanto no trabalho, como em qualquer atividade ou circunstância, à mulher serão oferecidas as mesmas oportunidades que aos homens, em obediência à lei da natureza, que criou o sol para todos.

Parágrafo único: só uma coisa não será mais permitida: a falta de diálogo.

Artigo quarto: fica decretado o fim das críticas de cunho moralista ou censura de conduta feminista ou homossexual. e que sempre há de existir homens com capacidade para identificar e valorizar a feminilidade, a habilidade invulgar, impregnada de charme e de classe, da verdadeira mulher.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11 horas e 26 minutos.)*

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 017 , DE 2002**

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001801/02-0.

**RESOLVE :**

designar a servidora **MARIA ELISA BORGES JEVEAUX**, matrícula nº 4056, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a função comissionada, de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 26 de fevereiro de 2002.

Senado Federal, 06 de março de 2002.

  
**Senador RAMEZ TEBET**  
**Presidente do Senado Federal**

**ATO DO PRESIDENTE Nº 018 , DE 2002**

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE** dispensar, a pedido, o servidor **JOSE MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO**, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Mat. 4727, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada, símbolo FC-08, de Chefe da Consultoria da Diretoria Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2002.

  
**Senador RAMEZ TEBET**  
**Presidente do Senado Federal**

**ATO DO PRESIDENTE Nº 019, DE 2002**

**O PRÉSIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE** designar o servidor **HERMANNY LIMA SAMUEL DE ALMEIDA**, Técnico Legislativo, Mat. 3589, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - SEEP, para exercer a Função Comissionada, símbolo FC-08, de **Chefe da Consultoria da Diretoria Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal**, a partir desta data.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2002



**Senador RAMEZ TEBET**  
**Presidente do Senado Federal**

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 020, DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

I – Designar os servidores Francisco de Assis Sousa Braga, mat. 5274, Eurico Bueno, mat. 4155, Nagib da Silveira Costa, mat. 4190, Marcelo Roberto Fiorillo, mat. 5310, Edilson Pires de Lima, mat. 4141, Robson José de Macedo Gonçalves, mat. 5307, Eloir Rodrigues Júnior, mat. 5119, Arynne Vidal de Marins Filho, 4360, Alexandre Bonto Hilgenberg, mat. 5304, Moacyr Medeiros Costa Júnior, mat. 4369, Imelton Pires de Azevedo, mat. 5289 e Itamar Costa Júnior, mat. 5308, para integrarem a Comissão de Tour de Finais de Semana, instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 1345, de 2000.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, devendo ocorrer, a cada 3 (três) meses, alternância dos servidores da presente equipe, por outros do quadro funcional da Subsecretaria de Segurança Legislativa.

Senado Federal, 07 de março de 2002.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 021 , DE 2002**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

Prorrogar por 30(trinta) o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 144, de 2002, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 07 de março de 2002.

  
**AGACIEL DA SILVA-MAIA**  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 022 , DE 2002**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

Prorrogar por 30(trinta) o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 66, de 2002, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 07 de março de 2002.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 023 , DE 2002**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

Prorrogar por 30(trinta) o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 65, de 2002, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 07 de março de 2002.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 227 , DE 2002**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores NIDOVAL PINTO DA SILVA, matrícula nº 1703 e ELIAS LYRA BRANDÃO, matrícula nº 1312, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 001318/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 06 de março de 2002.

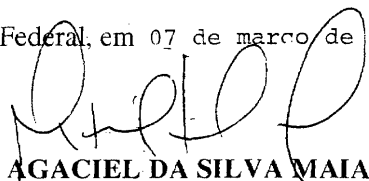
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 228 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001981/02-1,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TADEU AGUIAR NETO**, matrícula n.º 31389, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Moreira Mendes, a partir de 27 de fevereiro de 2002.

Senado Federal, em 07 de março de 2002.



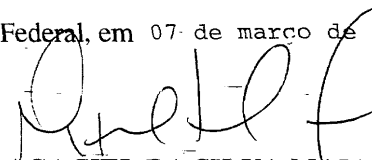
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 229 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001982/02-8,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO CELMO FERREIRA ALENCAR** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Moreira Mendes.

Senado Federal, em 07 de março de 2002.



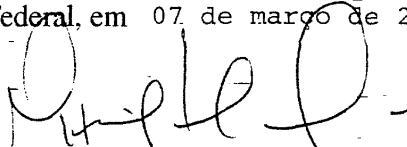
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 230 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001988/02-6**,

**R E S O L V E** nomear, na forma de disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CRISTIANE LUIZA GARCEZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 07 de março de 2002.



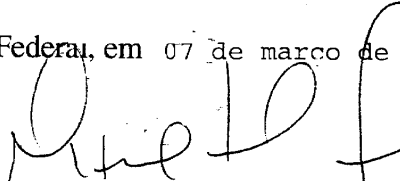
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 231 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **02037/02-5**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARY CICERO MORAES RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Francelino Pereira.

Senado Federal, em 07 de março de 2002



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 232 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002025/02-7,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FERNANDA GONÇALVES CUNHA**, matrícula n.º 31369, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 07 de março de 2002.

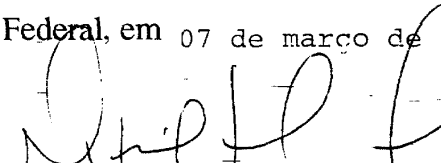
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 233 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 01919/02-4,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLAUDIA SALES DE NOVAES FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Freire.

Senado Federal, em 07 de março de 2002.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 234 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002091/02-0,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉ GUSTAVO STUMPF ALVES DE SOUZA**, matrícula n.º 32253, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 01/03/2002.

Senado Federal, em 07 de março de 2002.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 235 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 01917/02-1,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA CHRISTINA ALVES CZAJKA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sergio Machado.

Senado Federal, em 07 de março de 2002.



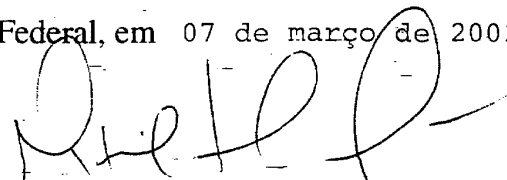
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 236 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002090/02-3**,

**RESOLVE** nomear, na forma de disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DALCE MARIA SÓUTO LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 07 de março de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 237 , DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002328/02-0,

**RESOLVE** dispensar o servidor **JOSÉ RODRIGUES CHAVES**, matrícula 4764, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Comissões, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 2002.

Senado Federal, 07 de março de 2002.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

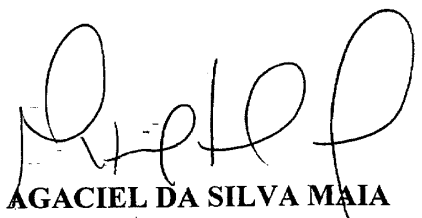
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 238, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002345/02-1,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DAS GRAÇAS L. BENEVIDES, matrícula 4140, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Fernando Matusalem, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Quarta Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 2002.

Senado Federal, 07 de março de 2002.



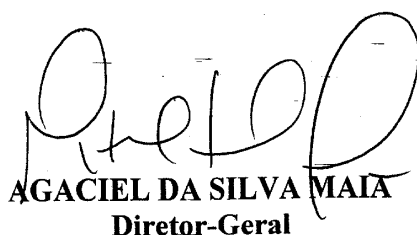
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 239, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002348/02-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARTA CAVALCANTE D'ALBUQUERQUE MAGALHÃES, matrícula 2979, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Reñan Calheiros, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 2002.

Senado Federal, 07 de março de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 240, DE 2002**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002042/02-9,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 4299, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Júnior, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2002.

Senado Federal, 07 de março de 2002.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(51ª LEGISLATURA)

<b>BAHIA</b>		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL - Antonio Carlos Júnior		BLOCO - Geraldo Melo (PSDB)
PFL - Waldeck Ornellas		PFL - José Agripino
PFL - Paulo Souto		PTB - Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		<b>SANTA CATARINA</b>
BLOCO - Artur da Távola (PSDB)		PMDB - Casildo Maldaner
BLOCO - Geraldo Cândido (PT)		PFL - Geraldo Althoff
- Roberto Saturnino		BLOCO - Ari Stadler (PPB)
<b>MARANHÃO</b>		<b>ALAGOAS</b>
PFL - Bello Parga		PMDB - Renan Calheiros
PFL - Edison Lobão		BLOCO - Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB - João Alberto Souza		BLOCO - Heloisa Helena (PT)
<b>PARÁ</b>		<b>SERGIPE</b>
PSB - Ademir Andrade		PSB - Antonio Carlos Valadares
PMDB - Fernando Ribeiro		BLOCO - José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO - Luiz Otávio (PPB)		PFL - Maria do Carmo Alves
<b>PERNAMBUCO</b>		<b>AMAZONAS</b>
PTB - Carlos Wilson		PFL - Bernardo Cabral
BLOCO - Roberto Freire (PPS)		BLOCO - Jefferson Péres (PDT)
PFL - José Coelho		PMDB - Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		<b>PARANÁ</b>
BLOCO - José Serra (PSDB )		BLOCO - Osmar Dias (PDT)
PFL - Romeu Tuma		PMDB - Roberto Requião
BLOCO - Eduardo Suplicy (PT)		BLOCO - Álvaro Dias (PDT)
<b>MINAS GERAIS</b>		<b>ACRE</b>
PFL - Francelino Pereira		BLOCO - Marina Silva (PT)
PTB - Arlindo Porto		PMDB - Nabor Júnior
PL - José Alencar		BLOCO - Tião Viana (PT)
<b>GOIÁS</b>		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PMDB - Mauro Miranda		BLOCO - Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB - Iris Rezende		PMDB - Ramez Tebet
PMDB - Maguito Vilela		PMDB - Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PMDB - Carlos Bezerra		PFL - Lindberg Cury
PFL - Jonas Pinheiro		BLOCO - Lauro Campos (PDT)
BLOCO - Antero Paes de Barros (PSDB)		PMDB - Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		<b>TOCANTINS</b>
BLOCO - Emilia Fernandes (PT)		PTB - Carlos Patrocínio
BLOCO - José Fogaça (PPS)		PFL - Leomar Quintanilha
PMDB - Pedro Simon		BLOCO - Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
<b>CEARÁ</b>		<b>AMAPÁ</b>
BLOCO - Lúcio Alcântara (PSDB)		PMDB - Gilvam Borges
PMDB - Sérgio Machado		BLOCO - Sebastião Rocha (PDT)
BLOCO - Luiz Pontes (PSDB)		PMDB - José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		<b>RONDÔNIA</b>
PTB - Wellington Roberto		BLOCO - CHICO SARTORI (PSDB )
BLOCO - Ronaldo Cunha Lima (PSDB)		PFL - Moreira Mendes
PMDB - Robinson Viana		PMDB - Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		<b>RORAIMA</b>
PMDB - Gerson Camata		PMDB - Marluce Pinto
BLOCO - Ricardo Santos(PSDB )		BLOCO - Romero Jucá (PSDB)
PSB - Paulo Hartung		PFL - Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		
BLOCO - Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO - Benício Sampaio (PPB)		
PMDB - Alberto Silva		

**CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**Presidente: Senador Jefferson Péres <sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado <b>JUTAHY JÚNIOR</b> (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador <b>RENAN CALHEIROS</b> (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado <b>WALTER PINHEIRO</b> (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador <b>JOSÉ EDUARDO DUTRA</b> (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  Deputado <b>HÉLIO COSTA</b> (PMDB-MC)  Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  Senador <b>JEFFERSON PÉRES</b> (Bloco PT/PDT/PPS-AM)  Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

**SENADO FEDERAL**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

<sup>1</sup> Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17h.

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca**<sup>2</sup>  
**Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca <sup>3</sup>	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291	2. (vago) <sup>4</sup>		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) <sup>5</sup>	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) <sup>6</sup>		
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB) <sup>7</sup>					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) <sup>8</sup>	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) <sup>9</sup>	TO	2071	3. Luiz Pontes (PSDB) <sup>10</sup>	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS) <sup>11</sup>					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) <sup>12</sup>	ES	1129
PSB					
Titular	UF	Ramal	Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101

**Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051**  
(Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

<sup>2</sup> Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

<sup>3</sup> Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

<sup>4</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

<sup>5</sup> Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

<sup>7</sup> Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

<sup>8</sup> Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

<sup>9</sup> Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

<sup>10</sup> Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

<sup>11</sup> Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

<sup>12</sup> Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

**SECRETARIA - GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ  
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO**

**Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY**  
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)  
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)  
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)  
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)  
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)  
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO**  
Ramais: 4605 - Fax: 4344

**Secretários:** CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)  
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)  
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)  
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)  
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)  
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)  
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

## COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA**  
**Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

#### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Robinson Viana	PB	4345/4346	8 - Vago		
Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

#### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen (4)	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Vago (1)		
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Coelho	PE	1284/3245

#### BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - Romero Jucá	RR	2111/2117
Lúcio Alcântara	CE	2111/2117	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Vago (3)			4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Vago (5)		

#### (1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

#### PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (6)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

#### PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

(4) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(5) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

(6) Comunicação de destituição do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas  
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho  
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa  
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55  
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@scnado.gov.br

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES  
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO  
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		SUPLENTES	
<b>PFL</b>			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTES	
<b>BLOCO PSDB/PPB</b>			
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTES	
<b>BLOCO OPOSIÇÃO / PTB</b>			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001		SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	
REUNIÕES:		☎ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255	
SECRETÁRIO:		E-MAIL: <a href="mailto:dirceuv@senado.gov.br">dirceuv@senado.gov.br</a>	
☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605			
FAX: 311-4344			

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: **ROMEU TUMA**

Vice-Presidente: **MARINA SILVA**

(29 titulares e 29 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPL. FNTEs	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3053/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Vago		
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – Vago		

### BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	Vago (1)		
Romero Jucá	RR	2111/2117	Freitas Neto	PI	2131/2137
Vago (2)			Lúdio Coelho	MS	2381/2387

### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

### PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
<b>Ademir Andrade</b>	<b>PA</b>	<b>2101/2109</b>	<b>1 – Vago</b>		

(1) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

(2) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE  
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:  
RELATORA:**

**PMDB**

**VAGO  
VAGO**

**PFL**

**VAGO  
VAGO**

**BLOCO PSDB/PPB**

**VAGO**

**BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)**

**VAGO  
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ  
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608  
FAX: 311-3652  
E-MAIL: jracs@senado.gov.br  
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

<b>PMDB</b>	
<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>	<b>MT – 1128/1129</b>
<b>MARLUCE PINTO</b>	<b>RR – 1301/4062</b>
<b>PFL</b>	
<b>GERALDO ALTHOFF</b>	<b>SC – 2041/2047</b>
<b>WALDECK ORNELAS</b>	<b>BA – 2211/2217</b>
<b>BLOCO PSDB/PPB</b>	
<b>LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)</b>	<b>TO – 2071/2072</b>
<b>Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS</b>	
<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)</b>	
<b>SEBASTIÃO ROCHA (PDT)</b>	<b>AP – 2241/2247</b>
<b>TIÃO VIANA</b>	<b>AC – 3038/3493</b>

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ  
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608  
FAX: 311-3652  
E-MAIL: jracc@senado.gov.br  
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:  
RELATOR:**

	<b>PMDB</b>
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
	<b>PFL</b>
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
	<b>BLOCO PSDB/PPB</b>
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
	<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)</b>
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ**  
**SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608**  
**FAX: 311-3652**  
**E-MAIL: jrac@senado.gov.br**  
**REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM:**

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:  
RELATOR:**

	<b>PMDB</b>
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
	<b>PFL</b>
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
	<b>BLOCO PSDB/PPB</b>
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
	<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)</b>
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ  
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608  
FAX: 311-3652  
E-MAIL: jracs@senado.gov.br  
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM:**

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ****Presidente: BERNARDO CABRAL****Vice-Presidente: OSMAR DIAS****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

**PFL**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen (3)	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Vago		
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

**BLOCO PSDB/PPB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	Freitas Neto	PI	2131/2137
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Vago (2)			Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Juca	RR	2111/2117	Benício Sampaio	PI	3085/3086

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607

**PSB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

(3) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas  
Secretária: Gildete Leite de Melo  
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa  
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541  
Fax: 311-4315 - E-mail: [gildete@senado.gov.br](mailto:gildete@senado.gov.br)

### **3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.**

**PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:  
RELATOR:  
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
	<b>PMDB - 3</b>
	<b>PFL - 2</b>
	<b>BLOCO PSDB/PPB - 1</b>
	<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1</b>

**SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541**  
**FAX: 311- 4315**  
**E.MAIL- [gildete@senado.gov.br](mailto:gildete@senado.gov.br)**

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,  
nos termos do Art. 73, do RISF.  
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE**  
**Presidente: RICARDO SANTOS**  
**Vice-Presidente: MOREIRA MENDES**  
**( 27 titulares e 27 suplentes)**

**PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		

**PFL**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Coelho	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

**BLOCO PSDB/PPB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúcio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Vago (1)		
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 – Tião Viana	AC	3038/3493

**PSB**

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230

**PTB**

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas  
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares  
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa  
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**

**PRESIDENTE:  
(09 TITULARES)**

**TITULARES**

**PMDB**

**VAGO  
VAGO  
VAGO**

**PFL**

**VAGO  
VAGO**

**BLOCO PSDB/PPB**

**VAGO  
VAGO**

**BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)**

**VAGO  
VAGO**

**REUNIOES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**

**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604**

**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**

**FAX: 311-3121**

**E-MAIL: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br)**

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**PRESIDENTE: FREITAS NETO**  
**VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA**

**COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTEs**

TITULARES		SUPLENTEs	
<b>PMDB</b>			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
<b>PFL</b>			
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
<b>BLOCO (PSDB/PPB)</b>			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)</b>			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
<b>PSB</b>			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

**REUNIÕES:**  
**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604**  
**FAX: 311-3121**

**E-MAIL: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br)**

**SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**

**5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE****Presidente: JEFFERSON PÉRES****Vice-Presidente: VAGO****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

**PFL**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago (1)			1 – Jorge Bornhausen (4)	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Coelho	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

**BLOCO PSDB/PPB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Vago (3)			Freitas Neto	PI	2131/2137
Vago (5)			Luiz Otávio	PA	1027/4393

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

**PSB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (6)	RJ	4229/4230	1 – Ademar Andrade	PA	2101/2109

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

(4) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(5) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

(6) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas  
Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo  
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa  
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367  
Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Robinson Viana	PB	4346/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Mariuce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (4)	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1961/1066	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Vago (3)		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Vago (2)		
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Vago		
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Vago (5)		
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Vago (6)		
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1500	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (7)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Em virtude da desfiliação do Senador Eduardo Siqueira Campos do PFL, tendo filiando-se ao PSDB, em 05.10.2001

(3) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(4) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(5) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

(6) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

(7) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

**6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

**PRESIDENTE:  
RELATOR:**

**COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
	<b>PMDB</b>
<b>VAGO</b>	<b>1- VAGO</b>
<b>VAGO</b>	<b>2- VAGO</b>
<b>VAGO</b>	<b>3- VAGO</b>
	<b>PFL</b>
<b>VAGO</b>	<b>1- VAGO</b>
<b>VAGO</b>	<b>2- VAGO</b>
	<b>BIOCO PSDB/PPB</b>
<b>VAGO</b>	<b>1- VAGO</b>
	<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)</b>
<b>VAGO</b>	<b>1- VAGO</b>

**REUNIÕES:**

**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE**

**SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607**

**FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292**

**6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR  
ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS  
OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS**

**PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO  
RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL**

**COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTE)**

<b>TITULARES</b>		<b>SUPLENTE</b>	
<b>PMDB</b>			
<b>ALBERTO SILVA</b>	<b>PI-3055/3057</b>	<b>1- IRIS REZENDE</b>	<b>GO-2032/2039</b>
<b>ROBERTO REQUIÃO</b>	<b>PR-2401/2407</b>	<b>2- VALMIR AMARAL</b>	<b>DF-1961/1966</b>
<b>GERSON CAMATA</b>	<b>ES-3203/3204</b>	<b>3- GILBERTO MESTRINHO</b>	<b>AM-3104/3106</b>
<b>PFL</b>			
<b>PAULO SOUTO</b>	<b>BA-3173/3175</b>	<b>1- MARIA DO CARMO ALVES</b>	<b>SE-1306/4659</b>
<b>JONAS PINHEIRO</b>	<b>MT-2271/2277</b>	<b>2- BELLO PARGA</b>	<b>MA-3069/3072</b>
<b>BLOCO PSDB/PPB</b>			
<b>TEOTÔNIO VILELA FILHO</b>	<b>AL-4093/4095</b>	<b>1- LUIZ OTÁVIO</b>	<b>PA-3050/3093</b>
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)</b>			
<b>GERALDO CÂNDIDO (PT)</b>	<b>RJ-2171/2177</b>	<b>1- ROBERTO SATURNINO (1)</b>	<b>RJ-4229/4230</b>

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

**REUNIÕES:**

**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE**

**SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607**

**FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292**

<b>7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC</b>					
Presidente: AMIR LANDO					
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO					
(17 titulares e 9 suplentes)					
<b>PMDB</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Robinson Viana	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
<b>PFL</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
<b>BLOCO PSDB/PPB</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 – Vago (3)		
Romero Jucá	RR	2111/2117			
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Helóisa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			
<b>PSB</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (4)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

(4) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quartas-feiras as 18:00 horas (\*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

## 7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

**SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.**

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES  
(05 TITULARES E 03 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
<b>ALBERTO SILVA</b>	<b>PI-3055/57</b>	<b>1-WELLINGTON ROBERTO (3)</b>	<b>PB-3194/95</b>
<b>LUIZ OTÁVIO (2)</b>	<b>PA-3050/4393</b>		
<b>PFL</b>			
<b>MOREIRA MENDES</b>	<b>RO-2231/37</b>	<b>1-FREITAS NETO (1)</b>	<b>PI-2131/37</b>
<b>BLOCO (PSDB/PPB)</b>			
<b>VAGO (4)</b>		<b>1-RICARDO SANTOS</b>	<b>ES-2022/24</b>
<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)</b>			
<b>JEFFERSON PERES</b>	<b>AM-2061/67</b>		

(1) Desfilhou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

### REUNIÕES:

**SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO**

**TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519**

**Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO**

**SALA Nº 06 - telefone: 311-3254**

**Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br**

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
(Representação Brasileira)**

**PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY**

Presidente: Senador Roberto Requião  
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes  
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa  
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes  
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
<b>PMDB</b>									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
<b>PFL</b>									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ COELHO	PE	@@04	311 1184	323 6494
<b>Bloco (PSDB/PPB)</b>									
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	1. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	2. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
<b>PT/PDT/PPS</b>									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. JEFFERSON PÉRES	AM	###07	311-2061	323-3189
<b>PTB</b>									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
<b>BLOCO PSDB/PTB</b>									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
<b>BLOCO PFL/PST</b>									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÉA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
<b>PMDB</b>									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
<b>PT</b>									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
<b>PPB</b>									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318-5756	3182756
<b>BLOCO PSB/PcdoB</b>									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

<b>LEGENDA:</b>
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

<b>SECRETARIA DA COMISSÃO:</b>
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 28/02/2002

## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900  
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



**EDIÇÃO DE HOJE: 86 PÁGINAS**